

M

BCME.DOAÇÃO

BCME-BIBLIOTECA

T339.46  
X18a  
T

N.Cham. T339.46 X18a T  
Autor: Xavier, Carlos Anto  
Título: Avaliacao da pobreza nas



00922277 Ac. 29248  
UFCE - BCME

4  
BCME.DOAÇÃO

AVALIAÇÃO DA POBREZA NAS FAVELAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

DARIUS ANTONIO XAVIER

AVALIAÇÃO DA POBREZA NAS FAVELAS DA REGIÃO

METROPOLITANA DE FORTALEZA

BCME-BIBLIOTECA

FORTALEZA

1991

CAEN - BIBLIOTECA

BCME-DOAÇÃO

BCME-DOAÇÃO

UF	BIBLIOTECA CENTRAL
Nº	1011
DATA	10/10/91

**AVALIAÇÃO DA POBREZA NAS FAUÉLAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

BCME-BIBLIOTECA  
BCME-DOAÇÃO

**CARLOS ANTONJO XAVIER**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19 DE MARÇO DE 1991  
REGISTRO Nº R25274

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA-CAFN, COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE. UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

BCME-BIBLIOTECA

Esta Dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho dessa Dissertação é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

*Carlos Antonio Xavier*

CARLOS ANTONIO XAVIER

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 8 DE MARÇO DE 1991.

*Ronald de Albuquerque Arraes*

PROF. RONALDO DE ALBUQUERQUE ARRAES  
Orientador da Dissertação

BCME-BIBLIOTECA

*Ricardo Régis Saunders Duarte*

PROF. RICARDO RÉGIS SAUNDERS DUARTE  
Coordenador do Curso

*Agamenon Tavares de Almeida*

PROF. AGAMENON TAVARES DE ALMEIDA

*Francisco de Assis Soares*

PROF. FRANCISCO DE ASSIS SOARES

"Aqui no Nordeste brasileiro a pobreza tem escala monumental, ao menos pelos padrões latino-americanos e, talvez, também em comparação com a Ásia e a África. O Nordeste, a terra da cana-de-açúcar e da seca, é onde a um quarto da população do Brasil - mas metade de seus pobres - vive uma vida que é um terço mais curta que a do resto do país. Subnutrição, analfabetismo, violência, doenças e opressão estão concentradas nesta região, assim como o consumo despudorado e a riqueza espalhafatosa, em grande parte podendo ser traçada até os baronatos coloniais do século dezessete. Esses extremos - a destituição absoluta de favelados que esmolam, assaltam ou morrem em meio à prosperidade das cidades da costa - demonstram por que o Brasil é um país tão difícil, senão impossível, de governar e administrar".

(Castaneda, J.G.).

Act. 1000000000, Paulo e Helena

capítulo da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeco a todos os que me ajudaram, especialmente a meus pais, na conclusão da presente Dissertação de Mestrado.

Aos meus pais, Paulo e Helena,  
espelho da minha vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
<u>AGRADECIMENTOS</u>	2
ASPECTOS HISTÓRICOS E ALGUMAS SINTAXES LINGÜÍSTICAS RECENTES	3
Agradeço a todos, que desejaram, de forma sincera, a conclusão da presente Dissertação de Mestrado.	2
1.1 Política de expansão do Brasil	3
1.2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	7
1.2.1 Algumas reflexões sobre a expansão urbana de Fortaleza e Ceará	8
1.2.2 Formação do meio urbano na região metropolitana de Fortaleza	14
1.2.3 Estrutura produtiva e distribuição de renda no centro metropolitana de Fortaleza	17
ASPECTOS GERAIS DO PORTUO DE FORTALEZA	20
2.1 TIPOS E NEOLÓGICOS	24
2.1.1 Tipo de uso	24
2.1.2 Neologismos	27
2.2 ASPECTOS LINGÜÍSTICOS	31
CONCLUSÃO	34

7

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	9
2	ASPECTOS HISTÓRICOS E ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RECENTES SOBRE A ECONOMIA NORDESTINA .....	13
2.1	Pobreza urbana no Nordeste .....	20
2.2	Política de emprego no Brasil .....	28
3	CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA .....	37
3.1	Algumas reflexões sobre a migração interna no Estado do Ceará .....	40
3.2	Formação do meio urbano na região metropolitana de Forta leza .....	57
3.3	Estrutura produtiva e distribuição de renda na região me tropolitana de Fortaleza .....	73
4	ASPECTOS GERAIS DA POBREZA URBANA .....	81
5	DADOS E METODOLOGIA .....	102
5.1	Fonte de dados .....	102
5.2	Metodologia .....	105
6	RESULTADOS EMPÍRICOS .....	111
7	CONCLUSÕES .....	156



## RESUMO

O presente estudo visa avaliar a pobreza urbana nas favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Neste sentido, analisou-se o surgimento da pobreza como decorrente de diversos elementos conjugados, tais como: Econômicos, institucionais e políticos. Como base metodológica de análise, buscou-se examinar a pobreza nas favelas, área tida a priori em situação de pobreza absoluta, ao mesmo tempo em que foram feitas comparações com outras regiões, em particular com a RMF como um todo.

Para a análise empírica, utilizou-se uma amostra, elaborada em 1981, das favelas da RMF. Para aferição do grau de pauperização nas favelas, estimou-se, a partir de um método próprio, a linha de pobreza absoluta, a qual resultou em 2,4 salários mínimos de 1981. Como consequência, constatou-se que 78% das famílias faveladas se encontravam em estado de pobreza absoluta, e a deficiência de renda dessas famílias pobres em relação à linha de pobreza era, em média, de 1,13 salário mínimo vigente à época. Verificou-se ainda que uma redistribuição de 1% da renda das famílias (medida através do índice de Fishlow) situadas acima da linha de pobreza, na RMF como um todo, seria suficiente para erradicar a pobreza absoluta nas favelas.

Foi constatado que a maioria dos chefes de família residentes nas favelas, em 1981, havia nascido no interior do Ceará, evidenciando a influência significativa da migração na formação de anéis de pobreza na RMF. A falta de trabalho no local de origem e baixos níveis de renda foram apontados pela pesquisa como fortes motivos para a ocorrência de migração, tanto da zona rural quanto da urbana. Outra constatação relevante foi a de que a ocupação mais frequente era a de trabalhadores da construção civil, mostrando-se esta também como a de maior repositório de desempregados. Gastos com aluguel eram o de maior peso no orçamento familiar, indicando, assim, o problema habitacional sério vigente na RMF.

## ABSTRACT

This study focuses on urban poverty in the slums of the Metropolitan Area of Fortaleza (MAF). It is understood that poverty growing in urban areas is due to economical, institutional and political factors. The methodological base of analyses take the absolute poverty in the slums as a priori condition, and compare it to other regions, particularly, the MAF.

The empirical analysis was taken based on a sample drawn in 1981. To measure the degree of pauperization in the slums, it was estimated, by an own method, the absolute poverty line, which resulted 2.4 minimum wages at the 1981 price level. Then, it was verified that 78 per cent of the households were poor in absolute terms and the income gap of these households relative to the poverty line was 1.13 minimum wages. It was also verified that a redistribution of 1 per cent of the non-poor households income, in the MAF, measured by the Fishlow's index, would be sufficient to eradicate the absolute poverty in the slums.

It was observed that migration from the hinterland of the State is a strong factor to explain poverty in the MAF. Job opportunities and low wages were the main reasons taken out of the sample to explain the migration decision, from both the rural and urban area, by the slums' residents. Civil architecture was the major field of job of the slumes' people. Housing rent was indicated to be the heaviest weight in the poor households' budget, then, a need for a housing policy is an urgent need to benefit low income population and, therefore, to contribute to eradicate absolute poverty in the MAF.

## 1 INTRODUÇÃO.

O modelo de desenvolvimento brasileiro vem sendo questionado por muitos economistas, independentemente da filiação teórica. Talvez, o fulcro desse questionamento resulte do fato de as políticas adotadas beneficiarem parcelas cada vez menores da população, exacerbando a pobreza urbana e a rural, especialmente no Nordeste brasileiro.

A região Nordeste do Brasil é considerada por organismos internacionais como uma das mais pobres do mundo ocidental. Inserido na região Nordeste, encontra-se o Estado do Ceará, tendo Fortaleza como capital e ponto de convergência de quase toda atividade econômica e, por conseguinte, o pólo principal de atração para os movimentos migratórios advindos do interior do Estado.

Os contrastes sócio-econômicos na região metropolitana de Fortaleza (RMF) são visíveis, devido a sua natureza escorchante e desumana. Em cada esquina, praça ou cruzamento de trânsito é grande o número de crianças, especialmente falando, desassistidas e vilipendiadas. Isso talvez seja o reflexo do crescimento acelerado do contingente populacional urbano, determinando condições abjetas de vida para parcela substancial da população.

Em geral, o que ocorre nos países subdesenvolvidos é a concentração de grande parte da população urbana em uma ou

BCME-BIBLIOTECA

algumas poucas cidades. Já no que diz respeito aos países industrializados, o que se constata é que vários deles, apesar de terem graus de urbanização elevados e apresentarem alta proporção da população urbana morando em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, possuem um número significativo de cidades com população superior a meio milhão de pessoas, o que indica uma distribuição menos assimétrica da população. FAVA (1984) argumenta que o Brasil com cento e dezoito milhões de pessoas em 1980, possuía quatorze cidades deste porte, ao passo que os Estados Unidos, com o dobro da população brasileira tinham sessenta e cinco, e os países da Europa Ocidental, abrangiam cerca de duzentos e setenta milhões de habitantes e tinham cinquenta cidades deste porte.

É quase indubitável que, no caso do Brasil, o pequeno número de grandes metrópoles contribui para determinar a estreiteza das oportunidades de trabalho, fato este que coloca a margem do processo de produção grandes levadas populacionais. A outra face do desemprego e do subemprego é a pobreza, que se torna cristalina com a emergência crescente de populações faveladas nas grandes metrópoles. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é um exemplo bastante representativo da nossa argumentação.

Nesse sentido, este estudo pretende tecer considerações sobre as condições econômicas dos residentes nas favelas da RMF. Entretanto, tal objetivo emergirá de um

contexto analítico que buscará colocar a questão da pobreza urbana em regiões menos desenvolvidas como vinculada ao desemprego e ao subemprego.

Antes de adentrar-se às considerações propriamente ditas, faz-se necessária uma observação de truz: Abordagens teóricas, como é sabido, são aproximações. Todavia, existem graus de aproximações na retratação do real. Buscar-se-á no presente estudo fazer uma boa aproximação da problemática da pobreza urbana nas favelas da RMF, visando a enfocar as condições econômicas dos residentes naquelas áreas.

Este estudo está organizado de sorte a colocar inicialmente o problema da pobreza urbana em linhas gerais. Descrição dos aspectos teóricos e empíricos abordados em outros estudos correlatos, darão a noção do pensamento e resultados de vários autores sobre a problemática em questão.

Assim sendo, na segunda parte deste estudo elabora-se uma panorâmica geral do comportamento da economia nordestina durante a década de setenta, enfatizando-se taxas de crescimento econômico e de absorção de mão de obra, de uma forma agregada.

Uma vez caracterizada, em termos econômicos, a região Nordeste - na qual se insere a RMF -, dirige-se para a terceira parte, onde são feitas considerações pormenorizadas sobre a RMF - palco das favelas em estudo. Nesta sequência, a quarta parte compõe-se de aspectos teóricos da pobreza urbana

que visam a fornecer suportes teórico e metodológico que possibilitem o atingimento dos objetivos propostos, qual seja o de avaliar a situação econômica dos residentes nas favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a partir de informações referentes à composição familiar, emprego, nível de escolaridade e rendimento mensal familiar auferido em termos de salário mínimo vigente em setembro de 1981.

Fundamentalmente, o presente estudo visa à obtenção de uma linha de pobreza que estabeleça um referencial aproximado para avaliação da pobreza nas favelas da RMF.

Na quinta parte delineiam-se, formalmente, considerações sobre fonte de dados e metodologia. Finalmente, na sexta parte, é feita a apresentação dos resultados empíricos provenientes da pesquisa efetuada nas favelas da RMF e, por extensão, comparações com favelas da Região Metropolitana de Recife e com outras áreas da RMF que não as favelas.

BCME - BIBLIOTECA

Cabe observar que o presente estudo enfoca o ano de 1981, o qual foi palco de uma recessão econômica no Brasil, bem como de seca intensa no Estado do Ceará. É indubitável que tais fatos exerceram influência nos resultados obtidos na presente dissertação.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS RECENTES  
SOBRE A ECONOMIA NORDESTINA.

As desigualdades regionais no Brasil têm várias dimensões, uma das quais é a pobreza. Será enfatizada aqui a pobreza urbana e a sua relação com o mercado de trabalho. Contudo, para que tal análise se torne plausível, é preciso examinar as forças econômicas e sociais de forma integrada, tanto no longo como no curto prazo, no Nordeste e no Sudeste brasileiros.

Geralmente, a ocorrência de desigualdades regionais é interpretada sob três abordagens distintas. Alguns estudiosos argumentam que as disparidades regionais devem ser entendidas como decorrentes de fatores psicoculturais. A segunda interpretação do fenômeno é embasada em fatores climáticos, assinalando que, como a Argentina e o Uruguai, a região Sudeste está mais próxima da zona temperada que o Nordeste. A terceira abordagem reporta-se às condições econômicas, em vez das alegadas diferenças psicoculturais ou climáticas, para explicar a origem do diferencial regional no Brasil.

No presente estudo entende-se que a origem das desigualdades regionais no Brasil fundamenta-se em motivos econômicos e remonta ao século XIX, quando a vantagem comparativa e as taxas de lucratividade vigentes nas diferentes atividades exportadoras do país beneficiaram o café, em detrimento do açúcar e do algodão. A colocação a

seguir sintetiza com bastante pertinência o epicentro das desigualdades regionais no Brasil:

" A disparidade regional teve sua origem no próprio processo pelo qual o desenvolvimento econômico começou no Brasil - crescimento da exportação - visto que a exportação do café, na qual o Sudeste se especializou, cresceu a uma taxa muito superior a das vendas ultramarinas de açúcar e algodão, os quais eram produzidos principalmente no Nordeste. O declínio das exportações brasileiras de açúcar e algodão, por sua vez, parece haver acompanhado um deslocamento na vantagem comparativa do país. Quando ocorre tal deslocamento na vantagem comparativa os recursos devem ser distribuídos para a atividade com lucratividade mais elevada. Em escala limitada, isso se deu no Brasil, particularmente com referência à mão-de-obra escrava. O capital e a iniciativa empresarial, todavia, ficaram muitas vezes ligados, como insumos conjuntos, à terra, que não era móvel. Além disso, o reencaminhamento de fatores envolvia mobilidade geográfica e, devido aos altos custos que isso envolvia circunstâncias brasileiras do século XIX, ficava obstada uma redistribuição de fatores em grande escala". (LEFF, 1972).

Adicione-se as colocações de Leff, o fato de que o governo já por volta de 1830 dependia politicamente do capital cafeeiro, e não é improvável que as políticas de alocações governamentais tenham mesmo discriminado contra o Nordeste. Com isso, o "gap" sócio-econômico e cultural da região Nordeste em relação à região Sudeste foi tornando-se alarmante. Não obstante isso, foi só no meio do século XX, como assinala HIRSCHMANN (1963), que se puseram em execução programas governamentais em grande escala visando a debelar o



problema da disparidade regional no Brasil.

A criação da SUDENE surge como resposta do Governo Federal ao clamor da sociedade nordestina, tendo como missão-mor a redução das disparidades regionais. Todavia, a SUDENE acaba por transformar-se em uma central de atendimento de interesses particulares, submissa e subserviente às oligarquias existentes no Nordeste.

É irrefragável que, ao longo do tempo, a SUDENE tem enfatizado a sua ação sobre o setor industrial. Alguns estudiosos argumentam que a SUDENE buscou sedimentar uma espécie de adaptação das atividades industriais que seriam desenvolvidas no Nordeste com a gama de produtos existentes fora da região. Tendo em vista tal argumentação, far-se-á uma análise, ainda que breve, sobre os efeitos dinamizadores de emprego no âmbito regional, gerados pelo sistema de incentivos fiscais.

O objetivo central do sistema de incentivos fiscais seria o de corrigir o desequilíbrio de renda, ao nível regional, através da criação de novos empregos no Nordeste. Ferreira et alii (1979) discorrendo sobre incentivos fiscais e criação de empregos no Nordeste, indicou que dos insumos industriais produzidos em 1977, no âmbito da região Nordeste, 44,4% foram destinados ao Centro-Sul do país<sup>1</sup>. Por

<sup>1</sup> No levantamento de informações, os autores da pesquisa sobre incentivos fiscais no Nordeste contaram com a colaboração de grupos de pesquisadores sediados na SUDENE, na Universidade Federal da Bahia, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e no Curso de Mestrado em Economia - CAEN, da Universidade Federal do Ceará.

outro lado, setores importantes como a metalurgia, material elétrico e de comunicações demandaram cerca de 80% de insumos de fora da região. São informações relevantes, porque se reportam a setores tidos como dinâmicos na economia.

Evidências empíricas dessa natureza - setorial -, são encontradas em estudos como o de OLIVEIRA (1977) e de CASIMIRO (1983), perfilando e reforçando uma vertente comum de pensamento. Tal vertente argumenta que sob o pretexto da formação de um mercado nacional, o parque manufatureiro nordestino foi compelido a ajustar-se às conveniências de outros centros mais abastados. Como decorrência inevitável, a rigidez da estrutura industrial do Nordeste não avoca para a região a consolidação de um perfil econômico equivalente ao das regiões mais prósperas do país. **BCME-BIBLIOTECA**

Argumenta-se, adicionalmente, que a contribuição do setor industrial nordestino no sentido de configurar-se uma estrutura de mercado nacional, suprimindo os vários mercados regionais que vigoravam de antanho, recebe como contrapartida o aprofundamento das disparidades regionais, via a determinação de uma posição dependente para as regiões mais atrasadas. Sob essa ótica, assinala-se o seguinte:

"Ocorre uma complementariedade entre o crescimento dos dois setores industriais (Nordeste e Sudeste), não somente através de uma nova demanda de bens de capital derivados das inversões no Nordeste, mas pela oferta de recursos naturais que pode ser incorporada à industrialização nacional, com o que se eleva a produtividade global".

pela oferta de recursos naturais que pode ser incorporada à industrialização nacional, com o que se eleva a produtividade global". (OLIVEIRA, 1977).

Não é desarrazoado se interpor que a dependência do setor industrial nordestino para com outras regiões, via o fornecimento de matérias primas e outros insumos, permite especular sobre a possível ocorrência da geração de empregos indiretos também naquelas regiões. Conseqüentemente, o volume total de empregos gerados no Nordeste poderia ser irrisório relativamente ao número de empregos indiretos gerados em outras regiões. Todavia, essa hipótese não é corroborada, de forma geral, pelas evidências empíricas, conforme ressaltam Ferreira et alii (1979), ou seja, 73% do consumo de matéria prima do Nordeste têm origem dentro do próprio Nordeste e sendo assim, os multiplicadores de emprego se dissipam na região.

Isto posto, o que se apresenta como ineludível é que a ação do sistema de incentivos fiscais - por provocar distorções nos preços relativos dos fatores de produção - aliada a crescente integração mundial dos mercados de bens comercializáveis, induz o empresário à decisão de utilizar técnicas de produção intensivamente capitalizadas. BRITO (1976), assinala que no período 1950-70 a capacidade instalada (medida em HP) por operários na indústria de transformação do Nordeste aumentou de 1,54 para 5,26, o que de certa forma evidencia a baixa capacidade de absorção de

mão de obra do setor industrial do Nordeste, e subliminarmente os elevados níveis de desemprego e subemprego. Como decorrência, são inevitáveis os diversos efeitos sobre o mercado de trabalho. Uma vez evidenciado isso, faz-se mister uma investigação mais detida dos mercados de trabalho nas regiões Nordeste e Sudeste. Antes, porém, far-se-á discussão ampla das desigualdades regionais no Brasil sob o prisma do mercado de trabalho.

De 1970 até 1974, o Brasil encontrava-se próximo aos esportes do BOOM econômico que tinha tido início em 1968; a produção global cresceu a uma taxa média de 11% ao ano. O desempenho da economia nordestina foi estupendo: o crescimento econômico da região atingiu uma taxa anual de 12,1%. No entanto, na segunda metade da década de 70 o crescimento da produção foi arrefecido, quando a taxa de crescimento do PIB baixou em termos nacionais para 6,4% ao ano. O crescimento da produção no Nordeste desceu para 7,9% ao ano.

Os anos 70 foram, portanto, de crescimento econômico relativamente rápido. Não obstante, é preciso avaliar as consequências dessa epopéia econômica, ao final da década. Mais precisamente, quais os apanágios principais desse desempenho econômico? Diminuíram as desigualdades regionais e a pobreza em consequência do crescimento?.

Os índices de concentração de renda calculados por LANGONI (1973) e HOFFMANN (1985) fornecem alguns elementos

para superar tais indagações. Em 1970, o índice de Gini assumiu o valor de 0,5565 no Nordeste, aumentando para 0,614 em 1980. Ainda no Nordeste, em 1970 os 10% mais ricos apropriavam-se de 47,11% da renda, enquanto que os 50% mais pobres apropriavam-se de 16,28% da renda. Já em 1980, após uma década de razoável crescimento econômico, os 10% mais ricos no Nordeste ampliaram a sua participação para 50% da renda, enquanto que os 50% mais pobres tiveram a sua fração reduzida para 11,9%. Isso evidencia, de forma geral, a extrema concentração de renda no Nordeste no início dos anos oitenta, e a conseqüente ampliação da pobreza - entendida aqui como reflexa do desemprego/subemprego.

JATOBÁ (1989) analisa os mercados de trabalho, no período 1970-83, utilizando como unidade básica de análise o Nordeste e o Sudeste. Os dados usados para análise dos mercados de trabalho urbanos durante o período 1981-83 foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, fornecida pela FIBGE. Esse trabalho fornece alguns elementos que funcionarão como referencial para o entendimento da configuração das condições econômicas dos residentes nas favelas da RMF. Em vista da sua importância para o que se pretende, tal trabalho fornecerá a base da argumentação do próximo item.

## 2.1 Pobreza urbana no Nordeste.

A formulação do conceito de pobreza, no entender de JATOBÁ (1989), deve aliar-se ao pragmatismo. Neste sentido, este estudioso escolhe a renda mensal familiar média per capita igual ou menor que 1/4 do maior salário mínimo vigente no país como medida de pobreza absoluta. Com isto, é levada em conta a idéia de miséria, que é central ao conceito de pobreza.

De acordo com o critério defendido por JATOBÁ (1989), e segundo PASTORE et alii (1983) a percentagem de famílias brasileiras pobres decresceu de 44% em 1970 para 18% em 1980. Entre as explicações para tal decréscimo, a mais importante parece ser a retração do tamanho familiar e uma intensificação do trabalho por parte de seus membros. Podem ser distinguidos três grupos entre os 18% das famílias que se encontravam pobres em 1980:

- a) Famílias pobres totalmente desempregadas sem chefe masculino.
- b)- Famílias numerosas, com os chefes masculinos ou femininos presentes, geralmente de meia idade, tendo uma proporção substancial de mulheres disponíveis para o trabalho.
- c)- Famílias que permaneceram pobres, a despeito de todos os seus membros disponíveis trabalharem.

Em 1970, 41% das famílias pobres no Brasil viviam no Nordeste; em 1980 a participação do Nordeste havia subido para 50%. O Sudeste, responsável por 35% das famílias pobres em 1970, tinha apenas 26% em 1980. Assim, a despeito do decréscimo da pobreza como um todo durante os anos 70, o "gap" econômico entre as regiões Sudeste e Nordeste aumentou. De acordo com os dados do censo demográfico de 1980, as famílias pobres no Nordeste tinham as seguintes características: a) tamanho grande; b) mais de metade (59,3%) com seu chefe na condição de autônomo; c) baixa qualidade do trabalho ofertado. No Nordeste, a percentagem de famílias urbanas subiu de 42,6% em 1970 para 50,1% em 1980, contribuindo para acelerar a situação caótica que há muito se vem delineando nas áreas urbanas da região. BCME-BIBLIOTECA

Baseado em dados da FIBGE/PNAD colhidos em 1981, JATOBÁ (1989) calculou que os 40% mais pobres da população do Nordeste detinham 10.79% da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 46.72% da renda. Ainda no Nordeste, em 1981, a percentagem de trabalhadores ganhando até um salário mínimo era de 58.3%, o que evidencia a já decantada condição econômica precária da população do Nordeste brasileiro.

No que tange à taxa refinada de participação da força de trabalho<sup>2</sup> urbana por sexo em 1980, os percentuais foram de

<sup>2</sup> Uma taxa refinada de participação da mão de obra é definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar (10 anos ou acima) para cada atributo (sexo, idade).

34.3% para o sexo masculino e de 26.9% para o sexo feminino. Em 1979 o setor informal representava 32,2% da População Economicamente Ativa (PEA) no Nordeste e o desemprego era de 4,9% na mesma região.

MORLEY (1982) ressaltou que o emprego de baixa renda é definido como sendo aquele onde os trabalhadores ganham um salário mínimo ou menos por mês. De acordo com essa definição o emprego urbano de baixa renda não agrícola no Nordeste, no período 1981-83, aumentou em 11,22%, segundo dados da PNAD<sup>3</sup>.

De uma forma geral, o resultado da recessão do período 1981-83 foi o empobrecimento dos trabalhadores urbanos em todas as regiões do Brasil, mais detidamente percebe-se que o número de trabalhadores pobres em relação ao total do emprego urbano cresceu em todas regiões. No Brasil, subiu de 26% em 1981 para 30% em 1983; no Sudeste, foi responsável por algo em torno de um quinto do emprego urbano total em 1981 e por mais de um quarto em 1983; e, no caso do Nordeste, é interessante observar que, em 1983, quase metade dos empregados urbanos eram trabalhadores pobres. Assim, tanto em 1981 como em 1983, a pobreza era muito mais ingente entre os empregados urbanos do Nordeste que no Sudeste ou no Brasil como um todo, segundo dados da PNAD.

Considerando-se o emprego urbano não agrícola no Nordeste, no período 1981-83, para a categoria autônomo

<sup>3</sup> Segundo MORLEY (1982), trabalhador pobre é aquele que ocupa um emprego no qual recebe um salário mínimo ou menos.



Nordeste, no período 1981-83, para a categoria autônomo observa-se que o mesmo passou de 26,0% para 25,3%, evidenciando uma certa rigidez frente ao período recessivo. No que tange ao emprego de baixa renda como percentagem do emprego total por posição na ocupação, é evidenciado que a maioria dos trabalhadores pobres situam-se nos segmentos dos assalariados não protegidos e dos autônomos e, por definição, na categoria de trabalhadores familiares não remunerados. Os trabalhadores nordestinos pobres representavam 71% dos assalariados sem carteira de trabalho assinada em 1983.

Para uma análise a respeito da segmentação do mercado de trabalho, faz-se necessária a definição do que se entende por setores formal e informal. Neste sentido, INFANTE (1985) usa a seguinte definição para o setor formal:

- a)- Todos os protegidos com contrato de trabalho, isto é, os assalariados protegidos pela legislação trabalhista e pela previdência social.
- b)- Empregados sem contrato de trabalho, que ganham mais de dois salários mínimos por mês, ou seja, o segmento mais privilegiado em termos de renda entre os trabalhadores não protegidos.
- c)- Empregadores ganhando uma renda média mensal acima de cinco salários mínimos.
- d)- Autônomos ganhando mais de dois salários

mínimos por mês.

- e)- Funcionários públicos, independentemente do nível de renda.

As seguintes categorias de trabalhadores são classificadas, de acordo com o referido autor, como pertencentes ao mercado de trabalho informal:

- a)- Assalariados sem proteção, ganhando dois salários mínimos ou menos.
- b)- Empregadores ganhando cinco salários mínimos por mês ou menos.
- c)- Autônomos com uma renda mensal de dois salários mínimos ou menos.
- d)- Trabalhadores familiares não remunerados.
- e)- Empregados domésticos.

A partir de dados fornecidos pela FIBGE/PNAD e de acordo com a classificação acima, é valioso observar as conclusões a que chegou JATOBÁ (1989) tendo em vista que lança algumas luzes sobre a questão da pobreza urbana e a sua relação com o mercado de trabalho, no período 1981-83. O setor formal no Nordeste decresceu de 52,8% para 49,9%, enquanto que durante o mesmo período, o setor informal foi ampliado de 47,2% para 50,1%. Com isso fica evidenciada uma tendência para expansão do setor informal na região Nordeste, refletindo uma estrutura econômica incipiente e mercados de

trabalho de natureza heterogênea. A partir de tal fato, cabe uma colocação importante - já enfatizada pelos estudiosos da pobreza urbana no Brasil -, o setor informal representou um papel muito importante no ajustamento nos mercados de trabalho brasileiros durante o período recessivo. É argumentado ainda que o setor informal desempenhou função semelhante a de uma "esponja", absorvendo os que ingressavam no mercado de trabalho e os que tinham perdido seus empregos devido à recessão.

É apanágio basilar do setor informal a heterogeneidade de atividades econômicas por ele oferecidas, atingindo a pequena empresa familiar, pequeno comércio, venda ambulante e um grande e infindável número de ocupações autônomas.

No estudo da pobreza urbana em países menos desenvolvidos, não é raro encontrar-se o argumento de que a pobreza urbana é associada ao emprego informal. A revelia dessa conclusão, não muito contestada, no Brasil, do número global de trabalhadores pertencentes ao setor formal, em 1981, 7,9% eram pobres, enquanto que no Nordeste essa proporção atingia 16,8%. Assim, não há consistência empírica na afirmação de que os segmentos do setor informal abrigavam, em caráter exclusivo, os trabalhadores de baixa renda.

Outro aspecto importante da recessão econômica do período 1981-83 é a observação da evolução das taxas de desemprego urbano. A taxa de desemprego urbano foi maior para

o Sudeste que para o país como um todo, tendo sido alcançada de 6,1% em 1981 para 6,9% em 1983. Já para a região nordestina, a taxa de desemprego foi ligeiramente mais baixa, crescendo de 5,7% da força de trabalho urbana em 1981 para 6,2% em 1983. Esse fato é argumentado para ressaltar que a variação nas taxas de desemprego é mais acirrada em regiões onde a industrialização é mais avançada e, por conseguinte, onde a taxa de urbanização é mais elevada.

No que concerne ao período analisado, foi possível estabelecer um sumário das relações entre pobreza urbana e as situações de mercado de trabalho dos pobres visando a caracterizar algumas tendências que surgiram durante os anos de recessão no Brasil, dentre as conclusões, destacam-se as seguintes:

- a)- O emprego de baixa remuneração foi quase que exclusivamente a única fonte de crescimento do emprego urbano.
- b)- A persistência na segmentação dos mercados de trabalho, com os trabalhadores pobres tendendo a concentrar-se mais no emprego informal.
- c)- A rápida deterioração da renda do trabalho no mercado formal, onde os trabalhadores pobres aumentaram sua participação relativa no emprego total.
- d)- O aumento do desemprego, especialmente entre

trabalhadores jovens e de meia idade, chefes de família.

Estes são os resultados relevantes acerca dos efeitos sobre o mercado de trabalho do período recessivo 1981-83, por sua vez consistentes com o crescimento observado da pobreza absoluta e relativa no Brasil e notadamente na região Nordeste. As informações fornecidas por HOFFMANN (1985) consubstanciam tais conclusões, pois, todos os indicadores de pobreza calculados crescem no período 1981-83, na região Nordeste e em todo país. O mesmo HOFFMANN (1985), em outro estudo, devota-se também a investigar as alterações ocorridas na distribuição de renda e no nível de pobreza do país no período 1980-83 com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Censo Demográfico de 1980. Utilizando os índices de Theil e Gini para aferir a concentração de renda, notou-se que no período em questão a redução do rendimento familiar foi acentuada nas regiões Sul e Sudeste em torno de 25% ao passo que no Nordeste foi de apenas 15%. Isso reafirma a tese de que nos períodos de recessão, que é o caso, as regiões mais atingidas são aquelas detentoras de polos industriais dinâmicos.

Cabe ainda declinar que em meio ao torvelinho do período recessivo 1980-83, ROMÃO (1990) atestou que a pobreza na região Nordeste, medida pelo índice de incidência<sup>4</sup>, sofreu

<sup>4</sup> O índice de incidência mostra, em termos absolutos ou percentuais, o número de famílias abaixo da linha de pobreza absoluta.

um acréscimo de 54%. Decerto, tal escalada ressalta no seu bojo a fragilidade econômico-financeira de parcela substancial da população do Nordeste brasileiro. Como contrapartida, ou melhor, como reflexo desta precária condição, sua população aparece, em 1981, de acordo com FIBGE-PNAD, como a de mais baixa esperança de vida ao nascer - 51,5 anos - ; bem como a de maior taxa de mortalidade infantil - 121,4 por mil -, em crianças de até 1 (um) ano de idade; além da menor taxa de alfabetização - 60,3% -; dentre as regiões brasileiras.

## 2.2 Política de emprego no Brasil.

A tese do desemprego estrutural tem na economia brasileira, no entender do presente estudo, e de acordo com as informações apresentadas no item anterior, sua corroboração quase que asseverada. Cabe, portanto, levantar alguns aspectos gerais da mesma no sentido de lançar algumas luzes sobre a condição de pobreza e miséria no Brasil.

Na medida em que o desenrolar dos acontecimentos mundiais na primeira metade do presente século - tais como as duas guerras mundiais e a depressão econômica de 1929- impuseram, de certa forma, a adoção por parte do Brasil do modelo de substituição de importações<sup>3</sup> inseriu-se no processo

<sup>3</sup> Não cabe aqui discutir se a opção, feita por parte do Brasil, pelo modelo de substituição de importações foi ou não acertada.

de industrialização brasileira uma estrutura produtiva intensiva em capital, oriunda das economias desenvolvidas.

Como decorrência, o modelo de substituição de importações contribuiu para agravar o problema do desemprego estrutural no Brasil na medida em que as escalas de produção importadas eram pouco absorvedoras de mão de obra. O cerne da elevada existência de excedente de mão de obra no Brasil aparece na seguinte colocação:

"O que chama a atenção em nosso caso e foge aos padrões internacionais é a reduzida absorção de mão de obra no secundário (ou seja, no setor industrial), considerado, proporcionalmente, um dos mais baixos do mundo, já se insistiu muito sobre isso, tendo sobretudo em conta os resultados, em termos ocupacionais, de industrialização da década de cinquenta. De fato, entre os censos de 1950 e 1960 a população ocupada no setor secundário sofreu acréscimo pequeno em termos absolutos: pouco mais de 600.000 pessoas para um aumento, no mesmo período, de 5.500.000 no total da população ocupada". (HOFFMANN, 1972).

Outra abordagem sobre o desemprego estrutural no Brasil é a de SOUSA (1980). Influenciado pelo modelo Lewisiano, que é discutido um pouco adiante, esse autor argumenta que o contingente de mão-de-obra ocupado em formas não tipicamente capitalistas de organização desempenham a função de rebaixar os salários no setor capitalista da

economia brasileira determinando a elevação da pobreza.

Com o intuito de atenuar o problema do desemprego estrutural e por conseguinte da pobreza, vários autores, principalmente os de orientação Neoclássica, argumentam que a sustentação do crescimento econômico é uma política eficaz a médio e longo prazo para incentivar o aumento do emprego, implicando ou forçando escassez de mão de obra e, como resultado, induzindo aumentos de salários.

No presente estudo entende-se que o mérito e a eficácia desse tipo de política está atrelada à existência de alguns mecanismos de curto prazo no mercado de trabalho. Tal argumento fica melhor qualificado quando adiciona-se a idéia de que as políticas de mercado de trabalho devem ser consideradas supervenientes, embora de maneira alguma descartáveis nesse processo.

BCME-BIBLIOTECA

As evidências empíricas apresentadas no item anterior corroboram a proposição de que o Brasil carece de uma política de emprego. É provável que esta carência seja reflexo do predomínio do receituário ortodoxo em termos de política econômica. De uma forma geral, a ~~ortodoxa~~ ortodoxa entende o emprego como demanda derivada do crescimento econômico acelerado, contudo, no caso brasileiro, o quadro de desemprego/subemprego vigente parece consubstanciar a seguinte afirmação:

"Tivemos a importante experiência brasileira de crescimento, entre 68 e



73 - um pouco mais desacelerada entre 74 e 80 - e, apesar desse avanço, sempre experimentamos problemas de desemprego estrutural e subemprego, indicando que em sociedades marcadas por forte heterogeneidade estrutural, como é a brasileira, crescer não é condição suficiente. Então, há que optar por um novo estilo de expansão econômica mas simultaneamente há que optar também por uma política social que permita, de uma maneira ou de outra, melhoras nas condições de remuneração daqueles segmentos que não conseguem ser incorporados à moderna economia de mercado." (JATOBÁ, 1989).

Isto posto, cabe acrescentar que a sujeição da economia brasileira aos parâmetros determinados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) tem, invariavelmente, conduzido os gestores da política econômica a uma preocupação obsessiva com o desequilíbrio externo e a inflação. SANSON (1989) argumenta que tal procedimento só será passível de reversão caso ocorra, no Brasil, ameaça de convulsão social, devido às agruras determinadas pelo desemprego e subemprego.

Por outro lado, a redefinição de uma política de emprego deve, preferencialmente, vislumbrar a crescente e provavelmente irreversível integração mundial dos mercados, fato este captado com precisão nas linhas que se seguem:

"Temos de pensar também numa política tecnológica e não vamos voltar a roda da história para dizer: "vamos aumentar o nível de emprego independentemente da tecnologia". Não, não podemos sacrificar a tecnologia. Precisamos de tecnologia de ponta em alguns setores. Nos setores produtores de bens

comercializáveis a absorção de tecnologia avançada é essencial. Precisamos ser competitivos no mercado internacional mas talvez tenhamos que ter algum controle tecnológico ao nível interno como, por exemplo, nos setores produtores de bens não comercializáveis que estão se modernizando a uma taxa tão rápida ao nível de padrões já alcançados em economias desenvolvidas - que convém questionar se, do ponto de vista social, esse tipo de modernização é desejável embora obviamente o seja do ponto de vista privado. Então é necessária a definição de uma política tecnológica a nível nacional". (JATOBÁ, 1989).

Assim sendo, a redefinição de uma política de emprego se apresenta como subproduto da definição de uma política tecnológica ampla que busque sincronizar a macroeconomia do mercado de trabalho à macroeconomia de curto prazo. Uma vez juxtapostas tais políticas pode especular-se em torno de uma política social que proteja os trabalhadores da instabilidade inerente ao capitalismo.

Nesta perspectiva, JATOBÁ (1989) sugere algumas políticas reguladoras possíveis para o mercado de trabalho: redução da jornada de trabalho sem redução de salário; alteração da incidência dos encargos sociais; intervenções destinadas a conter a exploração de certos grupos de trabalhadores pelos patrões; melhor organização do movimento trabalhista de modo a reforçar seu poder de barganha; melhoria da legislação social e trabalhista quanto ao direito de greve e seguro-desemprego; melhoria da informação sobre o

mercado de trabalho e por último, mas não menos importante, assegurar obediência à lei do salário mínimo.

Naturalmente, a lei do salário mínimo proíbe o empregador de contratar uma pessoa por menos do que aquela quantia. Contudo, muitos empregadores burlam esta lei. Esse problema se torna grave quando considera-se que o salário mínimo vem sendo descaracterizado, enquanto tal.

O salário mínimo vem perdendo poder ao longo do tempo, perda esta traduzida através do abandono do enfoque que motivou a sua criação. Daí, observa-se que um dos aspectos mais deletérios da política econômica do período autoritário, pós 1964, tem sido a deterioração do poder de compra dos trabalhadores. Isso pode ser aferido através da queda do salário mínimo real, cujo valor atingiu seu ápice em 1956 e, a partir daí, declinou em pelo menos 30% entre 1964-64, conforme acentuam MAIA & SALDANHA (1989).

Com a deterioração do salário mínimo, surge a controvérsia sobre seu papel como determinador da taxa de salário na economia brasileira. Não obstante a relevância desta questão, não é prioritário neste estudo aprofundar uma discussão sobre o assunto, mas é importante como referencial econômico da pobreza. Daí a necessidade desta análise, tendo em vista o escopo aqui proposto, isto é, apreender de forma particular a questão da pobreza urbana, com especial ênfase para o estado econômico dos residentes nas favelas da RMF.

À luz deste objetivo, cabem mais algumas

considerações sobre a política do salário mínimo, sua origem, evolução e principais objetivos. O salário mínimo foi instituído pela lei nº 185 de 14/01/36 e regulamentado pelo DL nº 399 de 30/04/38, tendo sido definido como a remuneração mínima capaz de satisfazer às necessidades normais de todo trabalhador adulto relativas à alimentação (conforme ração mínima), habitação, vestuário, higiene e transporte<sup>6</sup>. Durante vários anos, para cada região do Brasil havia um salário mínimo diferente, adaptado aos padrões alimentares dos trabalhadores da mesma. Entretanto, a partir de 26/04/84 o DL nº 09.589, instituiu, finalmente, o salário mínimo único para todo país, reivindicação antiga do movimento sindical.

Baseado em estudos das comissões de salário mínimo, o DL nº 2.162, de 01/05/40, que fixou os valores dos salários mínimos nas várias regiões do país, discriminou a estrutura de gastos dos que viriam a receber este salário. O Rio de Janeiro, a título de ilustração, apresentava as seguintes especificações: 50% dos gastos com alimentação; 20% com habitação; 8% com vestuário; 12% com higiene; e 10% com transporte<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> A fixação do salário mínimo tem por base unicamente as necessidades de um trabalhador sem filhos, considerando-se estes serem atendidos com o pagamento do salário família instituído pela lei nº 4.266 de 03/10/63 o preceituado artigo 157, nº 01 da constituição federal.

<sup>7</sup> É importante atentar para o fato de que, independentemente da região considerada, o DL 399 de 1938 não estabeleceu percentual inferior a 50% para gastos com alimentação.

No que tange ao item alimentação que, indubitavelmente, é o de maior peso, respeitou-se o conteúdo nutricional da cesta, capaz de prover a reprodução adequada da força de trabalho. Sob esse aspecto, MAIA & SALDANHA (1909) apresentam uma crítica, bastante pertinente, ao pronunciarem que as leis e decretos referentes ao salário mínimo dificilmente se verificaram na prática, pois, na verdade, a outra face da depreciação histórica do valor real do salário mínimo constitui-se na crescente substantividade dos custos de alimentação para o trabalhador.

Segundo o DIEESE, a cesta básica representava 65 horas e 5 minutos de trabalho em 1959, enquanto que em dezembro de 1986 era necessário trabalhar 233 horas e 47 minutos para adquirir a mesma quantidade de alimentos. Portanto, o número de horas trabalhadas necessárias para adquirir a ração mínima alimentar aumentou em 258% no período enfocado. Mesmo levando-se em consideração a tendência para subestimar as condições de vida dos trabalhadores, comum em estudos do DIEESE, cabe argumentar que o item alimentação tem aumentado de forma marcante e evolutiva sua participação nos rendimentos auferidos pelos trabalhadores. Neste sentido, a despesa mensal com os treze itens definidos no DL 399 como ração mínima localizavam-se, no período 1980-82, no Brasil como um todo, sempre acima dos 50% previstos nas leis unificadas<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Boletim do DIEESE, volume 3, 1983.

Analisando de forma realista, parece iminente a crucialidade de um novo patamar para o salário mínimo com base no custo real da cesta básica (relativa aos gastos do trabalhador e sua família) que inclua os recentes avanços da engenharia de alimentos, bem como contemple a redução da parcela monetária destinada à alimentação no orçamento do trabalhador. Esta argumentação é consistente na medida em que se vislumbra o fato de que a redução dos gastos alimentares no orçamento do trabalhador, tornará inexorável a alocação de um resíduo maior para os demais itens, além de se atender aos dispêndios com educação, lazer, recreação, etc., não previstos na definição original do DL 399.

Apesar das deficiências na aferição do salário mínimo como a renda necessária para a reprodução da força de trabalho, sua importância como referencial da condição econômica dos trabalhadores é de importância inestimável para se chegar a conclusões, especialmente nas áreas tidas como marginais do mundo urbano, no caso, as favelas. Em decorrência disso, a análise econômica dos residentes nas favelas da RMF, que é desenvolvida de forma metodológica no último capítulo do presente estudo, toma como referencial a renda familiar auferida em termos de salários mínimos.

Como observação final, cabe ainda assinalar que a implementação de políticas de emprego no Brasil, e no Nordeste em particular, deve, preferencialmente, vislumbrar o fato de que o setor informal da economia vem apresentando

substanciais taxas de crescimento. É provável que isso contribua decisivamente para a decadência urbana - como será visto no próximo capítulo, a Região Metropolitana de Fortaleza apresenta uma infra-estrutura urbana bastante deficiente - e para a proliferação de favelas\*.

Isto posto, e tendo em vista o objetivo central do presente estudo, faz-se necessária uma caracterização detalhada da Região Metropolitana de Fortaleza.

BCME - BIBLIOTECA

### 3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA.

Como intróito tecer-se-á breve consideração sobre a capacidade atrativa/repulsiva do Estado do Ceará no que concerne ao fenômeno da migração, buscando estabelecer referencial mais amplo no sentido de captar-se a influência do fenômeno migratório para a formação de aglomerados de baixa renda. Tal avaliação toma cada unidade da Federação como base de cálculo e revela os seguintes resultados, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1986: no período de 1950 até 1980 a taxa de emigração líquida do Estado do Ceará saltou de 9,41 para 17,89. Por outro lado, no mesmo período, a taxa de imigração líquida do Estado do

\* É ponto pacífico que a expansão do setor informal da economia reduz a arrecadação tributária do estado do Ceará e, por conseguinte, sua capacidade de prover, de forma sistemática, as demandas sociais das classes mais carentes.

Ceará reduziu-se de 3,99 para 3,91. Mesmo levando-se em consideração que a expansão do sistema de transportes jogou papel importante neste processo, não é desarrazoado se interpor que laivos de fragilidade econômica representam o elemento que catapulta a dinâmica do fluxo migratório no Estado do Ceará.

Isto posto, e uma vez que o estudo focalizará as favelas da RMF, faz-se mister caracterizar essa região em seus aspectos sócio-econômicos. A Região Metropolitana de Fortaleza, no conjunto das nove regiões metropolitanas estabelecidas institucionalmente no Brasil, contava em 1970 com 4,4% da população total, expressando em 1980 um ligeiro acréscimo nesta participação, passando a 4,7%. Porém, para o total das sedes metropolitanas esta participação era nos anos 1970 e 1980 de 5,2% e 5,8%, respectivamente, segundo fontes censitárias. A RMF é composta pelos municípios de Aquidauana, Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba.

A distribuição populacional dentro da RMF, como ressalta FERREIRA (1983), é extremamente assimétrica. O município de Fortaleza detinha em 1980 cerca de 83% do contingente populacional da RMF e, no mesmo ano, de acordo com censo demográfico, este volume representava 25% da população total do Estado do Ceará. MOURA (1980) demonstra que o município de Fortaleza tem-se constituído, historicamente, no maior receptor de levas migratórias no Estado, tanto de origem rural quanto urbana, principalmente



as de caráter interno. Isso ocorre em parte porque o Estado do Ceará não dispõe de cidades de médio porte em número suficiente para refrear o fluxo populacional em direção à RMF, notadamente para o município de Fortaleza.

FERREIRA (1984) argumenta que, no caso do Ceará, as modificações de natureza urbano-industrial - ocorridas a partir de 1950 - aceleraram a tendência concentradora da economia e, por conseguinte, o surgimento de poucos pólos de atividade econômica no interior, como Sobral, Iguatu, Juazeiro do Norte e Crato e, o que é pior, desarticulados economicamente.

Isso contribui para explicar, de forma geral, o fato de que a taxa média anual de crescimento populacional para a RMF, entre 1970 e 1980, tenha sido de 4,3%.

De acordo com dados censitários, a densidade demográfica da RMF era de 454,1 hab/km<sup>2</sup> em 1980. O município de Fortaleza, por sua vez, apresentava uma alta densidade, estimada em torno de 3.895,59 hab/km<sup>2</sup>, com o agravante de que tal magnitude era de natureza essencialmente urbana. Acrescendo-se a essas informações o cálculo efetuado por MOURA (1980), segundo o qual a taxa de imigração em direção a Fortaleza no período 1960/70, para o grupo etário dos 20 aos 29 anos alcançava a proporção de 30:100, chega-se a uma caracterização preliminar do quadro urbano na RMF.

Esta urbanização deturpada pode ser vista como decorrente dos efeitos de polarização econômica no sentido

atribuído por PERROUX (1950). Os efeitos de polarização ampliam as necessidades de aglomeração produtiva, decorrentes do surgimento de economias externas, enfatizadas por SCITOVSKY (1958), e de necessidades complementares de produção, determinando o aumento, do mesmo modo, das camadas populacionais que são colocadas à margem do processo de expansão econômica.

No caso do Estado do Ceará, as transferências populacionais maciças em direção a Fortaleza se dão por dois motivos que se complementam para formar o quadro caótico verificado na capital. De um lado, a estrutura produtiva do setor rural do Estado do Ceará; do outro as secas que vez por outra assolam àquele espaço, além do efeito atração exercido sobre a população interiorana manifestado de várias formas tais como diferencial salarial, benefícios sociais, dentre outros.

### 3.1 Algumas reflexões sobre a migração interna no Estado do Ceará.

O fenômeno da migração há muito vem sendo apontado por cientistas sociais como um dos elementos que contribuem sensivelmente para a deterioração da qualidade de vida nas grandes capitais brasileiras. No entanto, tal posição muitas vezes é defendida sem um embasamento analítico que remeta o problema às suas verdadeiras causas. Na ciência econômica,

devido ao fato de o gênero humano compor a equação dos problemas propostos, quase sempre é conveniente que as conclusões teóricas sejam confrontadas com os fatos à luz de um acurado bom senso.

CAVALCANTI (1978) assevera que a migração é um processo seletivo e os mais aptos são os que primeiramente se integram no processo e procuram as áreas de maiores oportunidades econômicas. (Na ciência econômica a migração geralmente é analisada sob duas vertentes teóricas alternativas. A corrente neoclássica e a corrente estruturalista. A argumentação dos neoclássicos geralmente se baseia nos trabalhos desenvolvidos por SJAASTAD (1980) e/ou TODARO (1969), enquanto que a interpretação apresentada pelos estruturalistas é calcada fundamentalmente em estudos elaborados por MYRDAL (1965).

No presente estudo opta-se por analisar a migração como um processo social, supondo que ela tenha causas estruturais que em determinado momento afetam determinado grupo social, impelindo-o a pôr-se em movimento. Assim, a mecanização da agricultura, por exemplo, ocasiona a migração da mão de obra rural (peões, ex-assalariados, diaristas, parceiros e outros) que não possui direitos de propriedade sobre o fator de produção basilar, a terra. A opção pelo instrumental estruturalista é baseada na ponderação de que sua consistência em termos de conhecimento de fato do fenômeno que é analisado é bastante percuciente.

TONIATTI (1976) selecionou algumas regiões dentro do Estado do Ceará de acordo com o seu peso no que tange à emissão de migrantes em direção a Fortaleza. Estendendo-se em uma faixa bastante homogênea de largura, as microrregiões selecionadas possuem características extremamente similares no aspecto de clima, cultura e estrutura fundiária. Descrever-se-á a seguir algumas destas áreas, com ênfase para as plagas mais distantes de Fortaleza.

#### BCME-BIBLIOTECA

A fronteira do Estado do Ceará com os demais estados é, basicamente, ornada por serras. O marco divisório do Ceará com o Piauí é a serra de Ibiapina e a serra Grande. A característica basilar desta região é o clima tépido, além de altos índices de intensidade pluviométrica - chegando a atingir índices anuais superiores a 1000 mm<sup>10</sup>. No cume do planalto impera a agricultura, encravada nas meias encostas, notadamente. Na plaga úmida observa-se o cultivo da mandioca e do feijão; na plaga seca é explorada a pecuária extensiva.

A fronteira do Ceará com Pernambuco e Paraíba é rotulada de região do Cariri - formada pelas chapadas do Araripe e serra do Braga, e registra também índices pluviométricos elevados. Destacam-se nesta região o cultivo da cana de açúcar e do algodão.

A divisão geográfica do Ceará com o Rio Grande do

<sup>10</sup> A pluviosidade média anual do Estado do Ceará, em épocas normais, situa-se em torno de 1.100 mm/ano, sendo que no período da seca, 1979-83, foi de 647 mm, de acordo com dados da Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) para o período 19790-87.

Norte é aquinhoadada pela imponência do rio Jaguaribe. A oscilação pluviométrica nestas paragens se dá no entorno de 750 mm a 1250 mm anuais. Aí sustenta-se secularmente e de forma extensiva o famoso consórcio algodão/criação de gado. Contudo, o extrativismo vegetal da cera de carnaúba e da oiticica é preponderante no vale do Jaguaribe. Uma vez apresentado o emolduramento para a análise que aqui se propõe, passar-se-á para a investigação da gênese do movimento migratório interno no Estado do Ceará.

Conforme foi delineado, o clima, na maior parte desta região, é úmido em relação ao restante do Estado, o que causa estupor notadamente naqueles que indicam a seca como fator estrutural. Em todas as microrregiões selecionadas a cultura comercial apresenta-se sobeja, por outro lado, as culturas de subsistência apresentam um caráter extensivo, de baixa produtividade, de modo geral nas terras menos férteis, não dedicadas às culturas comerciais. Dentre as culturas comerciais destacam-se a carnaúba, a oiticica, o caju e o algodão.

Uma vez caracterizada brevemente a região interiorana do Ceará no que tange ao peso de emissão de migrantes, cabe avaliar tal fenômeno mais acuradamente. Como assinala CAVALCANTI (1978), nos tempos primitivos o deslocamento populacional tinha como fulcro a falta de alimentação. Mais recentemente, a estes deslocamentos foi adicionada uma nova preocupação: a falta de oportunidades. Deste modo, a criação

de novas oportunidades em determinadas áreas estimula a imigração, enquanto que, as áreas mais desfavorecidas expulsam sua população. Essa argumentação propicia um suporte para que se passe a analisar os fatores de expulsão que contribuem para o fluxo migratório em direção à RMF e, por conseguinte, a inchação do setor urbano.

Um exemplo bastante significativo de fator de expulsão decorrente de decadência econômica ocorreu a partir da importância que a cultura da carnaúba representava para o Estado do Ceará. Em primeiro lugar, pela sua importância na economia cearense e pela forma peculiar que se comportou a cera de carnaúba no mercado internacional, esta merece um destaque especial. A decadência da carnaúba caracterizou muito bem o processo que leva à expulsão do campo, através da decadência/estagnação econômica, de uma região vinculada a uma atividade de baixa produtividade, como é a que vive da carnaúba, matéria-prima de exportação. Tendo sua base econômica praticamente apoiada na exportação de uma só matéria-prima, o sistema da região sucumbe a partir de uma mudança tecnológica completamente alheia a ele.

Depois de uma fase áurea no período do pós-guerra, e que se estendeu até o início da década de 60, a carnaúba sofreu uma retração violenta. A supressão da cera de carnaúba como insumo na fabricação de discos, da cera e do papel carbono (devido a adoção da técnica de fotocópias) surgem como explicação para a redução da comercialização do

produto.

O primeiro impacto se deu sobre a mão-de-obra temporária utilizada na extração da carnaúba. Defrontando-se com menores receitas, o proprietário dos carnaubais tende a desfazer-se da maior fonte de custos que ele tem, o emprego de mão-de-obra. Ora, a outra agricultura disponível, além da extrativa, é a de subsistência, e as terras mais férteis são ocupadas pela carnaúba. Sem alternativa para contrapor-se aos fatos, não resta outra alternativa ao camponês senão emigrar.

Em uma segunda fase, ao prolongar-se a crise (ou decadência da cultura predominante) é o pequeno proprietário que será desalojado. Com as suas terras praticamente tomadas pela carnaúba, ser-lhe-á mais fácil desfazer-se da propriedade do que modificar o tipo de cultura, o que além dos custos proibitivos para ele, se reveste de um outro importante caráter: o homem do interior é avesso a abraçar novas atividades. O que ocorre ao pequeno produtor, durante o processo de involução econômica de uma determinada cultura, leva-nos a encetar uma breve análise sobre a evolução da estrutura fundiária do Estado do Ceará, tomando por base a análise dos censos agropecuários no período 1920-75.

Em meio ao elenco de fatores estruturais que determinam o processo de expulsão da população do meio rural, será ressaltado aqui a estrutura fundiária, por entender-se que esta contribui com maior profundidade para a

compreensão da problemática em questão.

A estrutura fundiária do Ceará, conforme ressalta CASIMIRO (1984), se apresenta sob um exacerbado padrão de concentração de posse da terra, tal fato já se tornara evidente a partir do censo de 1920. Observando-se os dados do censo agropecuário, em 1920, os estabelecimentos de 1000 ha e mais, que representavam cerca de 7% do total, apropriavam-se de mais de 50% da área agrícola do Estado, enquanto que os menores de 100 ha, que totalizavam quase 47% do total de estabelecimentos retinham apenas 5% desta mesma área. Esta estrutura foi aprofundada até que em 1975, os estabelecimentos menores de 100 ha, representando 91,3%, apropriavam-se de 33,8% da área total, enquanto os maiores de 1000 ha, representando 0,4% do total dos estabelecimentos detinham 20% da área total. Neste sentido é mais importante ainda destacar que os estabelecimentos até 10 ha de área total, dedicavam até 71% de suas terras a lavouras, enquanto que os estabelecimentos com 1000 ha e mais dedicavam entre 5 a 11% de suas terras, a essa mesma atividade. Tal constatação lança luzes sobre a incipiente produção de alimentos no Estado do Ceará, pois, se sabe que os pequenos produtores recebem pequeno aporte de recursos; crédito, tecnologia e esquemas de comercialização.

Decorre daí que a gama de fatores que determina a expulsão da população rural e a formação de cinturões de miséria na RMF parece estar atrelada ao que se segue:



"O êxodo rural é provocado antes pelos baixos níveis de produtividade, dificuldade de acesso à terra, carência de empregos, do que pela pujança da economia das capitais, onde persistem altos níveis de desemprego" (MATA, 1973).

Buscando caracterizar a influência do fluxo migratório em direção às capitais como determinante da formação de anéis de pobreza generalizada nos centros urbanos da América Latina, as linhas a seguir fornecem uma argumentação que, de acordo com interpretação proposta no estudo em voga, se enquadra com precisão ao panorama vigente na RMF:

"A mão de obra agrícola excedente, que trata de livrar-se da miséria no campo, transferindo-se para os centros urbanos, será predominantemente absorvida pelo pequeno comércio, pelos serviços e por outras ocupações que se caracterizam pela mesma subutilização de mão de obra que ocorre na agricultura, ou então irá engrossar as filas dos desocupados e dos mendigos. Infelizmente nos países subdesenvolvidos a urbanização, qualquer que seja sua importância, não pode corresponder à industrialização" (MYRDAL, 1964).

A idéia perpassada por Myrdal é a de que a existência nos países subdesenvolvidos de excedente estrutural de mão de obra impede maior participação por parte do fator

trabalho na renda gerada. Assim sendo, a tese do desemprego estrutural ganha corpo e induz o presente estudo a algumas reflexões acerca da por demais badalada discussão sobre a fixação do homem no campo.

Em primeiro lugar, entende-se que a reforma agrária não é a panacéia para a superação do quadro de miséria social em áreas como a RMF. Compreende-se, por outro lado, que um programa sério de reforma agrária no setor rural cearense contribuiria sensivelmente para atenuar o processo de expansão populacional desenfreada na área metropolitana de Fortaleza<sup>44</sup>.

Todavia, em termos práticos, cabe ressaltar o óbvio, ou seja, tal reforma agrária deveria reter o homem no campo, embasando-se nas palavras abaixo:

"Uma política agrícola racional, portanto, deve ser dirigida para uma utilização mais intensiva de mão de obra subempregada, que está em constante e rápido aumento. Incidentalmente, podemos acrescentar que essa é uma exigência que por vários motivos nenhum dos países altamente desenvolvidos enfrenta ou já enfrentou durante o seu desenvolvimento. Mais uma vez estou surpreendido pelo fato de que tão óbvia consideração seja tão raramente manifestada" (MYRDAL, 1964).

<sup>44</sup> Não é escopo do presente estudo tentar qualificar o tipo de reforma agrária que mais se adequa as condições fundiárias vigentes no Estado do Ceará, devido ao fato de o conhecimento do autor sobre o assunto - reforma agrária - estar próximo ao de uma pessoa que apenas utiliza o senso comum para fornecer o seu receituário.

Em termos teóricos, o que se pode inferir a partir de tais considerações é que a redução da mão de obra desempregada e subempregada - via implantação de políticas agrícolas racionais - em áreas como a RMF contribuiria, sob uma perspectiva simplista de oferta e demanda por trabalho, para pressionar no sentido de que o fator trabalho se apropriasse de uma fatia maior da renda gerada.

Partindo do diagnóstico segundo o qual a expansão qualitativa do nível de vida no meio rural é solução para refrear o fluxo crescente de migrantes para o meio urbano, o Governo Federal passa a promover políticas intervencionistas de natureza econômica na região Nordeste, visando a amainar as agruras de grandes levadas populacionais - notadamente a população do meio rural cearense.

Nesse sentido, cabe de pronto ressaltar que a criação da SUDENE, em 1959, se constituiu num marco em termos de intervenção econômica do Governo Federal na região Nordeste. Porém, conforme já asseverado, até 1970, a ação da SUDENE converge para objetivar a industrialização na região.

Em resposta ao gravame social causado pela seca de 1970, o Governo Federal passa a preocupar-se, de forma mais direta, com as condições precárias da população rural do Nordeste. Com isso, inicia-se a fase de implementação de

programas especiais<sup>12</sup> direcionados para superação do ingente problema econômico que aflige os residentes no meio rural do Nordeste. É interessante registrar que tal procedimento ocorreu dentro de uma predisposição de esvaziamento da SUDENE, pelo fato desta instituição mostrar-se, desde a sua criação, incapaz de fornecer elementos para que as massas rurais não fossem tão afetadas, como vinham sendo secularmente, pelas secas periódicas na região. Nesse sentido, a maioria dos programas implementados tinham como meta final prover condições de trabalho para o trabalhador rural e, por conseguinte, fixá-lo no campo.

Dentre os diversos programas implementados a partir de 1971, discutir-se-á aqui o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE -, devido aos seguintes motivos:

- a)- Foi criado sob os auspícios do II PND, ou seja, escudado na quimera do Brasil Potência.
- b)- De todos os programas especiais foi o que dispôs de maior gama de recursos financeiros. Segundo NOTTINGHAM (1989), o POLONORDESTE recebeu 55,7% dos recursos alocados aos principais programas especiais para o Nordeste entre 1975 e 1984.

<sup>12</sup> Dentre os diversos programas especiais, os mais importantes foram os seguintes: PIN; PROTERRA; POLONORDESTE; Projeto Sertanejo; PROHIDRO; PROCANOR.

- c) O pequeno produtor rural foi escolhido como público alvo do POLONORDESTE.

Além dos motivos citados, o POLONORDESTE trazia no seu bojo a intenção de introduzir no Nordeste brasileiro a estratégia de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI). Como é sabido, a estratégia de DRI calca-se na integração entre agricultura, indústria e serviços no próprio meio rural, atribuindo um papel de destaque à agricultura.

Quanto à estratégia de DRI, o POLONORDESTE parece ter falhado. De uma forma geral, parece haver um consenso entre os diversos estudiosos da estratégia de DRI, segundo o qual o POLONORDESTE não deve ser interpretado como um projeto de DRI. Mesmo que tenha sido formalmente concebido como tal, em termos operacionais não o foi, pois não houve, basicamente, nenhuma preocupação em se promover a integração entre agricultura, indústria e serviços. Nesse sentido, é atestado o seguinte:

"Como programa de desenvolvimento agrícola, o POLONORDESTE pode não ser considerado um fracasso, porque alguns resultados obtidos não são tão insignificantes, no entanto esteve longe de alcançar os resultados pretendidos de redução da pobreza, elevação da produção e produtividade agrícola e estabelecer um processo de desenvolvimento auto-sustentado para as áreas em que atuou. Além dos fatores operacionais do programa, a falta de uma política agrícola a nível nacional, bem como a inexistência de

uma política global de desenvolvimento para a região Nordeste, contribuíram fortemente para os resultados obtidos" (NOTTINGHAM, 1989).

Para o estudo em voga, importa reter, tão somente, que o POLONORDESTE teve sua implementação efetiva obstada por impeditivos de natureza institucional e política. Dentre os impeditivos de natureza institucional destacaram-se a inexistência de um mecanismo de correção que não permitisse a erosão monetária dos recursos financeiros originalmente destinados ao POLONORDESTE, e a superposição desarticulada de órgãos federais e estaduais na execução do programa.

O principal impeditivo de natureza política constituiu-se na questão do acesso à terra. É argumentado que pelo fato de o POLONORDESTE ter sido implementado em meio ao período ditatorial pós-64, a discussão sobre a concentração fundiária assumia caráter herético, por apresentar-se como risco iminente para as estruturas arcaicas de poder vigentes no Nordeste brasileiro.

Com isso, a questão do acesso à terra - elemento primário da estratégia do DRI - permaneceu intocada, e como consequência a eficácia do POLONORDESTE foi bastante comprometida. Não é intenção da presente dissertação estender-se nesse assunto, mas não olvidar de elementos que contribuam para o processo de expulsão da população rural do Ceará.

Um outro fator muito decantado como elemento de

expulsão no setor rural cearense é a seca. Neste sentido, muitos autores argumentam que a crise cearense tem raízes nas características climáticas da região (predominância do semi-árido) o que determina, de maneira peremptória, a reincidência periódica de secas.

Do ponto de vista econômico, a seca é entendida, no presente estudo, como fator conjuntural. Como acentuam CASIMIRO & OLIVEIRA (1989), a seca levaria simplesmente a uma quebra de produção. Não obstante, quebra de produção não é fenômeno exclusivo das regiões subdesenvolvidas. Logo, a especificidade marcante da seca nordestina é a configuração atroz da mesma. As secas trazem à tona o quadro miserável latente no setor rural nordestino e cearense, em particular.

No presente estudo entende-se a pobreza rural no Ceará enredada nas seguintes nuances:

"A estrutura agrária é extremamente concentrada, cuja rigidez (leia-se: impossibilidade de acesso à terra, com condições para nela trabalhar) favorece à expulsão de contingentes de trabalhadores despossuídos, esta estrutura retém populações ao manter as mesmas relações de trabalho (parceria, morador e posseiro) sem quebrar completamente os vínculos do produtor com as terras alheias. Permanece o vínculo e a possibilidade (mesmo que instável) de manter-se na terra. Além disso, as ações governamentais desenvolvidas durante a seca cumprem o papel de reter populações sem alterar as relações de trabalho. Portanto, essa estrutura que expulsa também retém populações num movimento aparentemente paradoxal" (CARLEIAL & OLIVEIRA, 1989).

Argumentam ainda, esses autores, que o flagelo que atinge vastas populações nordestinas decorre da forma como tais populações participam da produção no meio rural. Portanto, a apreensão das relações de trabalho e das condições de pobreza vigentes no nordeste rural em situações de normalidade climática se constitui no elemento basilar dessa argumentação.

A relação de trabalho predominante no Sertão, como assinala LEAL (1949), não é o assalariamento explícito e sim ocupações que são determinadas por vínculos de dependência pessoal mediados pelo uso da terra. Ou seja, as frágeis relações de produção não propiciam subsídios para que o trabalhador enfrente períodos de adversidade - no caso a seca.

## BCME-BIBLIOTECA

No sertão, a seca desocupa populações inteiras e engendra o suporte para a criação de frentes de serviço/emergências que visam a reter a população rural, refreando, de forma incipiente e escorchante, o fluxo migratório em direção às capitais. Cabe ressaltar que as ações emergenciais procuram reduzir a migração na época da seca e minorar o sofrimento dos atingidos, sem qualquer vocação para alteração das causas estruturais - estrutura fundiária e relações de produção no setor rural - que transformam uma anormalidade climática em grave problema social.

Sob essa linha de argumentação cabe acrescentar que a



seca não só é conjuntural, mas também que os seus efeitos realimentam as condições estruturais que tornam as populações atingidas cada vez mais inertes frente as intempéries climáticas.

Uma vez configurados alguns fatores que propiciam o movimento migratório campo-cidade, cabem algumas reflexões conclusivas sobre o referido fenômeno no Estado do Ceará.

A realidade do setor rural cearense parece corroborar as assertivas estruturalistas, pois, indica, como já discutido, que o fenômeno das migrações rurais-urbanas está mais ligado às próprias formas da evolução da atividade econômica e da estrutura de seu meio rural, do que aos fatores conjunturais como secas e enchentes. Neste sentido, CASIMIRO (1984) apresenta alguns elementos que conjugados contribuem para elucidar o processo de expulsão populacional no setor rural cearense, são eles:

- a)- A estrutura agrária centrada no complexo latifúndio-minifúndio.
- b)- Os fatores de modernização, tais como, a substituição de culturas de subsistência por culturas exportáveis e pecuarização extensiva.
- c)- Os baixos níveis de saúde e educação, principalmente, fazem com que o trabalhador rural não aproveite de modo intensivo sua pequena propriedade.

- d)- Restrição do crédito aos pequenos produtores.

Isto posto, a argumentação que se torna fatídica e inelutável após a conjugação da decadência econômica de certas culturas aliada a estrutura concentrada de posse da terra é a de que o fenômeno das migrações rurais-urbanas no Estado do Ceará sofre forte influência das formas de evolução da atividade econômica e da estrutura de seu meio rural. Sintetizando a análise, a migração é, muitas vezes, impulsionada a partir da própria dinâmica de evolução do sistema econômico de uma determinada região.

Como decorrência, cabe acrescentar que não é objetivo do presente item deter-se em aprofundamentos teóricos sobre o fenômeno migratório e suas causas, mas evidenciar que a inchação urbana na RMF - entendida aqui também como a formação de favelas - recebe influência substancial do referido fenômeno.

Subsidiando o que aqui se propõe, FERREIRA (1984) argumenta que a RMF tem-se revelado, claramente, desaguiadouro natural de migrantes. Destaque-se que do total do fluxo interno migratório do Estado, na década de 70, 52,8% dirigia-se para a RMF, sendo que a participação da migração no incremento da população urbana, na década, foi de 63,95%. Sendo assim, buscar-se-á captar a influência do fenômeno migratório sobre a formação do contingente urbano-

marginal, em especial a formação de favelas na RMF, através da averiguação do percentual de migrantes no espaço em questão.

### 3.2 Formação do meio urbano na região metropolitana de Fortaleza.

Como assinala LEMENHE (1983), o Ceará entrou tardiamente na história do Brasil-colônia, quando comparado a Pernambuco e Bahia. Enquanto estes, no primeiro século da colonização, já estavam integrados à economia mercantil européia, o Ceará era uma região desconhecida, ocupado apenas pela população nativa, constituindo-se num vazio econômico. SOARES (apud) fornece subsídios que consubstanciam tal argumentação, ao descrever a Bahia ao final do século XVI e o Ceará, ao término do século XVII. Referente à Bahia, o autor faz a seguinte citação:

"Gabriel Soares contava ( no Recôncavo baiano ) dezesseis freguesias, sessenta e duas igrejas.... três mosteiros de religiosos, oito casas de cozer meles, trinta e seis engenhos... e a produção anual montava o melhor de cento e vinte mil arrobas de açúcar e muitas conservas"(ABREU, 1963).

Em referência ao Ceará:

"No princípio só havia gentio doméstico e soldado da guarnição de fortaleza; agora (1696) já havia mais de duzentos.... mas o povo daquela capitania não tinha matriz nem curato, nem mais igreja fora das aldeias que a capela de Fortaleza" (ABREU, 1963).

A então vila de Fortaleza, distanciada dos sertões da pecuária (primeira atividade econômica do Estado) continua sendo, por mais de um século, um aglomerado sem sustentação econômica. Como ressalta SMITH (1985), as características do sistema de criação conferiam a atividade um caráter extrativista, com emprego reduzido de mão de obra e, por conseguinte, baixa produtividade. Por outro lado, a peculiar inserção de produtos no mercado português (oferta maior que demanda), o controle metropolitano na captação do excedente (sob a forma de bens e tributos) e a intermediação pernambucana na apropriação explicam a fragilidade da economia cearense e a incipiente vida urbana na capitania, já em seus primórdios.

Como já argumentado, Fortaleza, como sede administrativa, tivera, ao longo do período colonial, uma posição secundária quando comparada às demais. A subordinação do Ceará a Pernambuco e seu deslocamento em relação às áreas produtivas impediam o exercício efetivo de sua potenciação no controle das questões metropolitanas na capitania. A separação de Pernambuco e a produção algodoeira marcariam o início da equiparação de Fortaleza às outras

sedes. Foi com a independência, contudo, que pode firmar-se como núcleo administrativo principal. Faltavam à capital cearense as bases de sustentação econômica no mesmo nível de que dispunham Rio de Janeiro, Bahia e Recife, mas no quadro político administrativo do império o papel de Fortaleza passa a equiparar-se às demais sedes do país.

A revelia da carência de uma base específica de sustentação econômica, Fortaleza ganhou auspícios de grande metrópole ao longo do tempo. Neste sentido, a população urbana tem aumentado relativamente mais do que a rural, ou seja, o grau de urbanização se tem elevado paulatinamente. De uma forma geral, e é esta a posição aqui adotada, a urbanização é tida como desejável, pois, as alterações de estrutura produtiva que se acham subjacentes à urbanização constituem fatores que impulsionam o crescimento econômico<sup>13</sup>.

De acordo com fontes censitárias, o Estado do Ceará vem apresentando um acentuado crescimento da urbanização. Em 1960, 33% da população do Estado era urbana, em 1970, tal cifra ascende a 41% e em 1980 atinge 53,1%. A RMF, por sua vez, enfrentou nos últimos anos um intenso processo de urbanização disseminado por todos os seus municípios. O município de Aquiraz saltou de uma taxa de urbanização de 11% de sua população, em 1970, para 83,6% em 1980. Em 1970 a taxa média de urbanização para a RMF era de 84,4%, passando

<sup>13</sup> É indiscutível que o crescimento econômico é a matéria-prima do desenvolvimento econômico.

para 95% em 1980.

As altas taxas de urbanização vigentes na RMF merecem considerações mais detidas, partindo-se do entendimento de que não são condicionadas exclusivamente por fatores de expulsão - muito embora estes sejam significativos - presentes de forma marcante no setor rural cearense, mas também como decorrência da forte concentração da atividade produtiva do Estado na capital, notadamente a atividade industrial. Neste sentido, FAVA (1984) registra uma associação positiva entre PIB per capita e grau de urbanização, corroborando a eficiência econômica da urbanização. Tal associação, naturalmente, não evidencia a equidade do processo.

(É irrefragável que a urbanização possibilita a utilização mais eficiente dos recursos, ou seja, ela permite obter, com um dado montante de recursos, um nível de produto superior ao que seria obtido por outra forma de organização espacial da produção.) Os principais elementos associados à maior produtividade das áreas urbanas são a especialização de produção e as economias de aglomeração, incluindo as externalidades. Portanto, entende-se que a urbanização enquanto tal é economicamente mais profícua. Não obstante, o aspecto equitativo da urbanização merece explicações acuradas.

A formulação neoclássica, desprovida de conotações mecanicistas, propicia referencial teórico adequado ao

entendimento da questão, sob o ponto de vista econômico. Sendo assim, serão feitas considerações sobre a configuração que assume a alocação de recursos durante o processo de urbanização.

BCME - BIBLIOTECA

É certo que o processo de urbanização induz a um aumento da renda, renda esta que é distribuída funcionalmente entre os fatores de produção - capital, terra e trabalho - através do sistema de trocas de mercado. Tomando-se o exemplo da terra urbana é sabido que a elevação do valor desta ocorre como uma consequência do processo de urbanização, à medida que os agentes econômicos demandam novos espaços para estabelecer atividades econômicas e/ou moradia. Ora, os benefícios da urbanização que se transferem para a terra urbana são apropriados pelos seus proprietários, mas o são de maneira mais acentuada por aqueles que têm terra em quantidade superior a sua necessidade de consumo e que são notoriamente os indivíduos mais ricos. Por outro lado, para os que não têm terra, e que são, em geral, os mais pobres, os benefícios se traduzem, na verdade, em prejuízos, já que estes indivíduos têm que pagar aluguéis mais elevados<sup>14</sup>. Enfim, a distribuição dos benefícios decorrentes da urbanização, transferidos para o valor da terra urbana, favorece, de forma inelutável, os segmentos mais abastados da sociedade, contribuindo para a aceleração da concentração da

<sup>14</sup> A contrapartida é a redução do salário real do indivíduo que possui apenas sua força de trabalho como forma de auferir rendimentos.

renda em prol destes últimos.

No que concerne ao fator trabalho, a distribuição dos benefícios advindos da urbanização requer uma análise mais detida, tendo em vista o objetivo do presente estudo. Os ganhos salariais estão, de uma maneira geral, relacionados ao nível de qualificação da mão de obra, enquanto que a característica mais marcante de um indivíduo que não detém um nível de renda adequado às suas necessidades é que o único fator que tal indivíduo possui é a sua força de trabalho.

Neste sentido, convém evidenciar que a participação da mão de obra na distribuição dos ganhos está vinculada a relações técnicas de produção, bem como oscila em função de relações sociais entre empregados e empregadores, além da intervenção governamental via política de salários e mais recentemente, tendo em vista a exacerbação da inflação, política de preços. Por outro lado, removendo-se uma possível intervenção governamental nos preços e ainda que os trabalhadores se encontrem fortemente sindicalizados e consigam salários mais elevados, pode ser que o resultado final lhes seja tanto quanto desfavorável em termos de poder de compra.

Por sua vez, KEYNES (1936) introjetou na ciência econômica a idéia de que é o salário nominal que é negociado entre empregados e empregadores e não o salário real. Via de regra, os empregadores detêm o poder - condicionado pelo grau



de monopólio - de repassar aos preços qualquer aumento de salários. Sendo assim, o salário real não é determinado por negociação coletiva entre empregados e empregadores. Como suplemento cabe ainda adicionar que o trabalhador procura defender o seu salário nominal relativo ao salário nominal do seu vizinho. Nesse sentido, a experiência demonstra que o trabalhador resiste muito mais ferrenhamente à queda do seu salário nominal - via cortes - do que à queda do seu salário real - determinada pelo aumento dos preços dos bens que consome.

No tocante ao fator trabalho observa-se ainda que é este fator que acaba por arcar com os custos do processo de urbanização, por excelência. É observado que os custos do processo de urbanização incidem ostensivamente sobre as famílias das classes de renda inferior. Nestas famílias encontram-se pessoas com baixa qualificação profissional e, portanto, sem grandes alternativas de auferir ganhos suficientemente satisfatórios. Por outro lado, como argumenta FAVA (1984), essas pessoas estão sujeitas, notadamente, a quase todos os custos adicionais que a metrópole impõe. Os problemas de saúde provocados pela poluição a que eles têm de se submeter, pela falta de saneamento básico e atendimento médico-hospitalar nos locais onde residem tornam iníquas as condições de vida. No caso da RMF, este aspecto é de interesse especial, pois, os contrastes socio-econômicos são flagrantes. Os efeitos da

urbanização devem, preferencialmente, ser observados à luz do que está ocorrendo ao nível das famílias em sua classe sócio-econômica, e não a partir de uma massa amorfa representada pela cidade.

Tendo em vista tais considerações, o presente estudo pretende encaminhar a análise do caso da RMF no que diz respeito à pobreza urbana que assola as favelas daquele espaço. Visando a apresentar elementos para a consecução desse objetivo far-se-á um périplo pelos efeitos do movimento geral de urbanização pelo qual tem passado a RMF nos últimos anos, no sentido de evidenciar mais alguns elementos que contribuam para a formação de anéis de pobreza na RMF.

A RMF tem apresentado um movimento de intensa urbanização, o qual muitas vezes, erroneamente, é entendido como uma evidência de novas oportunidades para o tecido social e, portanto, como indicador de melhoria no seu cenário urbano.

O quadro existente na RMF torna-se evidente por meio dos dados do censo demográfico de 1970, no qual a RMF apresentava os mais baixos níveis de condições infra-estruturais dos domicílios no conjunto das regiões metropolitanas do país; isto, verificava-se para a proporção de domicílios com energia elétrica, instalação d'água e esgoto sanitário.

Outra informação alarmante, decorrente em parte das condições infra-estruturais, é que a vida média dos nascidos

no Estado do Ceará foi calculada como sendo de 47 anos, em 1980, de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1989.

GURGEL (1982) buscou diagnosticar e analisar a situação de saúde no município de Fortaleza, no período 1978-80, através do estudo de indicadores de saúde baseados em dados de mortalidade colhidos na secretaria de saúde do Estado do Ceará. Em Fortaleza, no período 1978-80, no sexo masculino, a esperança de vida ao nascer era de 59,31 anos, enquanto que no sexo feminino a esperança de vida ao nascer era de 65,93. Isso evidencia que, à revelia da infraestrutura deficiente da RMF, este espaço oferecia, em 1980, melhores condições de vida em comparação com o restante do Estado do Ceará.

CASIMIRO (1984) registra que Fortaleza disputa com o Laos e o Camboja a dimensão de miséria, pois, apresenta uma das três maiores taxas de mortalidade infantil do mundo.

É provável que a baixa expectativa de vida da população de Fortaleza também decorra de uma situação nutricional precária. De fato, segundo dados referentes ao Consumo Alimentar-Antropometria, fornecidos pelo IBGE, para o ano de 1977, o consumo de calorias/dia por habitante da RMF era de 1.712,07 cal/dia, apresentando-se como inferior aos mesmos valores concernentes as regiões metropolitanas de Recife (1.876,73 cal/dia) de Salvador (1.753,35 cal/dia) e da média nordestina (1.930,57). Esses dados contribuem para caracterizar o baixo nível de vida na RMF.

A problemática da pobreza urbana nas regiões metropolitanas é questão por demais complexa e que por conseguinte não pode ser apreendida em um estudo isolado. Tendo em vista isso, busca-se através desta dissertação lançar luzes sobre a pobreza em uma região que gravita na "periferia da periferia". Ora, em termos de importância econômica, a RMF é a terceira na região Nordeste, antecedida pelas regiões metropolitanas de Salvador e Recife. Portanto, ao estudar-se a pobreza urbana nas favelas da RMF, como decorrente de diversos elementos conjugados, faz-se uma aproximação da realidade mais ingente que aflige grande parte da população da RMF.

Na RMF predomina a pouca expressividade do emprego organizado (estabelecimentos cujas informações foram registradas pelos censos econômicos). Em contrapartida é grande a dimensão do emprego em atividades urbanas ditas não organizadas em virtude da necessidade de ocupação do excedente de mão de obra advindo do crescimento populacional, e notadamente da migração rural-urbana.

No que tange à evolução do quadro ocupacional na RMF, CASIMIRO & OLIVEIRA (1984) fornecem bases para uma constatação empírica. Evidenciaram que em 1960 cerca de 1/3 da população de 10 anos ou mais encontrava-se desenvolvendo alguma ocupação na RMF, enquanto que em 1980 essa relação ascendia para quase 44%. Isso reflete não uma evolução favorável ao segmento organizado, mas sim um quadro precário

de condições de trabalho, levando à necessidade de acionamento da força de trabalho de outros membros da família que não o chefe.

Salvo alguns pormenores, cabe ressaltar a tendência para o acionamento precoce da força de trabalho na RMF. A PEA de 10 a 14 anos, para o conjunto de atividades não agrícolas, representava em 1970 3,2% do total, sendo em 1980 5,0%.

CASIMIRO & OLIVEIRA (1984) argumentam que a partir de um levantamento em 1979 na RMF - pesquisa direta CACN - é possível a obtenção de algumas conclusões bastante elucidativas a respeito da segmentação do mercado de trabalho. Neste sentido, verificou-se como se encontrava a configuração da mão de obra ocupada segundo os segmentos "organizado" e "não organizado". Os indivíduos foram agrupados em tais segmentos, como segue:

- a)- Segmento Organizado
  - Empregados com registro na firma onde trabalhavam;
  - Profissionais liberais, que correspondem à posição na ocupação autônomo regular, porém com curso superior completo e que contribuam para algum tipo de previdência social.
  
- b)- Segmento "não Organizado"

- Empregados sem registro na firma onde trabalhavam;
- Trabalhadores por conta própria;
- Pequenos proprietários;
- Trabalhadores em "ocupação secundária";
- Auxiliares de membro de família.

A partir dessa classificação foi constatada uma participação predominante de organizações informais na absorção de força de trabalho na RMF, exceto para os setores "Transportes e Comunicações" e "Prestação de Serviços".

A ampliação do setor informal vem dando-se de forma ostensiva tendo em vista algumas especificidades que têm contribuído para o processo de urbanização deturpada na RMF. No presente estudo, entende-se que são duas as especificidades que contribuem de forma decisiva para o crescimento do setor "não organizado":

- a)- A Rigidez da estrutura fundiária obsta o acesso à terra para quem deseja nela trabalhar;
- b)- O processo de industrialização no Ceará, sob o comando da SUDENE, revela-se incapaz de absorver mão-de-obra em quantidades adequadas ao quadro de desemprego e subemprego vigentes.

Buscando evidenciar o efeito de uma recessão econômica sobre o nível de vida da população de Fortaleza, CASIMIRO (1986) trabalhou com informações oriundas de pesquisas domiciliares efetivadas na RMF, em dois momentos: 1979 e 1983. A partir de trezentos domicílios que perfizeram a amostra foi constituído um painel fixo, como matriz de informações. A riqueza das informações contribuem sensivelmente para o entendimento dos efeitos sobre a força de trabalho oriundos de um processo de recessão econômica e urbanização crescente, além da seca ocorrida no Ceará no início dos anos oitenta<sup>45</sup>. Ao mesmo tempo servirá de base para um estudo comparativo que buscará contrastar, sob alguns aspectos, os residentes nas favelas da RMF com os não residentes em favelas.

A mobilidade dos chefes de família quanto à posição na ocupação 1979/83, pode ser sintetizada nas seguintes conclusões:

- a) - Houve uma ampliação de formas de inserção na produção de indivíduos que exploravam sua própria força de trabalho, com a ajuda ou não de auxiliares. Em 1979 27,79% eram autônomos, enquanto em 1983 esse percentual subia para 30,67%. Estas informações

<sup>45</sup> As informações oriundas do trabalho de CASIMIRO (1986), bem como as que foram obtidas junto à população favelada na RMF, em 1981, devem ser interpretadas com certa cautela por reportarem-se a um período de seca intensa no Ceará.

explicitam a tendência de ampliação do número de pessoas desempenhando atividades características do setor informal.

- b)- Obviamente, a recessão que se instala no centro industrial do país tem uma repercussão imediata naquele espaço, sendo depois transmitida em cadeia por conta dos efeitos sobre os setores que são complementares à indústria do Sudeste. Para uma constatação disso, foi verificado que, em 1979, 54,63% dos chefes estavam empregados, enquanto que em 1983 o percentual foi reduzido para 44,09%.
- c)- A taxa de desemprego atingiu 12,40% dos membros residentes em 1983, quando em 1979, era de apenas 5,5%.

Na transposição do período de recessão, a amostra revelou que a PEA cresceu de 18,1%, sendo que o número de ocupados cresceu 9,1% e o número de desempregados 176,3%. A ampliação da participação feminina entre os ocupados se deu de 43,3% em 1979 para 46,8% em 1983. Em relação aos chefes de família, em 1979, o desemprego era de 2,7%, aumentando para 2,9% em 1983.

No que tange à segmentação do mercado de trabalho, conforme classificação de OLIVEIRA & CASIMIRO (1984), frente



ao período recessivo 1979-83 foi verificado o seguinte: O setor formal foi reduzido de 54,5% para 47,7%, enquanto que o setor informal foi ampliado de 45,5% para 52,3%. Esses fatores evidenciam, de forma cabal, que o período caracterizou-se como sendo de forte pressão sobre o mercado de trabalho.

### BCME-BIBLIOTECA

A eclosão dessa pressão sobre o mercado de trabalho pode ser detectada quando da averiguação comparativa dos ganhos auferidos em 1979 e em 1983 pelos trabalhadores na RMF. Essa comparação mostra que o estrato de zero a meio salário mínimo comportava apenas 16,3% dos ocupados em 1979, passando a comportar 19,7% dos ocupados em 1983. Mais forte ainda é a ampliação da faixa de um a dois salários mínimos, uma vez que de 21,7% dos ocupados passa a conter 27,3% dos ocupados, em 1983. De modo geral pode ser dito que houve tendência de ampliação dos estratos de zero até cinco salários mínimos. Finalmente, verificou-se um aumento do percentual de famílias situadas na faixa acima de vinte salários mínimos. Isso evidencia a aceleração do processo de concentração de renda na RMF, ocasionando, por sua vez, o surgimento de aglomerados de baixa renda.

O estudo de CASIMIRO (1986) procurou deixar patente, de modo mais geral, os efeitos de um período de recessão sobre o mercado de trabalho, na RMF. Mesmo levando-se em conta o caráter preliminar da análise, as informações apresentadas fornecem o sustentáculo para a compreensão do

quadro geral dos chefes de família na RMF. Destacam-se, então, os seguintes pontos conclusivos:

- a)- Há uma forte tendência de redução de formas de participação na produção, na condição de empregado.
- b)- Há uma tendência à desocupação mesmo entre os chefes de família.
- c)- Há uma ampliação de formas de participação na produção na condição de autônomo.
- d)- Há uma tendência forte à redução dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores, sendo entre os autônomos, tal tendência, bem mais forte do que nas outras posições na ocupação.

Estes elementos propiciam um referencial sobre a sensibilidade do mercado de trabalho na RMF aos efeitos da recessão. Neste sentido, a formação de grandes concentrações urbanas pode, na verdade, colocar uma parcela da população à margem do processo urbano de produção. Na RMF, isto parece ocorrer de forma bastante significativa, e é provável que ocorra devido à carência de uma sustentação econômica sólida e ao mesmo tempo dinâmica, de tal sorte que absorva os contingentes populacionais desocupados em busca de trabalho.

ROCHA (1989), ao investigar a situação de pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras registrou que no ano de

1983, ou seja, ao final do agudo período recessivo, 56,2% da população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) encontravam-se em estado de pobreza absoluta<sup>16</sup>.

Uma vez constatadas as condições urbanas na RMF, surge a necessidade de uma investigação mais minuciosa sobre sua base produtiva, o que será visto a seguir.

### 3.3 Estrutura produtiva e distribuição de renda na região metropolitana de Fortaleza.

A RMF apresenta-se como um ponto de confrontação riqueza/pobreza, decorrente da característica que lhe foi imposta pela forma que assumiu o desenvolvimento do Ceará. No plano urbano, a característica principal da RMF é a de receptáculo do fluxo intra-estadual de migrantes, como já salientado. Por outro lado, a RMF, inserida no Nordeste - que por sua vez ocupa uma posição complementar na economia nacional - carece de uma base de sustentação econômica sólida que absorva a crescente população em busca de emprego. Isto posto, far-se-á na presente seção uma investigação sobre a política industrial do Ceará - levando-se em consideração alguns aspectos históricos - e, como contraponto, uma averiguação sobre a proliferação de

<sup>16</sup> Tais informações evidenciam cabalmente a fragilidade econômico-financeira de grande parte da população da RMF, dado que, como já frisado, o Brasil passava por uma recessão econômica séria e o Estado do Ceará encontrava-se próximo ao final de um período de seca prolongada.

atividades informais na RMF.

Esse tipo de investigação visa a consubstanciar as informações atinentes à distribuição de renda na RMF, bem como acentuar o problema do desemprego e do subemprego em áreas urbano-marginais.

Tendo em vista o elemento central da presente seção, torna-se especioso atentar para a seguinte argumentação geral:

"Analisando os casos dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, e usando o mesmo procedimento metodológico, observamos que o setor não organizado da Bahia, em 1960, ocupava 34 por cento da PEA. No caso de Pernambuco, a porcentagem cai para 29,6 por cento e, no Ceará, os dados são mais alarmantes, chegando até a 57 por cento da população ocupada. É interessante notar que naqueles estados onde houve um maior avanço das forças produtivas do setor industrial, o setor não organizado da economia se reduziu. F. aí temos mais uma justificativa para se privilegiar o setor industrial no momento de se pensar uma política de emprego, uma vez que afeta diretamente a massa de pessoas que está no setor não organizado da economia" (TEIXEIRA, 1989).

Por sua vez, CASIMIRO (1986) atesta que o setor industrial e de construção civil, que são dinamizadores internos de geração de emprego, representavam no início dos anos oitenta 25% do emprego total na RMF. A incipiência desses setores parece indicar que a geração de novos

empregos na RMF não ocorre nos setores classicamente tidos como impulsionadores do crescimento econômico.

Uma análise mais detida do atual setor industrial cearense deve, de acordo com a interpretação proposta no presente estudo, vislumbrar os prolegômenos do movimento de acumulação no Brasil como um todo. Como é sabido, a cidade de São Paulo, localizada na região Sudeste (mais próspera do país), polarizou o processo de expansão da produtividade, e com isso passou a influenciar a configuração da divisão técnica do trabalho a nível nacional.

Neste sentido, OLIVEIRA & CASIMIRO (1984) diagnosticaram que a industrialização cearense, a exemplo da industrialização nordestina, faz-se determinada por interesses extra-regionais (respaldados pela ação da SUDFNE), o que reduz seus efeitos positivos sobre a urbanização, contradizendo FERREIRA et alii (1979) - a tese destes últimos já foi exposta no capítulo I.

Nos interregnos da análise de OLIVEIRA & CASIMIRO, argumenta-se ainda que a urbanização nordestina continua muito mais explicável pela manutenção da estrutura agrária concentrada do que pelo ímpeto da industrialização, em virtude da preponderância dos efeitos de expulsão sobre os de atração.

É importante evidenciar que no Estado do Ceará, o consórcio pecuária-algodão não potenciou a formação de espaços urbanos concatenados - como assinalado na primeira

seção do presente capítulo. As incipientes concentrações urbanas tinham por base o setor público e, notadamente, o comércio em detrimento das atividades de transformação. Mesmo diante das alterações ocorridas na estrutura produtiva nacional, no bojo da filosofia do nacional desenvolvimentismo, o Ceará não sofreu mudanças substanciais de sua base produtiva, permanecendo o setor terciário como o principal absorvedor de mão de obra existente nas zonas urbanas, além de setor dinamizador da economia estadual; um setor primário baseado no complexo latifúndio-minifúndio, funcionando como fator de expulsão de trabalhadores do campo; e um setor secundário extremamente limitado no que tange à geração de novos empregos. CASIMIRO (1986), avaliando a distribuição da força-de-trabalho por setor de atividade em 1979, registrou que o setor primário representava 1,66%, o setor secundário 24,93% e o terciário 73,41% na economia da RMF<sup>17</sup>.

O caráter limitado do setor secundário cearense merece considerações acuradas. O Estado do Ceará, tradicionalmente agrícola, sofreu o primeiro impacto industrializante no período 1963/66 através do PLAMEG I. CASIMIRO (1983), atesta que, com a adoção desse plano, a indústria cearense cresceu de tal sorte que, em 1970, foi responsável por 15,2% da renda interna gerada, enquanto que,

<sup>17</sup> A classificação utilizada por CASIMIRO (1986) foi a seguinte: Primário; Secundário- construção civil e indústria; Terciário- comércio e serviços.

em 1967, tal participação era só de 8%. Contudo, tal avanço não foi significativo o bastante para impulsionar, de forma decisiva, o setor secundário no Ceará.

Partindo do diagnóstico de que o setor industrial é o mais adequado para estimular mudanças na economia cearense, o Governo do Estado implementa o PLAMEG II - para o período 1979-83 -, com o intuito, respaldado em pronunciamento formal do Governo Federal, de transformar o Ceará no Terceiro Pólo Industrial do Nordeste. O PLAMEG II lança como objetivo basililar a modernização da economia cearense e, por conseguinte, a solução do grave problema do desemprego e subemprego urbano.

Não obstante, no caso do Ceará, a implementação de um programa industrializante da envergadura do PLAMEG II esbarra em algumas dificuldades sérias, destacando-se as seguintes: a dependência do setor agrícola, a reduzida base de matérias-primas, a débil estrutura financeira das empresas locais e suas deficiências organizacionais, a abundância de mão de obra subempregada e desempregada.

O PLAMEG II traz no seu bojo a idéia de que o puro e simples investimento no setor industrial proporciona elementos subsidiários para a transformação do perfil sócio-econômico do Ceará. Em linhas gerais, a filosofia do Terceiro Pólo Industrial do Nordeste mostra-se espúria em relação a aspectos predominantes na estrutura econômica e social do Ceará. Neste sentido, expõe-se o seguinte:

"Supõe-se, enfim, que a criação de indústrias é medida suficiente para absorver a mão de obra tangida para as cidades pelo desemprego ou subemprego rural, produto híbrido das distorções da propriedade agrícola, do baixo nível de tecnologia no meio rural e dos efeitos das secas" (CASIMIRO, 1983).

Sob essa linha de pensamento reivindica-se a elaboração de uma política industrial séria que articule os setores primário, secundário e terciário no sentido de refrear os fluxos migratórios advindos do interior e de aumentar a expressividade do emprego organizado na RMF.

De acordo com os censos econômicos de 1975 da FIBGE, constata-se que Fortaleza detinha 69,4% do emprego, nos vários setores considerados, da RMF. Ademais, 88,8% do emprego industrial da RMF estava localizado neste município, e esta proporção representa 58% do total do Estado do Ceará. FERREIRA (1983) constata que muito embora Fortaleza conte com uma estrutura industrial mais diversificada que a dos demais municípios, a produtividade média agregada da mão de obra, quase que se equipara a de outros municípios da RMF, como Caucaia e Maranguape. Isso ocorre devido à preponderância da indústria tradicional: indústria de produtos alimentares, vestuário, calçados e artefatos de tecidos absorvem em torno de 56% do emprego industrial. Essa incipiente estrutura produtiva - detentora de baixo poder germinativo - é incapaz de absorver a oferta de mão de obra na RMF. Em contrapartida,



ocorre inaudita proliferação de atividades terciárias (pequeno comércio e prestação de serviços) - versão urbana do quadro de subemprego vigente no meio rural, que se sintetiza, por sua vez, através do surgimento de aglomerados de baixa renda.

Portanto, o crescimento populacional desenfreado na RMF, frente à estreiteza das oportunidades de trabalho condigno, parece contribuir de forma ineludível para determinar baixos padrões de vida e elevados níveis de concentração de renda.

Em 1979, do total da PEA da RMF, 50% da população detinham 16% da renda enquanto que os 10% mais ricos detinham 45% de toda a renda.

BCME - BIBLIOTECA

Sem dúvida, as péssimas condições de emprego aliadas aos fatores de expulsão vigentes no setor rural cearense contribuem, como que num movimento combinado, para os elevados índices de concentração de renda.

Em Fortaleza, pobreza e desigualdade social são, de forma flagrante, faces de uma mesma moeda. FERREIRA (1983) constatou que, em 1976, para qualquer que seja o município da RMF, não menos de 70% das famílias não conseguem atingir um mínimo de renda necessária às suas sobrevivências mais prementes. No que tange à distribuição de renda o décimo das famílias mais ricas detinha 41,4% enquanto que a metade mais pobre das famílias detinha apenas 14,7% da renda global. Essa má distribuição de renda se tem acirrado ao longo dos anos.

Neste sentido, o período de seca, 1979-83, entendida aqui como fator conjuntural - atingiu grande parte do território do Estado do Ceará. Nesse período, a agricultura sofria novo revés, obstando as condições de ocupação no campo e, conseqüentemente, inchando a massa de migrantes para a RMF que, reforçando o excedente da força de trabalho, contribuía de forma inequívoca para o rebaixamento das remunerações do setor informal. Levando em consideração o acontecimento, CARDOSO (1986) calculou alguns índices tentando evidenciar a evolução do quadro sócio-econômico na RMF.

Em 1985, à luz da influência do período de seca 1979-83, os 50% mais pobres detinham 14% da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 47% de toda a renda, de acordo com CARDOSO (1986).

Considerando-se apenas a distribuição interna, ou seja, dentro dos grupos segundo a estratificação por grau de instrução, observou-se que o grupo dos formados em curso superior apresenta uma redução na desigualdade, dada pelo índice de GINI que passa de 0,5216, em 1979, para 0,5142 em 1985, ao tempo em que, no grupo de analfabetos, no período considerado, há um aumento na concentração, indicada pelo índice de GINI que passa de 0,4070 para 0,4237. Entretanto, essas variações não foram suficientes para alterar a tendência da concentração de renda. O padrão se perpetua e se incrementa, aumentando os desequilíbrios sócio-

econômicos, comprometendo, cada vez mais, as condições de trabalho e de vida na RMF.

À luz de todas as reflexões feitas sobre os aspectos históricos, econômicos, conjunturais e demográficos do Estado do Ceará buscar-se-á, a partir do que se segue, suporte em bases teóricas para a análise da condição econômica dos residentes nas favelas da região Metropolitana de Fortaleza.

#### 4 ASPECTOS GERAIS DA POBREZA URBANA.

A análise formal da pobreza, isto é, quantitativa e qualitativa, esbarra em algumas dificuldades inerentes à mensuração de qualquer fenômeno social, dado a complexidade do assunto, conforme interpretação proposta no presente estudo. À revelia disso não se deve evitar uma análise numérica da pobreza, ainda que ocorra uma avaliação um pouco imprecisa.

Assim sendo, algumas abordagens sobre a questão "pobreza urbana", muitas vezes, buscam escamotear a verdadeira gênese do problema. Como acentuam PRADO & MACEDO (1980), a pobreza não deve ser interpretada como surgindo por meio de uma força sobrenatural, indescritível e inextricável, como reflexo da concepção imanente ao fenômeno. A pobreza não é característica natural a determinados indivíduos, na

sociedade, muito menos deve ser interpretada, isso em primeira instância, como decorrente da incapacidade genética, que obsta à ascensão social.

A partir de uma interpretação equivocada da pobreza, surgem medidas paliativas do tipo políticas assistencialistas visando a atenuar o problema. Esse tipo de proposição não remete a questão as suas verdadeiras causas, e, por isso, torna-se essencialmente estéril. Alguns apontam para os países capitalistas avançados buscando uma justificação para o seu receituário, sem se aperceberem da ineficiência inerente à aplicação de modelos assistencialistas a realidades totalmente diferentes. PRADO & MACEDO argumentam que a perspectiva meramente assistencialista decorre da carência de um quadro teórico adequado para o trato da questão pobreza urbana.

De uma forma geral, como atesta ROMÃO (1990), a pobreza pode ser estudada sob dois critérios distintos: objetivo ou subjetivo. O critério objetivo reporta-se às necessidades concretas dos indivíduos, tais como alimentação, vestuário, transporte, saúde e lazer. Por outro lado, o critério subjetivo envereda por uma visão romanesca do problema, visão esta expressa nas seguintes palavras:

"A pobreza, como a beleza, está no olhar de quem a vê" (ORHANSKY, 1969).

Uma vez aceito o critério objetivo cabe a dúvida

sobre se a ênfase do estudo deve dar-se no que tange à pobreza absoluta ou relativa. Vislumbrando tal fato, pode argumentar-se que os arautos de uma sociedade mais igualitária, eivados de utopia, vendo a razão da pobreza nas desigualdades sociais, dão mais ênfase às medidas relativas; já os conservadores, realistas políticos, preferem as medidas absolutas - não só atribuem um caráter mais transitório à pobreza, mas, especialmente, porque se adequam aos propósitos de manter o sistema sem modificá-lo em sua estrutura.

Decorre da argumentação acima que o objetivo político em voga acaba por constituir-se na "metodologia" apropriada para a estimação da linha de pobreza. A linha de pobreza perde muito de sua substância científica se utilizada como instrumento de pressão política, ou ainda como forma de escamotear as verdadeiras condições de vida de milhões de seres humanos. Tais abordagens acabam tornando-se espúrias, e, por conseguinte, tergiversam sobre o problema.

Tendo em vista tais considerações e visando a trilhar um caminho metodológico que tente se aproximar de forma lúcida do real, faz-se a opção neste trabalho pelo estabelecimento da linha de pobreza à luz do conceito clássico de "nível mínimo de subsistência", definido não através de avaliações de natureza puramente ideológica, mas pelas necessidades concretas e objetivas de subsistência da força de trabalho, em situações socialmente determinadas.

A pujança da análise via "nível mínimo de

subsistência" surge quando se percebe que as condições que determinam tal nível dependem dos fatores histórico-sociais, e portanto atrelados ao patamar tecnológico e organizacional da produção, ou seja, volátil a estes. Sendo assim, torna-se possível apreender e delimitar o foco da análise através do entendimento da dinâmica do mercado de trabalho, do qual emana a pobreza atinente a determinados indivíduos e famílias em uma determinada região.

O ponto de partida no que tange à determinação da linha de pobreza, no entender do presente estudo, deve dar-se através do estabelecimento do nível mínimo de subsistência. Isto posto, este trabalho adota exposição metodológica que remonta, essencialmente, ao pensamento de ROWNTREE (1901).

Do ponto de vista teórico, a noção de salário de subsistência calca-se no pensamento econômico clássico do século XVIII. Para os clássicos (Smith; Ricardo; Marx) era consensual a idéia de que o salário de subsistência dependia do preço dos alimentos e dos outros produtos necessários à manutenção do trabalhador. Ricardo também defendia a existência de um preço para o trabalho que era regido pelas forças de oferta e procura do mercado, que, por sua vez, deveria aproximar-se do salário de subsistência. Stuart Mill enveredou por esta segunda abordagem de Ricardo, ao admitir que o salário de subsistência tenderia a estabelecer-se ao nível de equilíbrio. Para Marx, o salário manter-se-ia no

nível de subsistência definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Sob a hoste neoclássica, o salário foi definido como uma função direta do produto físico marginal do trabalho dentro da hipótese de um mercado em concorrência perfeita. Marshall, por sua vez, aceitava que os níveis de salários seriam regidos pelas forças de oferta e demanda de mercado. Admitia, também, que os salários deveriam guardar estreita relação com o nível de subsistência, independentemente da estrutura de mercado.

LEWIS (1954) aceita a tese dos economistas clássicos de que o salário reflete o custo de reprodução da força de trabalho. Porém, engendrou a idéia de que o salário de subsistência é determinado pelo que os trabalhadores poderiam ganhar fora do setor capitalista da economia. O ponto centripeto, nesta abordagem, é o conceito de "salário sombra"<sup>10</sup>. Com a queda do salário sombra aumenta o incentivo para que os trabalhadores do setor rural emigrem para o setor capitalista movidos por fatores como, possível melhoria salarial, estabilidade no emprego, atrativos da vida urbana, etc. O ponto fundamental a frisar-se é que o nível salarial no setor capitalista, independentemente do mecanismo que estabelece o nível mínimo de rendimentos, depende, em consequência, da forma de produção do rendimento que é

<sup>10</sup> Entendido aqui como o salário que os trabalhadores poderiam ganhar fora do setor capitalista da economia.

auferido no setor de subsistência<sup>1º</sup>.

Não há consenso acadêmico em relação à determinação da linha de pobreza. Neste sentido, como já enfatizado, a metodologia adotada por cada estudioso depende da respectiva interpretação do problema proposto, no caso a pobreza urbana. Algumas dentre as propostas metodológicas são as seguintes:

- a)- Atualização do valor monetário da cesta de bens estipulada pelo Decreto-Lei 399/1938. Como é sabido, tal cesta embasou a determinação do valor monetário do item alimentação, quando da criação do salário mínimo no Brasil.
- b)- Escolha arbitrária de um certo número de salários mínimos como a ~~renda~~ mínima de subsistência.
- c)- Deduz-se o custo mínimo de uma dieta alimentar satisfazendo os requisitos mínimos de nutrientes e calorias necessários à vida humana. A partir daí, estima-se a média dos gastos em alimentação como uma proporção dos gastos mínimos totais, de onde se extrai a renda de subsistência.

<sup>1º</sup> Cabe acrescentar que o modelo lewisiano é o único, até agora, que aborda a questão da determinação dos salários em economias atrasadas, conforme atesta SOUSA (1980).



Cabem algumas considerações sobre as propostas metodológicas para a determinação da linha de pobreza. Para início de exposição, qualquer tentativa de usar-se o DL 399 de 1938 resulta em superestimação da linha de pobreza<sup>120</sup>. Como atestam ARRACS & SOARES (1989), ao analisar-se a parte da cesta concernente ao item alimentação, referente ao DL 399, constata-se um excesso de conteúdo calórico-protéico em relação ao mínimo das necessidades humanas atuais. Esse excesso se comparado a recomendação da FAO/OMS seria de mais de 50 g de proteínas e pelo menos 150 kcal. À revelia desse fato, FERREIRA (1983), tentando caracterizar a pobreza na RMF, usou o DL 399 a preços de jan/76 e chegou a conclusão de que o valor da cesta equivalia a 72,7% do salário mínimo, e daí, a linha de pobreza foi calculada como sendo 1,375 salários mínimos da época. Ainda o mesmo FERREIRA, calculou indicadores de pobreza relativa e absoluta para cada um dos municípios que compõem a RMF. O município de Pacatuba apresentou todos os índices assumindo os maiores valores; a linha de pobreza estabeleceu que 96% das famílias se encontravam em estado de pobreza absoluta e que a defasagem de renda dessas famílias era de 71% da renda definidora da linha de pobreza. No caso do município de Fortaleza, a linha de pobreza estabeleceu que 68,2% das famílias se encontravam em estado de pobreza absoluta e que a defasagem média em

<sup>120</sup> É importante não desprezar os avanços obtidos pelos estudiosos da engenharia de alimentos, desde 1938 até os dias atuais.

relação à linha de pobreza, dessas famílias, era de 60,7%.

HOFFMANN (1984) é um dos que advogam o uso do salário mínimo para definir a linha de pobreza, pois, no seu entender, deve-se ter uma medida de pobreza em termos reais, a fim de captar-se a dinâmica dos preços relativos de todos os itens que compõem a cesta global. Por outro lado, é argumentado comumente que a metodologia que arbitra um ou dois salários mínimos como definição da linha de pobreza deve ser admoestada pelo fato de o salário mínimo ter sido descaracterizado ao longo do tempo, conforme expõem OLIVEIRA (1977) e MAIA & SALDANHA (1989).

BCME-BIBLIOTECA

A terceira proposta metodológica de determinação da linha de pobreza entende a análise do padrão de subsistência como um conceito absoluto e relativo, concomitantemente. Tomando como ponto de partida o princípio de que quando uma economia se desenvolve, mudanças ocorrem na atitude social em direção a um padrão de vida mínimo mais decente. Pode concluir-se que subsistência é um padrão de vida mínimo a tempo e sociedade, bem como uma fronteira entre dois estados sociais.

Tendo em vista algumas dificuldades encontradas na avaliação empírica do mínimo de subsistência, ATKINSON (1975) se mostra cético quanto à objetividade deste procedimento.

Por outro lado, como assinalam ARRAES & SOARES (1987), as diferenças causadas pelo tamanho físico e

condições de saúde, ambiente de trabalho e esforço de atividade dentro de uma mesma comunidade, tornam o uso de uma única medida de norma nutricional para a determinação da subsistência sujeita à capitulação, num sentido mais amplo.

Num enfoque abrangente, são dois os aspectos principais da pobreza: A identificação do pobre e a determinação da magnitude da pobreza. Entretanto, sobrepondo-se às discordâncias de caráter teórico, o ponto centrípeto dessa análise é a determinação de uma linha de pobreza baseada em um padrão de necessidades mínimas. Uma vez determinado esse padrão, os índices de pobreza (proporção de pobres; hiato de renda da pobreza) são derivados e estimados para nortear políticas econômicas que visem a superar o problema detectado.

Posta a necessidade da linha de pobreza para o presente estudo, retomar-se-á neste ponto a discussão de caráter metodológico sobre a determinação da mesma. Em relação ao item alimentar ARRAES & SOARES (1987), discordam de ROCHA (1988) e também de FERREIRA (1983), ao postularem que a linha de pobreza deve ser definida a partir da componente alimentação baseada em uma dieta de custo mínimo. O método utilizado por ARRAES & SOARES busca, em termos teóricos, um "mínimo inquestionável", contradizendo a proposição de ROCHA (1988)<sup>#1</sup>.

<sup>#1</sup> Ao utilizar a cesta definida por FAVA (1984), cesta esta composta de doze produtos apenas, ROCHA (1988) respeita parcialmente os hábitos alimentares da RMF.

Apesar de seguir procedimento corriqueiro para a especificação da dieta de custo mínimo, a metodologia proposta por ARRAES & SOARES (1989) impõe restrições mais precisas e completas ao modelo de programação linear<sup>222</sup>.

ROCHA (1988), por sua vez, aferra-se à definição de linhas de pobreza ao longo do tempo, baseado nos resultados da cesta alimentar e coeficiente de Engel encontrados por FAVA (1984), atualizando os valores da cesta aos preços correntes das regiões metropolitanas brasileiras para os anos 1981, 1983, 1985 e 1986. Os resultados em termos per capita, para a RMF, estabeleceram linhas de pobreza em 0,72; 0,63; 0,50 e 0,40 salários mínimos para os respectivos anos analisados<sup>223</sup>.

ROMÃO (1990) calculou a linha de pobreza para a região Nordeste, e indicou-a como sendo de 0,7795 salário mínimo vigente em setembro de 1986. Cabe salientar que ROMÃO (1990) reportou-se ao procedimento tradicional de aferição do coeficiente de Engel - como é sabido, os gastos não alimentares (diferença entre a linha de pobreza e o custo da dieta) foram obtidos a partir da relação normativa entre

<sup>222</sup> O modelo utilizado por esses estudiosos menciona sessenta e duas mercadorias concernentes às preferências dos consumidores cearenses.

<sup>223</sup> A cesta de bens proposta por Fava respeita, de forma parcial, as preferências dos consumidores nordestinos, por ater-se apenas às necessidades calóricas e concentrar-se, por conseguinte, em doze mercadorias apenas.

gastos com alimentação e gastos totais (coeficiente de Engel) das famílias pobres, localizadas nas cercanias de valor da dieta na distribuição de despesas do ENDEF. A partir da sobrecitada linha de pobreza, concluiu-se que 40,1% das pessoas residentes na região Nordeste se encontravam abaixo da mesma. É incontestável que 1986 foi um ano atípico devido ao plano cruzado, contudo, tal percentual retrata que, a despeito de esforços distributivistas, a pobreza se apresentou como ingente e até por que não inamovível.

PRADO (1983) define pobreza como vida social em condição inferior àquela do mínimo de subsistência, com ênfase no aspecto nutricional. O mesmo Prado calculou a linha de pobreza, levando em conta as famílias compostas de três adultos, para Fortaleza como sendo de 1,73 salários mínimos (com base em preços de agosto de 1974). A partir desses resultados, Prado calculou índices de Sen, Anand e Fislow para aferir a pobreza e então foi feita uma comparação com Recife e Salvador. O autor constatou que, dentre as três regiões metropolitanas, Fortaleza apresenta os maiores índices de pobreza, apesar de conter menor número de famílias pobres.

HICKS & VETTER (1983), tendo como objetivo lançar dúvidas sobre o critério proposto pelo Banco Mundial para aferição da pobreza, usaram uma dieta de custo mínimo elaborada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1973, a qual

levou em consideração os hábitos de 235 famílias residentes no Rio de Janeiro<sup>24</sup>. A partir disso, a linha de pobreza absoluta foi definida pela razão entre o custo da dieta e a proporção do gasto familiar em alimentação, proporção esta obtida através do ENDEF (1974-75) para famílias na faixa de 2,1-3,5 salários mínimos. Os resultados alcançados foram os seguintes: Para famílias compostas de três adultos, a linha de pobreza absoluta em 1974 para a RMF situou-se no nível de 2,34 salários mínimos, contrariando o resultado obtido por Prado, conforme citação anterior.

Tendo em vista as propostas metodológicas que tomam por base o conceito clássico de nível mínimo de subsistência, discorrer-se-á sobre as duas formas alternativas para a determinação da linha de pobreza que fornecerá subsídios para a apreensão da pobreza nas favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

PRADO & MACEDO (1980), argumentam em torno da dificuldade de empregar-se os atributos qualificativos mais importantes para especificar o mínimo de subsistência. Normalmente, tal dificuldade é superada através do seguinte procedimento tradicional: Tomando-se a relação entre gastos alimentares e dispêndios totais, obtida do próprio comportamento das famílias numa classe de dispêndio específica, e do mínimo gasto em alimentação obter-se-á uma

<sup>24</sup> O Banco Mundial utilizava, então, três salários mínimos como o marco divisório da pobreza absoluta, à revelia da área urbana em análise.

estimativa do mínimo de subsistência; a partir daí é possível proceder-se a avaliação da dimensão da pobreza; matematicamente:

$LP = GMRN \cdot 1/CE$  ; onde

LP - linha de pobreza;

GMRN - grandeza monetária dos requisitos nutricionais;

CE - coeficiente de Engel, obtido a partir da observação dos gastos alimentares das famílias.

Sem vituperar, cabe salientar que o procedimento acima delineado, denominado aqui de método 2 de cálculo da linha de pobreza, traz no seu bojo a mensagem de que uma vez atendidas as necessidades nutricionais das famílias, todas as outras necessidades não alimentares são concomitantemente atendidas. Ocorre, todavia, que a não especificação dos itens não-alimentares suscita críticas por parte de muitos estudiosos - o já citado ATKINSON (1975) é um deles. Nesse sentido, cabem algumas reflexões gerais sobre os itens não alimentares.

Reconhece-se no estudo em voga, a dificuldade de escolher-se e mensurar os itens não alimentares que junto ao item alimentar perfazem o valor monetário que determina a

linha de pobreza<sup>25</sup>.

À luz desse reconhecimento, argumenta-se em contrapartida que tendo em vista algumas peculiaridades inerentes à pesquisa efetuada nas favelas da RMF - o formulário da pesquisa menciona, no que se refere a gastos, apenas os dispêndios com aluguel, água, energia elétrica e transportes -, é possível especificar estes itens em termos monetários que adicionados à Grandeza Monetária dos Requisitos Nutricionais (GMRN) permitem a determinação do valor da linha de pobreza<sup>26</sup>.

Feitos tais esclarecimentos, declinar-se-á sumariamente o procedimento metodológico alternativo, definido aqui como método 1, para a determinação do valor monetário da linha de pobreza atinente à população favelada da RMF:

- a)- Especificação do tamanho familiar médio a partir da pirâmide populacional fornecida pela pesquisa efetuada nas favelas da RMF. Tal aferição será obtida a partir do corte ao nível de três salários mínimos efetuado

<sup>25</sup> Para facilitar a exposição, a discussão sobre a especificação de apenas quatro itens não alimentares aparece após a sumarização do método 1 de cálculo da linha de pobreza.

<sup>26</sup> É importante esclarecer que o procedimento tradicional de aferição do coeficiente de Engel não foi executado nas favelas da RMF, o que, sem dúvida, impõe admoestação à utilização da fórmula  $LP = GMRN \cdot 1/CE$  para avaliação da pobreza no espaço em estudo.



na tabela que cruza informações de renda com faixas etárias, estas últimas estabelecidas de acordo com as especificações nutricionais. Cabe adicionar que se escolheu o nível de três salários mínimos para captação das características de sexo e idade da população favelada da RMF, em 1981, porque tal nível de renda é indicado, de forma geral, como marco divisório da pobreza absoluta no Brasil.

- b)- Determinação da Grandeza Monetária dos Requisitos Nutricionais (GMRN) para o tamanho familiar médio, a partir de uma cesta alimentar contendo sessenta e dois produtos, cesta esta que respeitava os hábitos alimentares da população urbana da RMF obtida através da solução de um modelo de programação linear, elaborado por ARRAFES & SOARES (1989), para a população da RMF em 1979. A partir da solução em termos físicos, procedeu-se a atualização monetária para setembro de 1981, sob a hipótese de que os preços relativos dos produtos que compunham a cesta, em 1979, não sofreram variação até 1981.
- c)- Cálculo do valor monetário médio de gastos.

com aluguel, água, energia elétrica e transportes das famílias faveladas da RMF. Obtem-se tal valor a partir do gasto médio das famílias que efetivamente dispendiam com cada um dos quatro itens não alimentares, levando-se exclusivamente em consideração as famílias que ocupavam os três decis superiores de valores monetários gastos com cada um dos quatro itens não alimentares.

d)- Finalmente, a linha de pobreza é determinada pela soma da GMRN mais o valor monetário médio de gastos com aluguel, água, energia elétrica e transportes das famílias faveladas.

A soma de dois itens agregados, alimentar e não alimentar - este último composto exclusivamente de gastos com aluguel, água, energia elétrica e transportes - merece considerações mais acuradas.

No que tange ao item alimentar, como já discutido linhas atrás, o grau de arbitrariedade é desprezível, pois, de uma forma ou de outra sua confecção está atrelada a recomendações nutricionais<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Ainda que os nutricionistas diverjam em relação ao nível nutricional adequado para conservação e estabilidade do ser humano, no desempenho das atividades diárias, tal divergência não é substancialmente significativa para enriquecer a análise que aqui se desenvolve.

Em relação aos itens não alimentares, admite-se que é provável que a inclusão explícita e exclusiva dos componentes aluguel, água, energia elétrica e transportes implique em alguma arbitrariedade. Por outro lado, uma vez que isto é feito tomando-se por base o comportamento efetivo dos gastos, com tais itens, de famílias que residem num espaço físico mais ou menos homogêneo em termos ocupacionais e de baixa renda - favelas, no caso -, preserva-se o bom senso.

Objetivamente, em relação aos itens não alimentares o que se faz é observar como se comportam em termos de gastos, as famílias menos vilipendiadas residentes nas favelas da RMF<sup>20</sup>. É evidente que a metodologia que especifica apenas quatro itens não alimentares (aluguel, água, energia elétrica e transporte) subestima o valor final da linha de pobreza, pois, despesas com vestuário, além de outras menos importantes, mas não desnecessárias, são desconsideradas, tendo em vista a enorme dificuldade para sua mensuração<sup>21</sup>.

Neste sentido, postula-se que tais famílias, ainda que se afigure como provável estarem um pouco aquém de um padrão de vida condigno, encontram-se bem próximas ao gasto

<sup>20</sup> Em relação aos itens não-alimentares tais como gastos com saúde, lazer, etc., admite-se que os mesmos são ofertados pelo poder público.

<sup>21</sup> O ENDEF, versão 1989, indica que as despesas com vestuário representam, na RMF, 10% do orçamento familiar.

mínimo indispensável com água, aluguel, energia elétrica e transportes; tomados individualmente. É importantíssimo atentar para o fato de que para o cálculo do valor monetário de cada um dos quatro itens tomar-se-á um grupo de famílias diferente do outro, isto é, o grupo de famílias que de fato dispndia com o item não alimentar em consideração. A partir de cada um dos quatro grupos de famílias distintos faz-se o alinhamento em ordem crescente de valores monetários, tomando-se, por conseguinte, o valor médio advindo dos três decis superiores.

Uma vez confeccionada a linha de pobreza passar-se-á para a avaliação da pobreza nas favelas da RMF. Visando aquilata-la recorre-se aos índices de pobreza. Cabe reportar que tal procedimento metodológico é comumente utilizado nos estudos sobre o assunto que aqui pulula.

ARRAES & SOARES (1987) assinalam que a referida escolha é embasada no poder de explicação objetivo desses índices no que diz respeito a questões relacionadas com a extensão relativa do número de famílias pobres, a deficiência relativa da massa de renda dessas famílias e a proporção de renda das famílias não pobres que deveria ser transferida às famílias pobres para se eliminar a pobreza.

Empregar-se-ão dois índices para aquilatar a pobreza nas favelas da RMF. O primeiro, índice de SEN (1976) e suas componentes, que trata da magnitude da pobreza mais em termos absolutos, e o segundo, o índice de FISHLOW (1972)

que explora a deficiência de renda dos pobres em termos relativos.

a)- índice de Sen- Existem duas medidas que podem dimensionar o estado de pobreza absoluta. A primeira, leva em consideração a extensão do número de famílias pobres, sendo definido por:

$$H=Q/N ; \text{ onde,}$$

H - Mostra a proporção de famílias pobres vivendo em estado de pobreza absoluta;

Q - número de famílias abaixo da linha de pobreza;

N - população de famílias.

BCME-BIBLIOTECA

A segunda medida toma em consideração a deficiência de renda das famílias pobres em relação à linha de pobreza, sendo definida da seguinte forma:

$$I = (Z-M)/ Z ; \text{ onde,}$$

M - renda média das famílias pobres

Z - Linha de pobreza

OBS: Note-se que as medidas H e I situam-se no intervalo (0,1) - indicando maior grau de pobreza quanto mais próximo de um estiverem. Entretanto, algumas desvantagens podem ser apontadas nessas medidas, pois, enquanto o índice H é

insensível ao diferencial de renda em relação à linha de pobreza, o índice I, por sua vez, é desatrelado do número de famílias pobres.

Devido a tais críticas, SEN (1976) propõe um índice alternativo que considera a distribuição de renda entre os pobres, bem como pondera os hiatos de renda pelo número correspondente de famílias pobres, sendo apresentado como:

$$P = H [ I + ( 1 - I ) G ] ; \text{ onde,}$$

$$H = Q / N$$

$$I = ( Z - M ) / Z ;$$

BCME-BIBLIOTECA

$$G = \text{índice de gini das famílias pobres ;}$$

$$Z = \text{linha de pobreza ;}$$

$$Q = \text{nº de famílias pobres ;}$$

$$N = \text{total de famílias ;}$$

$$M = \text{renda média das famílias pobres.}$$

b)- índice de Fishlow- Este índice estabelece a relação entre o déficit de renda de todas as famílias pobres e a renda das famílias não pobres. Sua especificação é a seguinte:

$$F = ( Z - M ) / ( N . M^* - Q . M ) ; \text{ onde,}$$

$M^*$  é a renda média do total de famílias, enquanto as outras notações são definidas como anteriormente.

O índice de Fishlow é bem diferente daquele proposto por Sen, por depender da divisão do produto social entre as

famílias pobres e não pobres. Isso evidencia a sensibilidade desse índice a alterações no produto econômico de um espaço físico. Deve-se interpretá-lo como um índice de pobreza relativa, pois tal como formulado, o mesmo demonstra, em termos relativos ou percentuais, de quanto se deve transferir de renda dos não pobres para os pobres para se eliminar a pobreza absoluta.

BCME-BIBLIOTECA

## 5 DADOS E METODOLOGIA.

### 5.1 Fonte de dados.

A fonte de dados primários que dá suporte a este trabalho é oriunda da pesquisa realizada nas favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), durante o período de Junho até Agosto de 1981, executada pelo SINE-CE<sup>20</sup> sob responsabilidade da PROAFA<sup>21</sup> (Fundação Programa de Assistência às Favelas da RMF). Assim sendo, os dados decorrem de um corte transversal no ano de 1981 quando, vale frisar, ocorreram seca no Ceará e recessão econômica no Brasil.

É fundamental ressaltar que, em princípio, foram pesquisadas todas as favelas existentes na RMF, em 1981. Tal pesquisa se reveste de grande significação, pois, foi a primeira, de grande envergadura, realizada nas áreas mais carentes da RMF, permanecendo, ao que se saiba, inexplorada ao nível de análise e interpretação dos resultados.

Em cada favela pesquisada tomou-se como amostra a proporção de 25% dos domicílios existentes na mesma. Em linhas gerais, o entrevistador, a partir do primeiro domicílio na entrada da favela, dirigiu-se linearmente

<sup>20</sup> A tarefa de elaboração do questionário, coleta dos dados ficou a cargo do SINE-CE.

<sup>21</sup> Órgão ligado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Ceará.



observando o intervalo de três em três domicílios, conferindo certo caráter aleatório a coleta dos dados.

Em cada domicílio, os dados foram coletados ao nível de cada unidade familiar, atribuindo-se ao chefe da família a responsabilidade pelas respostas. Assim sendo, houve um direcionamento dos esforços no sentido de que todos os itens do questionário fossem respondidos, exceto aqueles que não se aplicavam a determinadas pessoas ou famílias, por exemplo:

- a)- Migração: Para pessoas que nasceram no município onde residem.
- b)- Renda com Comprovante: Para pessoas que não podem, por algum motivo, comprovar renda.

Quanto à pesquisa propriamente dita, objetivou apurar informações de cada unidade familiar no que diz respeito aos seguintes itens:

- CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS DOS RESIDENTES
- RENDA E DESPESA FAMILIAR
- ASPECTOS LOCACIONAIS E DE EMPREGO
- CARACTERIZAÇÃO HABITACIONAL

Após a apresentação da estrutura da pesquisa cabem algumas considerações relevantes:

- a)- No que diz respeito aos dados referentes ao item II( RENDA E DESPESA FAMILIAR ), serão os mesmos utilizados tendo em vista o salário mínimo vigente no período de

execução da pesquisa.

- b)- A constatação imediata de que a pesquisa visou a traçar um perfil sócio-econômico de cada unidade familiar submetida ao questionário.
- c)- As informações referentes à variável renda foram obtidas ao nível familiar. Sendo assim, é impossível realizar comparações no que tange a rendimentos auferidos, tomando-se o indivíduo como unidade de análise.

Em princípio estabeleceu-se que, na presente dissertação, a análise e interpretação das informações advindas da pesquisa dar-se-ia à luz de uma regionalização das favelas no âmbito da RMF. Todavia, no bojo da realização dos testes de consistência dos dados, teste este efetuado no centro de computação do Curso de Mestrado em Economia-CAEN, da Universidade Federal do Ceará, verificou-se a inviabilização desse objetivo. Uma vez que determinaram a perda de 35% do total de dados coletados junto aos favelados da RMF<sup>32</sup>.

Outras fontes de dados utilizadas no presente estudo são as seguintes:

- a)- PNAD's de 1979 até 1985 fornecidas pela

<sup>32</sup> Este fato contribui para que a interpretação das informações provenientes da pesquisa efetuada nas favelas seja feita com certa reserva.

FIBGE.

- b)- Censo demográfico de 1970 e 1980.
- c)- Censo econômico de 1975.
- d)- Pesquisa direta realizada pelo curso de mestrado em economia (CAEN) em 1979 e em 1983.
- e)- Pesquisa realizada pelo SINE-CE em 1985.
- f)- CNDCF 1974-75 para a RMF.
- g)- Pesquisa realizada em 1982 pela Fundação Joaquim Nabuco nas favelas da Região Metropolitana de Recife.

## 5.2 Metodologia.

A metodologia utilizada, no presente estudo, para a apreensão aproximada das condições econômicas dos residentes nas favelas da RMF toma como elemento basilar o estabelecimento da linha de pobreza - abaixo da qual as famílias são consideradas em estado de pobreza absoluta para a população alvo. O simples estabelecimento da linha de pobreza induz a comparações entre as famílias que se encontram acima e abaixo da referida linha.

JAGUARIBE (1986), por sua vez, estabelece a linha de pobreza para o Brasil como um todo, ao nível do indivíduo, como sendo de dois salários mínimos vigente à época. A partir da referida linha, absolutamente arbitrária, o Professor

Jaguaribe estabelece uma estratificação caracterizando os indivíduos em três grupos diferentes de acordo com a renda mensal auferida, assim:

- a) Pobres - 1 a 2 salários mínimos.
- b) Indigentes - 1/2 a 1 salário mínimo.
- c) Miserável - 0 a 1/2 salário mínimo.

Cabe de pronto ressaltar que, de acordo com a filosofia da presente dissertação, a linha de pobreza deve, preferencialmente, ser estabelecida ao nível familiar<sup>33</sup>, visando a evitar distorções numéricas no que tange à avaliação da pobreza<sup>34</sup>.

Em relação à estratificação daqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza, elaborada pelo Professor Jaguaribe, ainda que válida, carece de respaldo de natureza semântica. Assim sendo, adota-se aqui o conceito de pobres como sendo todas aquelas famílias, residentes nas favelas da RMF, em 1981, que se encontravam abaixo da linha de pobreza.

Isto posto, são elaboradas, no presente estudo, duas linhas de pobreza, fundamentadas em procedimentos diferentes no que concerne aos itens não alimentares, visando a contribuir para a discussão metodológica sobre a mensuração

<sup>33</sup> ADAM SMITH (1776) advogava que o salário de subsistência é a base para reprodução do trabalhador e de sua "raça". Daí deduz-se o fundamento teórico para o estabelecimento da linha de pobreza ao nível familiar.

<sup>34</sup> Neste sentido, cabe imaginar um caso hipotético de uma professora primária do interior do Brasil, esposa de um fazendeiro, sendo denominada como pobre, indigente ou miserável.

da pobreza no Brasil.

A linha de pobreza obtida através do coeficiente de Engel, procedimento tradicional utilizado no Brasil, denominada no presente estudo de método 2, pressupõe que a partir da estimativa da proporção dos gastos alimentares no orçamento familiar é possível estabelecer-se uma extrapolação de tal sorte que, uma vez estabelecido o gasto alimentar mínimo, torna-se palatável inferir que todas as outras necessidades não alimentares são também atendidas<sup>39</sup>. Esse procedimento recebe admoestação devido ao fato de não especificar, em bases físicas e monetárias, os itens não alimentares.

Visando a minorar a margem de erro embutida no procedimento tradicional de cálculo da linha de pobreza, coeficiente de Engel, denominado aqui de método 2, busca-se confeccionar outra linha de pobreza, através da observação dos gastos não alimentares (aluguel, água, energia elétrica e transporte) das famílias faveladas na RMF em 1981.

Entende-se aqui que a linha de pobreza composta do item alimentar e de apenas quatro itens não alimentares, chamada no presente estudo de linha de pobreza obtida via método 1, devido fundamentalmente ao caráter relativamente arbitrário do que se considera um gasto plausível com aluguel, água, energia elétrica e transporte das famílias

<sup>39</sup> Os estudos do INDEF trazem a radiografia do orçamento familiar.

faveladas na RMF em 1981, e subliminarmente a omissão de outros itens não alimentares, merece algumas críticas. Por outro lado, este procedimento tem o mérito de buscar uma maior aproximação da realidade, ainda que não elimine a possibilidade de subestimação ou sobrestimação do valor monetário final da linha de pobreza<sup>36</sup>.

A aferição dos valores monetários referentes aos quatro itens não alimentares tem como ponto de partida a formação de quatro grupos distintos de famílias, assim:

- 1 - Famílias que efetivamente dispendiam com aluguel.
- 2 - Famílias que efetivamente dispendiam com água.
- 3 - Famílias que efetivamente dispendiam com energia elétrica.
- 4 - Famílias que efetivamente dispendiam com transporte.

Tomando-se cada um dos quatro grupos de família acima mencionados, separadamente, faz-se o alinhamento em ordem crescente de valores monetários gastos com o item não alimentar em consideração, visando auferir-se a média monetária advinda dos três decis superiores. Admite-se, nesse sentido, que tal média aproxima-se da fronteira mínima de gastos com cada um dos quatro itens não alimentares por

<sup>36</sup> A pesquisa efetuada nas favelas da RMF só menciona gastos com aluguel, água, energia elétrica e transporte.

entender-se que se trata de um espaço desprivilegiado em termos ocupacionais, favelas no caso.

Cabe explicar a omissão de outros itens não alimentares. Nesse sentido, supõe-se que os gastos com saúde, lazer e etc. são providos pelo poder público; já em relação ao item vestuário sabe-se, por meio do ENDEF-1989, que o mesmo representa 10% do orçamento familiar. Tendo em vista a dificuldade para sua especificação e mensuração, em termos monetários, lança-se a hipótese de que a linha de pobreza elaborada via método 1 é subestimada devido a sua ausência<sup>37</sup>.

Uma vez definida a população pobre passa-se para a avaliação da qualidade da pobreza. Visando avaliá-la de forma mais acurada utilizam-se índices que proporcionam um quadro da incidência e evolução da pobreza relativa e absoluta. Os dois índices escolhidos, conforme já discutido, são os índices de SEN (1976) e de FISHLOW (1972).

A metodologia aqui apresentada se arvora de algumas peculiaridades que positivamente conduzirão a consecução do objetivo-mor do presente estudo, qual seja, o de apreender as condições econômicas dos residentes nas favelas da RMF. Neste sentido, entende-se que a utilização de índices de pobreza deve-se ao poder de explicação destes no que

<sup>37</sup> A mensuração monetária do item vestuário seria possível numa economia socialista; já numa economia capitalista esbarra na infundável diferenciação desse produto.

concerne a questões relacionadas com a extensão relativa do número de famílias pobres, a deficiência relativa da massa de renda dessas famílias e a proporção de renda das famílias não pobres que deveria ser transferidas às famílias pobres para se eliminar a pobreza. O cálculo de índices de pobreza leva primeiro em consideração o conhecimento da linha de pobreza, pois, normalmente, a linha de pobreza aparece como argumento na fórmula de cálculo dos mesmos.



## 6 RESULTADOS EMPIRICOS

À luz dos fatores que contribuem para a ocorrência da pobreza, inicia-se a apresentação dos resultados empíricos oriundos da pesquisa efetuada nas favelas da RMF em 1981, pelo SINE-CE, a pedido da PROAFA.

A análise basilar do presente estudo fundamenta-se na confecção da linha de pobreza. Esta, conforme já explanado e de acordo com o presente estudo, é composta de duas parcelas expressas em valores monetários: Item alimentar e Item não alimentar.

O primeiro passo visando à obtenção do valor monetário do item alimentar dá-se através da tabela 1. As informações a seguir têm por objetivo principal apresentar a distribuição etária - distribuição esta fundamentada nas necessidades calóricas-protéicas distintas para as três fases da vida do ser humano -, atrelada ao nível de renda familiar.

A tabela 1 indica que havia nas favelas da RMF, em 1981, uma preponderância de indivíduos acima de 19 anos de idade (65%); A PNAD-1981, por sua vez, para a RMF como um todo, registra que 49,47% das pessoas encontravam-se nessa faixa de idade. Observe-se aí a supremacia, em termos percentuais, de pessoas residentes nas favelas da RMF em comparação com a RMF como um todo, na fase mais produtiva de suas vidas.

Tabela 1. Distribuição Etária de acordo com o Nível de Renda Familiar das Famílias Residentes nas Favelas da RMF, 1981.

FAIXA DE RENDA	GRUPOS DE IDADE												TOTAL INDIVIDUOS
	00 - 10				11 - 19				Acima de 19				
	Q T D	%	% Acum.	% (*)	Q T D	%	% Acum.	% (*)	Q T D	%	% Acum.	% (*)	
0	5	0,4	0,4	9,8	9	0,2	0,2	17,6	37	0,3	0,3	72,5	51
0,0 - 0,5	41	3,4	3,8	80,4	166	3,0	3,2	28,5	375	3,0	3,3	64,4	582
0,5 - 1,0	255	21,1	24,9	500,0	885	16,2	19,4	24,8	2.430	19,4	22,7	68,1	3570
1,0 - 1,5	276	22,8	47,6	541,2	1.142	20,9	40,3	25,9	2.987	23,9	46,6	67,8	4405
1,5 - 2,0	180	14,9	62,5	352,9	780	14,3	54,6	28,8	1.750	14,0	60,6	64,6	2710
2,0 - 2,5	141	11,6	74,2	276,5	688	12,6	67,2	30,2	1.446	11,6	72,1	63,6	2275
2,5 - 3,0	123	10,2	84,3	241,2	581	10,6	77,9	30,5	1.203	9,6	81,8	63,1	1907
3,0 - 3,5	52	4,3	88,6	102,0	306	5,6	83,5	34,7	523	4,2	85,9	59,4	881
3,5 - 4,0	41	3,4	92,0	80,4	303	5,6	89,0	34,4	538	4,3	90,2	61,0	882
4,0 - 4,5	42	3,5	95,5	82,4	225	4,1	93,2	30,5	470	3,8	94,0	63,8	737
4,5 - 5,0	16	1,3	96,8	31,4	96	1,8	94,9	35,7	157	1,3	95,3	58,4	269
5,0 - 5,5	15	1,2	98,0	29,4	62	1,1	96,1	31,5	120	1,0	96,2	60,9	197
5,5 - 6,0	5	0,4	98,4	9,8	47	0,9	96,9	24,1	143	1,1	97,4	73,3	195
6,0 - 6,5	0	0,0	98,4	0,0	15	0,3	97,2	30,0	35	0,3	97,6	70,0	50
6,5 - 7,0	2	0,2	98,6	3,9	18	0,3	97,5	29,0	42	0,3	98,0	67,7	62
7,0 - 7,5	1	0,1	98,7	2,0	41	0,8	98,3	36,0	72	0,6	98,5	63,2	114
7,5 - 8,0	2	0,2	98,8	3,9	14	0,3	98,5	33,3	26	0,2	98,8	61,9	42
8,0 - 8,5	5	0,4	99,3	9,8	11	0,2	98,7	29,7	21	0,2	98,9	56,8	37
8,5 - 9,0	2	0,2	99,4	3,9	20	0,4	99,1	38,5	30	0,2	99,2	57,7	52
9,0 - 9,5	0	0,0	99,4	0,0	12	0,2	99,3	41,4	17	0,1	99,3	58,6	29
9,5 - 10,0	2	0,2	99,6	3,9	10	0,2	99,5	37,0	15	0,1	99,4	55,6	27
M. Q. 10,0	5	0,4	100,0	9,8	27	0,5	100,0	25,7	73	0,6	100,0	69,5	105
TOTAL	1.211	100,0	-	-	5.458	100,0	-	-	12.510	100,0	-	-	19.179

Fonte: PROAFA

Nota: O número de famílias é de 4.915.

A tabela 2 expõe o segundo passo referente à elaboração do valor monetário do item alimentar. Infere-se a partir da mesma o sub-grupo composto pelas famílias que se encontram ao nível de renda até três salários mínimos, bem como as características etárias apresentadas pela tabela 1.

O corte ao nível de três salários mínimos justifica-se por ser este o nível de renda indicado, de forma geral, como marco divisório da pobreza absoluta no Brasil. Tal recomendação funciona no presente estudo como a âncora para a captação das características de tamanho familiar, idade e sexo da população favelada na RMF.

De posse de tais informações chega-se ao tamanho familiar médio da população residente nas favelas da RMF: 3,91 pessoas por família<sup>30</sup>.

A PNAD-1981, para a RMF como um todo, sem levar em consideração qualquer delimitação referente à renda, indica que o tamanho familiar médio era de 4,63, evidenciando-se assim famílias maiores na RMF como um todo em relação às favelas. ARRAES & SOARES (1989), por sua vez, encontraram em 1985 o tamanho familiar médio de 5,04 pessoas por família para a RMF como um todo, levando em consideração o nível de renda até 3,5 salários mínimos.

A diferença no tamanho familiar médio entre a RMF como um todo e a população favelada pode provavelmente estar vinculada ao grande fluxo migratório em direção a outras regiões do país. Como é sabido, a grande maioria dos migrantes é oriunda dos estratos de baixa renda.

Por outro lado, DUARTE (1986) encontrou, em 1982, o tamanho familiar médio de 5,3 pessoas por família para quatro

<sup>30</sup> Tal cifra decorre da tabela 002:  $1021+4251+10228/3962 = 3,91$ .

favelas pesquisadas na Região Metropolitana de Recife (RMR)<sup>39</sup>. Neste sentido, o tamanho familiar médio da população favelada da RMF também mostrava-se menor em relação às favelas de Recife<sup>40</sup>.

Tabela 2. Total de Famílias e Indivíduos, estes de acordo com a Classificação Etária Referente a Requisitos Nutricionais, até 3 Salários Mínimos - Favelas da RMF, 1981.

NUMERO DE FAMILIAS	POPULACAO ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS					
	Nº DE INDIVÍDUOS, ABSOLUTO E PERCENTUAL					
	00 - 10		11 - 19		Acima de 19	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
3.962	1.021	6,59	4.251	27,43	10.220	65,99

Fonte: PROAFA.

Nota: informações retiradas da tabela 1.

O tamanho familiar médio exarado da tabela 2 é caracterizado de acordo com as cifras percentuais referentes à idade e sexo da população favelada na RMF, conforme registrado na tabela 3. Evidencia-se na tabela 3 que, até o nível de renda de três salários mínimos, 6,59% dos indivíduos encontravam-se na faixa etária de 00-10 anos, 27,43% na faixa

<sup>39</sup> O trabalho de DUARTE (1982) não especifica qual o nível de renda considerado no sentido de captar-se o tamanho familiar médio da população favelada de Recife.

<sup>40</sup> De fato, tal comparação toma três anos distintos- 1981 para as favelas da RMF, 1985 para a RMF como um todo e 1982 para as favelas de Recife, por isso deve ser analisada com certa cautela.

etária de 11-19 anos e 65,99% acima de 19 anos de idade.

Tabela 3. Total de Famílias e Indivíduos, estes de acordo com a Faixa Etária e Sexo, até 3 Salários Mínimos - Favelas da RMF, 1981.

POPULACAO ATE 3 SALARIOS MINIMOS												
Nº DE INDIVIDUOS, ABSOLUTO E PERCENTUAL												
NUMERO DE	00 - 10				11 - 19				Acima de 19			
	H		M		H		M		H		M	
FAMILIAS	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%
3,962	553	54.16	468	45.84	2,083	49.00	2,168	51.00	4,834	47.26	5,394	52.74

Fonte: PROAFA.

(Informações retiradas das Tabelas 1 e 2).

## BCME-BIBLIOTECA

A tabela 4 apresenta a composição familiar média que enseja a elaboração de uma cesta alimentar que preencha as necessidades referentes ao item alimentação de uma família de tamanho médio residente em uma das favelas da RMF.

Em relação à tabela 4 cabe ressaltar o pequeno número de crianças (0,26). É, na família de tamanho médio, provável que tal cifra decorra da alta taxa de mortalidade infantil existente em Fortaleza, conforme já enfatizado no presente trabalho.

ARRAES & SOARES (1987) encontraram para a RMF como um todo, em 1985, o número de 1,20 crianças por família, número este que contrasta flagrantemente com o exarado da tabela 4

- 0,26 crianças por família. Na cifra referente aos adolescentes ocorre o oposto com menor intensidade, dado que para a RMF como um todo, em 1985, ARRAES & SOARES (1987) encontraram 0,93 adolescentes por família, enquanto que a tabela 4 retrata a existência de 1,07 adolescentes na família média residente em uma das favelas da RMF, em 1981.

Tabela 4. Composição Média do Tamanho Familiar segundo Sexo e Categoria de Faixa Etária, 1981 - Favelas da RMF.

ANO	CHEFES		ADULTOS		ADOLESCENTES		CRIANCAS	
	M	F	M	F	M	F	M	F
1979	1	1	0.27	0.31	0.52	0.55	0.14	0.12

Fonte: PROAFA.

Nota: Tais informações decorrem da Tabela 3.

A tabela 5 apresenta os requisitos nutricionais capazes de propiciar a montagem de uma cesta alimentar para a família média residente em uma das favelas da RMF.

Tabela 5. Requisitos Per Capita Diários de Caloria e Proteína, segundo a Categoria de Faixa Etária e Sexo.

FAIXA ETÁRIA E SEXO	CALORIA (Kcal.)		PROTEÍNA (g)	
	MIN.	MAX.	MIN.	MAX.
<b>ADULTO:</b>				
Homem	2,150	3,000	53	53
Mulher	1,540	2,200	41	41
<b>ADOLESCENTE:</b>				
Homem	2,600	3,070	43	54
Mulher	2,310	2,480	41	43
<b>CRIANÇA:</b>				
	1,360	2,190	23	35

Fonte: ARRAES & SOARES (1987).

Nota: Compreende-se como faixa etária: Adulto acima de 19 anos; Adolescente, 11 - 19 anos; Crianças até 10 anos.

BCME - BIBLIOTECA

A satisfação das necessidades calóricas-protéicas dá-se por meio de uma cesta alimentar obtida por ARRAES & SOARES (1987) através da solução de um modelo de programação linear para o problema da dieta de custo mínimo, elaborado para a população da RMF, tomando por base os preços dos produtos e hábitos de consumo da mesma em setembro de 1979, ditados pelo ENDEF-1974.

No presente estudo tomou-se a solução do referido modelo em termos físicos, ou seja, a quantidade de consumo em termos de gramas/mensais para cada um dos sessenta e dois produtos que respeitam os hábitos de consumo da população da RMF.

De posse das quantidades dos produtos fez-se a

atualização monetária para setembro de 1981. O resultado deste procedimento aparece na tabela 6.

Tabela 6. Composição da Cesta Alimentar para a Categoria Adulto, por sexo, (grama/mês) e Despesa Mensal, 1981.

PRODUTOS	Requisitos Nutricionais e a respectiva Despesa Mensal para a categoria Adulto por Sexo - 1981.			
	Homem		Mulher	
	Gramas Mensal	Despesa Mensal	Gramas Mensal	Despesa Mensal
ARROZ	2,880.00	168.60	2,152.00	126.00
BISCOITO DOCE	423.00	71.38	72.00	12.15
BISCOITO SALGADO	423.00	59.18	72.00	10.07
FARINHA DE TRIGO	83.70	2.53	83.70	2.53
MACARRAO	450.00	27.00	450.00	27.00
MILHO GRAO	-	-	-	-
PAO	2,880.00	195.18	2,880.00	195.18
BATATA DOCE	489.00	17.00	195.00	6.80
BATATA INGLESA	150.00	10.08	9.90	0.66
MANDIOCA	378.00	11.70	305.00	9.44
FARINHA DE MANDIOCA	2,190.00	108.62	2,190.00	108.62
ACUCAR	1,620.00	78.97	1,620.00	78.97
RAPADURA	261.00	15.34	261.00	15.34
FEIJAO FRADINHO	1,650.00	215.62	1,543.00	201.64
FEIJAO CORRDA	750.00	88.92	702.00	83.23
ALFACE	1.50	0.07	1.50	0.07
CEBOLINHA	48.00	3.08	-	-
COENTRO	-	-	48.00	3.06
ABOBORA	120.00	3.40	60.00	1.70
CHUCHU	152.00	3.86	30.30	0.76
PIMENTAO	60.00	3.66	3.00	0.18
TOMATE	267.00	7.98	63.00	1.89
ALHO	30.00	26.06	4.80	4.17
CEBOLA	120.00	2.74	36.00	0.82
CENDURA	90.00	4.32	1.50	0.07
ABACATE	60.00	3.24	8.10	0.44
ABACAXI	90.00	4.36	37.80	1.83

(continua)



Tabela 6. Composição da Cesta Alimentar para a Categoria Adulto, por Sexo, (grama/mês) e Despesa Mensal, 1981.

(Continuação.)

PRODUTOS	Requisitos Nutricionais e a respectiva Despesa Mensal para a categoria Adulto por Sexo - 1981.			
	Homem		Mulher	
	Gramas Mensal	Despesa Mensal	Gramas Mensal	Despesa Mensal
BANANA PRATA	1,530.00	140.77	420.00	38.64
DOCE DE FRUTA	157.80	15.30	1.50	0.14
LARANJA DA BAHIA	270.00	15.64	60.00	3.48
LIMAO	104.00	13.83	13.20	1.75
CARNE BOVINA	180.00	51.67	-	-
CARNE BOVINA (2a.)	-	-	180.00	41.10
CARNE SECA	90.30	32.33	90.30	32.33
CARNE CAPRINA	44.40	10.84	44.40	10.84
FIGADO	-	-	-	-
SALINHA	90.00	11.75	90.00	11.75
LINGUICA PORCO	45.90	17.15	-	-
MORTADELA	-	-	-	-
CARNE PORCO GORRDA	267.90	64.69	-	-
CARNE PORCO MAGRA	-	-	150.00	37.35
PRESUNTO	-	-	-	-
SALSICHA	-	-	1.50	0.33
TOUCINHO	125.70	22.07	69.90	12.27
PEIXE CAVALA	279.00	83.70	-	-
PEIXE PARGO	-	-	279.00	68.35
SARDINHA	15.00	2.13	15.00	2.13
OVO GALINHA	431.10	49.35	120.00	13.74
LEITE PASTEURIZADO	1,980.00	85.28	600.00	25.84
LEITE PO	165.00	84.89	84.00	43.22
QUEIJO MINAS	48.00	66.72	-	-
QUEIJO PRATO	-	-	0.90	0.48
MANTEIGA	138.90	51.13	1.50	0.55
MARGARINA	93.60	16.12	3.00	0.52
OLEO VEGETAL	723.30	105.39	300.00	43.71
CAFE PO	-	-	210.00	77.56
CAFE SOLUVEL	270.00	395.33	-	-
COCORAU	-	-	-	-
PIMENTA REINO	426.90	620.82	-	-
SAL	246.00	2.71	246.00	2.71
VINAGRE	102.60	4.53	1.50	0.06
MESCAU	-	-	-	-
TOTAL	23221.6	3.097,03	15751.3	1.361,47

Fonte: ARRAES & SOARES (1987)

Nota: A quantidade de mercadorias em termos físicos foi retirada da solução do modelo de programação linear, elaborado por ARRAES & SOARES para a população da RMF, em setembro de 1979. Tal cesta preenche os requisitos calórico-proteicos.

O fato de apresentar-se apenas a solução para a categoria adulto repousa nas seguintes palavras:

" A razão de apresentarmos resultados apenas para a categoria adulto prende-se ao fato de ser esta a única categoria a apresentar uma solução factível para o problema de otimização. A explicação para isso reside basicamente na rigidez das restrições realistas que foram impostas quanto ao consumo médio dos produtos alimentares. Como já dito, as restrições de consumo para cada produto foram baseadas nos valores médios mínimo e máximo dentre as várias faixas de despesas observadas no ENDEF até o limite de 3,5 salários mínimos, valor este escolhido para ser compatível com a determinação do tamanho familiar médio das famílias de baixa renda"(ARRAES & SOARES:1987).

Quanto à atribuição dos valores monetários da despesa alimentar para as categorias adolescentes e crianças, esta norteia-se pela seguinte colocação:

"Esse fato imprevisível nos levou a forçar a introdução de hipóteses adicionais para a estimativa da linha de pobreza familiar. Trata-se de assumir que o custo de alimentação de um adolescente seja equivalente ao de um adulto do mesmo sexo, e o custo para uma criança seja a metade do custo ponderado entre um adulto masculino e um feminino"(ARRAES & SOARES:1987).

Cabe acrescentar que tal prática supera as dificuldades encontradas de forma arrojada, porém bastante plausível. Isto feito, segue-se o cálculo do valor monetário da cesta alimentar para a família de tamanho médio residente em uma das favelas da RMF. É importante consultar as tabelas 4 e 6 para que se concretize um claro entendimento dos cálculos realizados a seguir:

- a-) Custo alimentar p/ um adulto do sexo masculino - Cr\$ 3.097,03
- b-) Custo alimentar p/ um adolescente do sexo masculino - Cr\$ 3.097,03
- c-) Custo alimentar p/ um adulto do sexo feminino - Cr\$ 1.361,47
- d-) Custo alimentar p/ um adolescente do sexo feminino - Cr\$ 1.361,47
- e-) Custo alimentar de uma família de tamanho médio (CAFTM) residente em uma das favelas da RMF - Cr\$ 8.365,81

OBS: O valor monetário expresso na alínea (e) foi obtido da seguinte forma:

$$\text{CAFTM} = 3.097,03(1+0,27+0,52) + 1.361,47(1+0,31+0,55) + 0,26[(3.097,03+1.361,47)/2] / 2 = \text{Cr\$ } 8.365,81$$

Uma vez obtido o valor monetário do item alimentar, passa-se para a busca do valor monetário do item não alimentar. Para tanto, cabe frisar que cada um dos componentes do item não alimentar - aluguel, água, energia elétrica e transporte -, será obtido a partir do grupo de famílias que efetivamente dispense com o mesmo<sup>41</sup>.

A partir de cada um dos quatro grupos de famílias faz-se o alinhamento em ordem crescente de valores monetários gastos com o componente não alimentar em questão. Assim sendo, toma-se o gasto médio, com o respectivo componente não alimentar, das famílias que se encontram nos três decis superiores do alinhamento em ordem crescente de valores monetários dispendidos.

Cabe repisar que se toma a média dos 30% maiores valores monetários gastos com aluguel, água, energia elétrica e transporte<sup>42</sup>.

A tabela 7 apresenta o grupo de famílias que efetivamente dispense com aluguel (921 famílias). Deste grupo de famílias, foram computadas aquelas que se

<sup>41</sup> Como já assinalado no item referente à metodologia, devido à forma de coleta dos dados por parte do SINE-CE, não foi possível obter-se informações concernentes à renda e aos gastos ao nível do indivíduo. Isso fez com que se tivesse de trabalhar no presente estudo com conjuntos de famílias diferentes. Em se tratando de informações exclusivas no que tange aos gastos e à renda o conjunto universo é de 5161 famílias.

<sup>42</sup> A fundamentação econômica que subjaz a este procedimento foi exposta quando se tratou da metodologia utilizada no presente estudo.

encontravam nos três decis superiores - (921 x 30% = 276 famílias) - no que tange ao valor monetário gasto com aluguel; assim, auferiu-se o gasto médio com aluguel:

Gasto médio com aluguel : Cr\$ 3.097,27

7. Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Aluguel  
- Favelas da RMF, 1981.

FAIXA DE RENDA (M. FAMÍLIA)	NUMERO DE MASSA DE RENDA	GASTOS										
			COM ALUGUEL		COM ÁGUA		COM LUZ		COM TRANSP.		TOTALS	
			CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%
	8	0	10.300	87,36	710	6,28	550	4,66	200	1,70	11.790	
1,0	16	38.000	9.700	84,27	230	2,00	945	8,21	636	5,53	11.511	30,29
1,5	182	1.091.350	227.740	72,28	12.416	3,94	15.600	4,95	59.330	18,83	315.086	28,87
2,0	231	1.939.890	366.993	65,19	29.734	5,28	47.206	8,39	119.048	21,15	562.981	29,02
2,5	148	1.791.065	271.490	60,34	22.842	5,08	39.759	8,84	115.822	25,74	449.913	25,12
3,0	107	1.609.753	200.630	57,16	27.018	7,70	31.056	8,85	92.312	26,30	351.016	21,81
3,5	95	1.792.153	201.389	54,30	25.052	6,75	46.378	12,50	98.062	26,44	370.881	20,69
4,0	29	630.225	59.010	56,67	3.029	2,91	8.760	8,41	33.338	32,01	104.137	16,52
4,3	40	998.776	96.060	55,00	8.176	4,68	14.282	8,18	56.124	32,14	174.642	17,49
5,0	33	949.812	96.440	55,84	17.340	10,04	22.460	13,01	36.454	21,11	172.694	18,18
5,5	8	252.948	24.800	50,56	1.420	2,90	3.248	6,62	19.580	39,92	49.048	19,39
6,0	10	351.112	36.500	58,95	900	1,45	5.128	8,28	19.384	31,31	61.912	17,63
6,5	7	268.600	22.510	56,04	830	2,07	4.660	11,60	12.170	30,30	40.170	14,96
7,5	1	41.712	1.500	35,89	260	6,22	1.400	33,49	1.020	24,40	4.180	10,02
10,0	6	272.100	24.250	52,89	0	0,00	10.900	23,77	10.700	23,34	45.850	16,85
TOTAL	921	12.027.496	1649.312	-	149.987	-	252.332	-	674.180	-	2.725.811	-

A tabela 8, de acordo com o procedimento acima, dá a fundamentação para a aferição do valor médio gasto com água, assim<sup>4o</sup>:

<sup>4o</sup> Observando-se a tabela 8 constata-se que 1200 famílias faveladas tinham gastos mensais com água; os três decis superiores são: 1200 x 30% = 360 famílias.

Gasto médio com água -> Cr\$ 1.153,63

E. Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Água  
- Favelas da RMF, 1981

REDA	NUMERO DE FAMILIA	MASSA DE RENDA	G A S T O S									
			COM ALUGUEL		COM AGUA		COM LUZ		COM TRANSP.		TOTALS	
			CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%
	4)	0	3.000	11,55	2.220	30,75	1.800	24,93	200	2,77	7.220	
1,0	33	81.170	1.100	6,36	11.474	66,30	2.220	12,83	2.512	14,52	17.306	21,32
1,5	236	1.321.204	32.110	12,03	100.039	37,11	43.868	16,27	93.254	34,59	269.601	20,36
2,0	312	2.642.965	89.843	17,76	169.234	33,46	76.127	15,05	170.534	33,72	505.738	19,14
2,5	167	2.010.406	78.600	23,92	83.742	25,48	54.815	16,68	111.498	33,93	328.655	16,35
3,0	155	2.331.575	78.650	21,26	98.512	26,63	64.151	17,34	128.590	34,76	369.903	15,86
3,5	130	2.444.530	87.710	22,33	85.648	21,80	68.659	17,48	150.850	38,40	392.867	16,07
4,0	46	1.002.306	13.900	11,21	18.879	15,23	27.250	21,98	63.922	51,57	123.951	12,37
4,5	42	1.047.679	32.000	21,72	33.226	22,55	24.032	16,31	58.058	39,41	147.316	14,06
5,0	37	1.075.478	35.600	22,87	38.388	24,66	44.490	28,58	37.198	23,89	155.676	14,48
5,5	11	353.339	3.000	9,53	6.500	20,65	7.310	23,22	14.668	46,60	31.478	8,91
6,0	8	284.656	4.500	16,60	4.680	17,26	3.298	12,16	14.636	53,98	27.114	9,53
6,5	12	468.200	6.000	11,45	6.533	12,47	11.960	22,83	27.890	53,24	52.383	11,19
7,5	6	252.712	1.500	4,96	2.650	8,77	6.150	20,34	19.930	65,93	30.230	11,96
10,0	1	46.000	0	0,00	360	50,70	350	49,30	0	0,00	710	1,54
TOTAL	1.200	15.365.220	467.813	-	662.085	-	436.480	-	893.740	-	2.460.148	-

PROAFA.

A tabela 9 é a fonte do valor monetário do gasto médio com energia elétrica, tal procedimento redonda na seguinte cifra<sup>44</sup>:

<sup>44</sup> O gasto médio com energia elétrica é assim aferido: 3P88 x 30% = 324 famílias, a partir dessas famílias auferiu-se o valor monetário referente à energia elétrica.

Gasto médio com energia elétrica -> Cr\$ 1.079,00

9. Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Energia Elétrica - Favelas da RMF, 1981.

FAIXA DE RENDA	NUMERO DE FAMILIA	MASSA DE RENDA	GASTOS									
			COM ALUGUEL		COM AGUA		COM LUZ		COM TRANSP.		TOTAIS	
			CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%
	13	0	6.000	47,06	1.800	14,12	3.940	30,90	1.010	7,92	12.750	
1,0	79	198.084	1.900	5,03	5.692	15,08	21.479	56,92	8.666	22,96	37.737	19,05
1,5	637	3.614.130	94.390	15,29	49.596	8,03	209.823	33,98	263.656	42,70	617.465	17,08
2,0	796	6.759.076	243.343	21,40	103.402	9,09	328.236	28,87	462.072	40,64	1.137.053	16,82
2,5	497	5.979.956	209.490	23,99	55.100	6,31	233.924	26,79	374.574	42,90	873.088	14,60
3,0	406	6.102.947	152.380	19,06	74.384	9,31	220.175	27,54	352.410	44,09	799.349	13,10
3,5	336	6.319.079	182.589	21,43	71.018	8,34	212.871	24,98	385.538	45,25	852.016	13,48
4,0	133	2.899.049	48.010	15,31	17.389	5,54	78.242	24,95	169.966	54,20	313.607	10,82
4,5	137	3.432.261	81.640	19,22	29.956	7,05	86.519	20,37	226.627	53,36	424.742	12,37
5,0	128	3.704.935	81.440	19,44	37.338	8,91	126.350	30,17	173.730	41,48	418.858	11,31
5,5	39	1.242.347	22.500	17,36	6.300	4,86	28.345	21,87	72.456	55,91	129.601	10,43
6,0	31	1.096.179	33.500	27,86	4.030	3,35	25.368	21,10	57.356	47,70	120.254	10,97
6,5	34	1.316.724	22.510	16,92	6.422	4,83	29.642	22,28	74.460	55,97	133.034	10,10
7,5	9	379.612	1.500	3,88	2.650	6,86	9.300	24,06	25.202	65,20	38.652	10,18
8,0	13	587.512	24.000	27,20	360	0,41	20.650	23,40	43.230	48,99	88.240	15,02
TOTAL	3.288	43.631.891	1205.192	-	465.437	-	1.634.864	-	2.690.953	-	5.996.446	-

PRCAFA.

Seguindo o mesmo procedimento metodológico, auferiu-se o valor monetário médio gasto com transporte a partir da tabela 10<sup>4a</sup>:

Gasto médio com transportes -> Cr\$ 2.458,78

4<sup>a</sup> Da tabela 10 depreende-se que 3006 famílias dispendiam com transporte; o valor monetário médio gasto com transporte advém de: 3006 x 30% = 901 famílias.

10. Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Transportes - Favelas da RMF, 1981.

FAIXA DE RENDA (R\$)	NUMERO DE FAMILIA	MASSA RENDA	GASTOS									
			COM ALUGUEL		COM AGUA		COM LUZ		COM TRANSP.		TOTALIS	
			CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%	CR\$	%
	4	0	2.500	49,84	320	6,38	1.050	20,93	1.146	22,85	5.016	
1,0	66	160.980	2.200	5,79	1.220	3,21	5.589	14,71	28.986	76,29	37.995	23,60
1,5	606	3.505.637	100.490	13,27	51.525	6,80	106.900	14,11	498.489	65,82	757.404	21,61
2,0	741	6.283.458	184.820	15,22	102.674	8,45	184.980	15,23	742.127	61,10	1.214.601	19,33
2,5	447	5.382.668	170.790	18,93	53.184	5,90	142.162	15,76	535.930	59,41	902.066	16,76
3,0	377	5.655.428	125.030	15,23	61.768	7,52	139.803	17,03	494.326	60,22	820.927	14,52
3,5	289	5.424.018	131.298	16,33	58.928	7,33	147.219	18,31	466.520	58,03	803.965	14,82
4,0	116	2.533.335	41.200	12,98	14.010	4,41	57.102	17,99	205.122	64,62	317.434	12,53
4,5	138	3.452.890	67.920	16,15	27.826	6,62	74.899	17,81	249.937	59,43	420.582	12,18
5,0	104	3.007.776	73.640	19,00	27.548	7,11	85.540	22,06	200.946	51,83	387.674	12,89
5,5	31	985.723	16.000	14,20	3.600	3,20	19.798	17,57	73.256	65,03	112.654	11,43
6,0	34	1.202.211	36.500	26,51	3.480	2,53	22.268	16,17	75.452	54,79	137.700	11,45
6,5	33	1.279.724	22.000	16,78	5.733	4,37	23.192	17,69	80.180	61,16	131.105	10,24
7,5	9	379.612	1.500	3,89	2.650	6,87	8.800	22,83	25.602	66,41	38.552	10,16
10,0	11	495.512	16.000	21,18	0	0,00	16.300	21,58	43.230	57,24	75.530	15,24
TOTAL	3.006	39.748.972	991.888	-	414.466	-	1.035.602	-	3.721.249	-	6.163.205	-

PROAFA.

À luz dos cálculos efetuados chega-se ao valor monetário da linha de pobreza (Z), obtida pelo método 1, para a família de tamanho médio, somando-se o item alimentar com o item não alimentar<sup>40</sup>:

$$Z \text{ (linha de pobreza)} \rightarrow 8.365,81 \text{ (cesta alimentar)} + 3.097,27$$

<sup>40</sup> Como já visto, na parte do presente estudo referente à metodologia, a diferença entre os métodos 1 e 2 de obtenção da linha de pobreza dá-se em relação ao item não alimentar. No método 2 (procedimento tradicional), utiliza-se o coeficiente de Engel. No método 1, aufer-se o valor monetário do item não alimentar a partir de informações coletadas nas próprias favelas da RMF.



(gasto médio com aluguel) + 1.153,63 (gasto médio com água) + 1.079,00 (gasto médio com energia elétrica) + 2.458,78 (gasto médio com transportes) = Cr\$ 16.154,00 (2,40 SM - Set.81).

Antes de se projetar o valor monetário da linha de pobreza na tabela de distribuição de renda, cabem alguns comentários comparativos com outros estudos correlatos. Ao decompor-se em termos percentuais a linha de pobreza obtida pelo método 1, percebe-se que o gasto com alimentação representa 51% dos gastos totais; o gasto médio com aluguel representa 19% dos gastos totais; o gasto médio com água atinge 8% dos gastos totais; o gasto médio com energia elétrica chega a 7%; o gasto médio com transportes remonta 15% dos gastos totais.

DUARTE (1986), analisando favelas da Região Metropolitana de Recife, obteve o percentual de 86,25% para gastos com alimentação; 2,5% para gastos com aluguel; 1,5% para gastos com água; 4,5% para energia elétrica; 5,25% para gastos com transportes<sup>47</sup>.

A título de confrontação de resultados, tais valores quando comparados aos obtidos, via método 1 de definição da linha de pobreza, para as favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), evidenciam alguns contrastes que devem ser

<sup>47</sup> DUARTE tomou por base pesquisa efetuada em quatro favelas da Região Metropolitana de Recife (RMR), em 1982, pela Fundação Joaquim Nabuco. Nesta pesquisa foram tomadas áreas que, em princípio, apresentavam diferenciações em termos ocupacionais.

submetidos a uma comparação cautelosa, porque decorrem de procedimentos metodológicos distintos; por outro lado, cabe registrar as diferenças visando a situar a pesquisa realizada nas favelas da RMF num contexto mais amplo.

Observa-se a partir de tal confrontação que o problema habitacional parece ser mais ingente na RMF do que na RMR, bem como o problema de transportes urbanos.

Retomando-se a análise da pobreza nas favelas da RMF, projeta-se na tabela 11 a cifra monetária da linha de pobreza (16.154,00), obtida pelo método 1, em termos de salário mínimo vigente em setembro de 1981, para chegar-se ao valor de 2,40 salários mínimos como marco divisorio da pobreza absoluta nas favelas da RMF<sup>40</sup>.

BCME-BIBLIOTECA

<sup>40</sup> O salário mínimo vigente em setembro de 1981 era de 6.712,80.

Tabela 11. Distribuição de Renda - Favelas da RMF, 1981.

FATXA RENDA (em S.M.)	MASSA DE RENDA	%	% ACUMULAD	No. DE FAMLI.	%	% ACUMULAD	GASTOS TOTALS	GASTO MEDJO
0	0	0,00	0,00	19	0,37	0,37	17.606	0,00
0,0 - 0,5	578.270	0,90	0,90	247	4,79	5,16	71.639	0,12
0,5 - 1,0	7.122.871	11,14	12,05	1.260	24,42	29,58	1.036.091	0,15
1,0 - 1,5	10.987.915	17,19	29,23	1.307	25,33	54,91	1.606.590	0,15
1,5 - 2,0	8.339.272	13,04	42,28	694	13,45	68,37	1.125.086	0,13
2,0 - 2,40	7.375.802	11,54	53,81	497	9,63	78,00	912.466	0,12
2,40 - 2,5	909.282	1,42	55,24	55	1,07	79,07	101.177	0,11
2,5 - 2,74	3.042.006	4,76	60,00	173	3,35	82,42	384.991	0,13
2,74 - 3,0	4.742.432	7,42	67,41	242	4,69	87,11	581.437	0,12
3,0 - 3,5	3.471.683	5,43	72,84	159	3,08	90,19	361.253	0,10
3,5 - 4,0	3.926.217	6,14	78,98	157	3,04	93,24	465.742	0,12
4,0 - 4,5	4.140.159	6,48	85,46	143	2,77	96,01	462.124	0,11
4,5 - 5,0	1.337.847	2,09	87,55	42	0,81	96,82	132.901	0,10
5,0 - 5,5	1.308.923	2,05	89,60	37	0,72	97,54	142.000	0,11
5,5 - 6,0	1.434.724	2,24	91,84	37	0,72	98,26	138.865	0,10
6,0 - 6,5	463.612	0,73	92,57	11	0,21	98,47	39.052	0,08
6,5 - 7,0	634.012	0,99	93,56	14	0,27	98,74	88.490	0,14
7,0 - 7,5	983.600	1,54	95,10	20	0,39	99,13	76.626	0,08
7,5 - 8,0	364.900	0,57	95,67	7	0,14	99,26	28.540	0,08
8,0 - 8,5	221.000	0,35	96,02	4	0,08	99,34	22.100	0,10
8,5 - 9,0	475.100	0,74	96,76	8	0,16	99,50	29.785	0,06
9,0 - 9,5	187.924	0,29	97,05	3	0,06	99,55	10.475	0,06
9,5 - 10,0	196.700	0,31	97,36	3	0,06	99,61	11.600	0,06
M. O. 10,0	1.686.764	2,64	100,00	20	0,39	100,00	64.222	0,04
TOTAL	63.931.015	100,00	-	5.159	100,00	-	7.910.858	-

Fonte: PROAFA.

Tendo em vista a busca de algumas comparações, construiu-se também a linha de pobreza através do procedimento tradicional, linha esta que é aqui denominada de linha de pobreza obtida pelo método 2. Tal construção, como é sabido, dá-se através da seguinte fórmula:

$$L.P. = GMRN \cdot 1/CF. \text{ Onde,}$$

LP -> linha de pobreza;

GMRN -> grandeza monetária dos requisitos  
nutricionais;

CE -> coeficiente de Engel

#### BCME-BIBLIOTECA

A linha de pobreza construída através do método 2 indica o seguinte resultado<sup>47</sup>:

$$LP = 8.365,81 \cdot 1/0,45 = 18.572,00 \text{ (2,74 SM em set/81).}$$

É aduzida da tabela 11 a distribuição de renda vigente nas favelas da RMF, em 1981: 54,91% das famílias detinham 29,23% da renda total das famílias faveladas entrevistadas, revelando-se assim a concentração de renda entre os residentes das favelas da RMF, em 1981.

Os indicadores de pobreza nas favelas da RMF, para o ano de 1981, decorrentes das linhas de pobreza obtidas pelos métodos 1 e 2 aparecem na tabela 12, visando à confrontação com os obtidos por outros estudos.

<sup>47</sup> O coeficiente de Engel é indicado pelo ENDEF, em se tratando de áreas metropolitanas, como variando entre 40% e 50%. Utiliza-se no presente estudo o valor médio advindo de tal constatação.

Tabela 12. Indicadores e índices de Pobreza - População Favelada da RMF, 1981.

INDICADORES E INDICES	1981	
	METODO 1	METODO 2
Linha de Pobreza +(z)	2,40	2,74
Numero de Familias Pobres (q)	4.024	4.252
Renda media das familias pobres +(m)	1,27	1,34
Renda media de todas familias +(m*)	1,85	1,85
Indice de Gini das familias pobres (G)	0,24	0,25
Proporcao de familias pobres (H)	0,78	0,82
Deficiencia de renda (I)	0,47	0,51
Indice de Sen (P)	0,47	0,52
Indice de Fishlow (F)	1,03	1,55

Fonte: PROAFA.

(+) Em SM.

Observando-se a tabela 12 inferem-se os valores dos índices e indicadores da pobreza referentes à população favelada da RMF em 1981. De acordo com o método 2, procedimento tradicional, de construção da linha de pobreza, a proporção de famílias em estado de pobreza absoluta era de 82%. O método 1, por sua vez, indica que, em 1981, 78% das famílias residentes nas favelas da RMF estavam submetidas ao estado de pobreza absoluta. Isso mostra a ingência da pobreza na RMF, corroborando também a proposição, proferida por organismos internacionais, de que a região Nordeste do Brasil abriga um dos maiores bolsões de pobreza do mundo Ocidental.

ARRAES & SOARES (1987) indicam que, em 1979, para a RMF como um todo, a proporção de famílias pobres era de 50%, avançando para a cifra de 58% em 1985. Tais valores permitem a especulação de que a população da RMF, em termos gerais,

encontrava-se em condições de vida pouco razoáveis<sup>30</sup>.

Outro valor significativo, ditado pela tabela 12, obtido pelo método 2 de cálculo da linha de pobreza, reporta-se à deficiência de renda ( $I=0,51$ ) das famílias pobres em relação à linha de pobreza. Neste sentido, as famílias faveladas em estado de pobreza, encontravam-se, em média, o equivalente a 1,40 salário mínimo, vigente em setembro de 1981, aquém da linha de pobreza. Ainda em relação a este indicador - deficiência de renda (I) - ARRAES & SOARES (1987) registraram, para a RMF como um todo, 0,52 em 1979 e 0,59 em 1985. Uma breve reflexão sobre esse indicador aponta a já assinalada distribuição de renda assimétrica vigente na RMF.

O índice de Sen, que trata da pobreza mais em termos absolutos, para as famílias faveladas da RMF em 1981, obtido pelo método 2, era de 0,52. ARRAES & SOARES (1989) registraram, em 1979, para a RMF como um todo, o índice de Sen como sendo de 0,35 e, em 1985, de 0,44.

O índice de Fishlow (F) mostra a proporção de renda das famílias não pobres que deveria ser transferida para as famílias pobres, visando a erradicar a pobreza absoluta. Nas favelas da RMF, em 1981, o índice de Fishlow, auferido pelo método 2 de definição da linha de pobreza, assumia o valor de 1,55. Isso significa que no âmbito das favelas da RMF em

<sup>30</sup> ARRAES & SOARES (1987) utilizaram o procedimento tradicional para aferição da linha de pobreza. Os resultados aqui transcritos referente ao estudo destes toma por base o coeficiente de Engel de 40%.

1981, mesmo considerando-se uma utópica redistribuição de renda, a pobreza absoluta não seria suprimida.

É valiosa a comparação do valor do índice de Fishlow auferido pelo método 2 de definição da linha de pobreza, para os favelados da RMF, levando-se em consideração a renda média familiar da RMF como um todo em 1981, colhida na PNAD-1981. Tal cálculo indica o valor de  $F = 0,0099$ . Isso evidencia que a erradicação da pobreza absoluta nas favelas da RMF, em 1981, não se mostrava como algo onírico, quando se enfoca a RMF como um todo, pois, bastaria uma relativamente pequena transferência de renda da população da RMF como um todo à população favelada para determinar a superação da pobreza absoluta<sup>1</sup>.

#### BCME-BIBLIOTECA

Tais índices e indicadores evidenciam cabalmente a extrema concentração de renda vigente na RMF no período em análise.

A tabela 13 traz a configuração etária referente à população das favelas da RMF em 1981. A partir de tais informações verifica-se que o percentual de pessoas do sexo masculino era de 48%, e do sexo feminino era de 52%. Comparando-se tais valores com os obtidos por intermédio da PNAD-1981 para a RMF, constata-se que ocorria certa homogeneidade, pois, na mesma encontravam-se 47% de homens e

<sup>1</sup> No cálculo do índice de Fishlow, assim como em todas comparações que se utiliza a expressão RMF como um todo, não se leva em consideração o fato de que tal expressão contém também a população favelada.

53% de mulheres. Em relação à idade, verificava-se o percentual de 3% de pessoas entre 00-10 anos de idade nas favelas da RMF. Por outro lado, a referida PNAD-1981 para a RMF como um todo indicava a existência de 26% de pessoas entre 00-10 anos. Cabe repisar que tais informações, conforme já exposto, podem estar atreladas ao elevado nível de mortalidade infantil na RMF<sup>1982</sup>.

Considerando-se as pessoas até 19 anos de idade constatou-se que 33,37% do total dos favelados encontravam-se nessa faixa etária. Na RMF como um todo, como reporta a PNAD-1981, tal faixa etária abrigava 50% da população total. Portanto, registre-se aí a preponderância de pessoas mais jovens na RMF como um todo em relação às suas favelas.

BCME-BIBLIOTECA

<sup>1982</sup> Um estudo bastante rico sobre os indicadores de saúde na RMF é o de GURGEL (1982), mencionado no presente estudo quando da caracterização da Região Metropolitana de Fortaleza.



Tabela 13. População Residente nas Favelas da RMF por sexo segundo a Idade, 1981.

FAIXA ETARIA	CHEFES DE FAMILIA				TOTAL
	MASCULINO	%	FEMININO	%	
0 - 10	318	2,67	321	2,53	639
10 - 14	2.023	17,00	1.986	15,68	4.009
15 - 19	1.902	15,99	1.920	15,16	3.822
20 - 24	1.530	12,86	1.562	12,33	3.092
25 - 29	1.130	9,50	1.283	10,13	2.413
30 - 34	1.102	9,26	1.252	9,89	2.354
35 - 39	872	7,33	1.032	8,15	1.904
40 - 44	833	7,00	959	7,57	1.792
45 - 49	671	5,64	665	5,25	1.336
50 - 54	515	4,33	570	4,50	1.085
55 - 59	390	3,28	400	3,16	790
60 ou mais	612	5,14	715	5,65	1.327
TOTAL	11.898	100,00	12.665	100,00	24.563

Fonte: PROAFA.

Analisando-se a tabela 14, cabe, em primeiro lugar, destacar o percentual de desempregados<sup>100</sup> (13,00%) nas favelas da Região Metropolitana de Fortaleza em 1981. Tal percentual resulta do total da última coluna da tabela 14 dividido pelo total de indivíduos que declinaram a sua ocupação, assim:  $3112/23902 = 13,00\%$ .

DUARTE (1986) encontrou para as favelas da Região Metropolitana de Recife (RMR) 11,3% de desempregados entre os

<sup>100</sup> Auferido a partir das pessoas acima de 10 anos que declinaram a sua ocupação e não a estavam exercendo à época da pesquisa, com exceção dos estudantes.

que declinaram a sua ocupação<sup>34</sup>. Neste sentido, tanto na RMF como na RMR o desemprego mostrava-se elevado<sup>35</sup>.

CASIMIRO (1986) atestou que o percentual de desempregados na RMF como um todo, em 1983, era de 12,6%. Por outro lado, DUARTE (1986) registrou na Região Metropolitana de Recife(RMR) como um todo, o percentual de 5,4% de trabalhadores desempregados, em 1982.

É interessante observar que no período em análise, 1981-83 - apesar de tratarem-se de três anos distintos, o que dificulta a comparação - a taxa de desemprego apresentava diferenciação significativa na RMR como um todo em relação às favelas. Já na RMF, encontrava-se uma certa homogeneidade quando da comparação do percentual de desempregados nas favelas em comparação com a região metropolitana como um todo.

Retomando-se a análise das ocupações dos favelados da Região Metropolitana de Fortaleza(RMF), a partir da tabela 14, constata-se que a ocupação 07(trabalhadores de construção civil) mostrava-se como a mais freqüente (9,19%); esta ocupação mostrava-se também como a de maior repositório de desempregados (7,58%), resultado plausível, pois, idêntico ao encontrado por DUARTE(1986) dado que, em 1982, a ocupação

<sup>34</sup> DUARTE (1986) não menciona a metodologia utilizada para aferição do percentual de desempregados nas favelas de Recife.

<sup>35</sup> A relação das ocupações com o respectivo número encontra-se no anexo I.

mais frequente nas favelas da Região Metropolitana de Recife(RMR) era a de trabalhadores na construção civil (23,40%). Isso evidencia uma certa homogeneidade ocupacional entre os trabalhadores de baixa renda das regiões metropolitanas de Fortaleza e de Recife.

A segunda ocupação mais frequente nas favelas da RMF, em 1981, era a de número 02(comerciantes e empregados de comércio em geral), assumindo 8,26%.

A classificação número 21 (indivíduos sem qualquer qualificação profissional) representava 9,05% das ocupações relacionadas, além de remontar 71,40% do total de desempregados nas favelas da RMF.

Este resultado referenda a assertiva, explanada sob várias nuances ao longo do presente estudo, de que a estrutura produtiva da RMF não se mostra capaz de prover emprego em quantidade suficiente para os que nela residem.

A análise da população ocupada por vínculo de trabalho (Formal/Informal) fundamenta-se na seguinte classificação<sup>56</sup>:

- a) Setor Formal: Trabalhadores com carteira assinada;
- b) Setor Informal: Trabalhadores sem carteira assinada.

<sup>56</sup> Essa classificação foi fornecida pelo SINE-CE; as classificações fornecidas por Infante (1985) e Casimiro(1986) não se aplicam as informações disponíveis no presente estudo.

Assim sendo, observa-se na tabela 14 que a ocupação cujo maior percentual de trabalhadores (80,18%) encontrava-se no setor formal era a de número 01 (trabalhadores de escritório); o segundo maior percentual de trabalhadores concentrados no setor formal (78,16%) registrava-se na ocupação de número 14 (trabalhadores em serviços de saúde); nessa seqüência, o terceiro maior percentual era encontrado na ocupação de número 03 (trabalhadores em serviços de segurança), 74,62% dos ocupados encontravam-se no setor formal. Verifique-se aí, de forma especial, o seguinte: a baixa remuneração dos trabalhadores de escritório; o fato de que, em 1981, profissionais da saúde residiam em favelas na RMF, denotando a situação caótica da saúde pública no Brasil, e na RMF em particular.

Em relação ao setor informal o maior percentual encontrado (80%) foi na ocupação de número 11 (trabalhadores em serviços de limpeza, higiene e embelezamento); sucedida pela de número 02 (comerciantes e empregados de comércio em geral) com 64,60%.

Finalmente, tomando-se todos os trabalhadores empregados observa-se que 48% estavam no setor formal e 52% no setor informal. Casimiro (1986) registrou, em 1983, para a RMF como um todo, que 47,6% dos trabalhadores empregados encontravam-se no setor formal e, complementarmente, 52,4% dos trabalhadores exerciam suas respectivas atividades no

setor informal<sup>37</sup>. Mais uma vez evidencia-se a pequena diferenciação, em termos ocupacionais, das favelas da RMF em relação à RMF como um todo.

Os resultados referentes à segmentação do mercado de trabalho referendam, em termos numéricos, as precárias condições de trabalho existentes na RMF, e por conseguinte os já registrados níveis de pobreza elevado vigentes nas suas favelas.

BCME-BIBLIOTECA

<sup>37</sup> A classificação para segmentação do mercado de trabalho utilizada por CASIMIRO(1986) encontra-se na parte de número 3 da presente dissertação.

Tabela 14. População Ocupada por Vínculo de Trabalho, segundo Ocupação, Favelas da RMF, 1981.

TIPO DE OCUPAÇÃO	TOTAL		VÍNCULO DE TRABALHO							
			FORMAL			INFORMAL			DIFERENÇA (*)	
	QTD	%	QTD	% (*)	%	QTD	% (*)	%	QTD	%
1	444	1,81	356	80,18	7,03	66	14,86	1,21	22	0,71
2	2.028	8,26	623	30,72	12,30	1.310	64,60	24,02	95	3,05
3	587	2,39	438	74,62	8,65	122	20,78	2,24	27	0,87
4	635	2,59	350	55,12	6,91	249	39,21	4,57	36	1,16
5	889	3,62	244	27,45	4,82	560	62,99	10,27	85	2,73
6	341	1,39	207	60,70	4,09	110	32,26	2,02	24	0,77
7	2.257	9,19	955	42,31	18,86	1.066	47,23	19,55	236	7,58
8	695	2,83	503	72,37	9,93	144	20,72	2,64	48	1,54
9	1.560	6,35	501	32,12	9,90	909	58,27	16,67	150	4,82
10	782	3,18	482	61,64	9,52	246	31,46	4,51	54	1,74
11	525	2,14	67	12,76	1,32	420	80,00	7,70	38	1,22
12	343	1,40	182	53,06	3,59	145	42,27	2,66	16	0,51
13	92	0,37	18	19,57	0,36	55	59,78	1,01	19	0,61
14	174	0,71	136	78,16	2,69	26	14,94	0,48	12	0,39
15	4.515	18,39	-	-	-	-	-	-	-	-
16	201	0,82	-	-	-	-	-	-	-	-
17	1.051	4,28	-	-	-	-	-	-	-	-
18	28	0,11	-	-	-	-	-	-	28	0,90
19	4.213	17,16	-	-	-	-	-	-	-	-
20	25	0,10	1	4,00	0,02	24	96,00	0,44	0	0,00
21	2.222	9,05	-	-	-	-	-	-	2.222	71,40
22	274	1,12	-	-	-	-	-	-	-	-
23	0	0,04	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	23.902	100,00	5.063	-	-	5.454	-	-	3.112	100,00

Fonte: PROAFA.

\* Percentual relativo à totalização por tipo de ocupação

\*\* Esta diferença reporta-se àqueles que declinaram o tipo de ocupação e não a estavam exercendo à época da pesquisa. A classificação número 21 agrega os indivíduos sem qualquer qualificação profissional, e a de nº 18 os pedintes.

(-) Ocupações: 15 (Estudante); 16 (Pensionista); 17 (Aposentado); 18 (Pedinte)  
 19 (Prenda Domestica); 22 (Nenhuma das respostas anteriores)  
 23 (Não obteve a informação).

Analisando-se a tabela 15 observa-se que até o nível de renda de dois salários mínimos havia mais chefes de família do sexo feminino no setor formal (61,34%) do que do sexo masculino (59,66%), já na RMF como um todo, nas mesmas faixa de renda e setor da economia registravam-se, conforme dita a PNAD-1981, 10% de homens e 14% de mulheres.

Em relação ao setor informal registrava-se o mesmo, só que com maior amplitude, dado que os chefes do sexo feminino representavam, ao nível de renda até dois salários mínimos, 75,2%, enquanto que os chefes de família do sexo masculino remontavam 64,80%.

A conclusão advinda da tabela 15 é a de que as pessoas do sexo feminino residentes nas favelas da RMF, em 1981, tinham uma propensão maior para auferir rendimentos menores em comparação com as pessoas do sexo masculino.

Tomando-se como referencial os setores formal / informal retém-se que do total de ocupados no setor formal, as mulheres representavam apenas 11%, os homens, por sua vez, englobavam 89%. Já em relação ao setor informal, as mulheres participavam com 24%, enquanto que os homens ocupavam 76% do total das ocupações. Verifique-se aí a preponderância de homens residentes nas favelas da RMF, em 1981, que desempenhavam suas funções no setor formal da economia.

Tabela 15. Número de Famílias por Vínculo Empregatício do Chefe de Família, segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar.

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR	NUMERO DE FAMILIAS								TOTAL
	VINCULO EMPREGATICIO DO CHEFE								
	FORMAL (53,41%)				INFORMAL (46,59%)				
	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO		
QTD	%	QTD	%	QTD	%	QTD	%		
0	0	0,00	0	0,00	2	0,17	0	0,00	2
0,0 - 0,5	7	0,45	2	1,03	40	3,44	62	16,89	111
0,5 - 1,0	278	17,83	51	26,29	216	18,59	98	26,70	643
1,0 - 1,5	402	25,79	36	18,56	342	29,43	84	22,89	864
1,5 - 2,0	243	15,59	30	15,46	153	13,17	32	8,72	458
2,0 - 2,5	214	13,73	26	13,40	118	10,15	40	10,90	398
2,5 - 3,0	148	9,49	17	8,76	117	10,07	25	6,81	307
3,0 - 3,5	76	4,87	8	4,12	27	2,32	7	1,91	118
3,5 - 4,0	60	3,85	7	3,61	47	4,04	4	1,09	118
4,0 - 4,5	47	3,01	6	3,09	42	3,61	8	2,18	103
4,5 - 5,0	17	1,09	2	1,03	13	1,12	1	0,27	33
5,0 - 5,5	17	1,09	3	1,55	9	0,77	2	0,54	31
5,5 - 6,0	17	1,09	2	1,03	11	0,95	1	0,27	31
6,0 - 6,5	5	0,32	0	0,00	3	0,26	0	0,00	8
6,5 - 7,0	6	0,38	1	0,52	3	0,26	1	0,27	11
7,0 - 7,5	8	0,51	1	0,52	7	0,60	0	0,00	16
7,5 - 8,0	1	0,06	1	0,52	1	0,09	0	0,00	3
8,0 - 8,5	3	0,19	0	0,00	1	0,09	0	0,00	4
8,5 - 9,0	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,27	1
9,0 - 9,5	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0
9,5 - 10,0	3	0,19	1	0,52	1	0,09	0	0,00	5
M. Q. 10,0	7	0,45	0	0,00	9	0,77	1	0,27	17
TOTAL	1.559	-	194	-	1.142	-	367	-	3.282

Fonte: PROAFA.

A tabela 16 expõe o nível de escolaridade dos chefes de família residentes nas favelas da RMF em 1981 atrelado ao rendimento mensal familiar. Estabelecendo-se como referencial o nível de renda de dois salários mínimos



auferem-se resultados bastante ilustrativos: No grupo dos chefes de família analfabetos chega-se ao resultado de que 67% dos mesmos lideravam famílias com rendimentos mensais até dois salários mínimos; no grupo dos chefes alfabetizados 66%; os que tinham primário incompleto 66%; primário completo 57%; com ginásio incompleto 56%; ginásio completo 43%; segundo grau incompleto 35%; segundo grau completo 41% e os de nível superior que lideravam famílias com rendimentos mensais de até dois salários mínimos eram apenas 22%.

Desconsiderando-se o nível de renda constata-se que nas favelas da RMF, em 1981, 34% dos chefes de família eram analfabetos, 2,8% tinham o primeiro grau maior completo e apenas 1,03% conseguiram terminar o segundo grau escolar<sup>50</sup>.

Tais informações levam a crer a existência de uma certa influência do nível educacional do chefe da família em relação aos rendimentos monetários. Entretanto, tal influência não pode ser reputada como absoluta e muito menos com peremptória, pois, como é sabido, há uma discussão clássica entre a plêiade de estudiosos da pobreza, que é sintetizada por meio da seguinte indagação: é o nível educacional que determina o nível de renda familiar, ou é o nível de renda familiar que determina o nível educacional?. Como tal querela permanece, cabe aqui apenas mencionar tal proposição no sentido de adicionar cautela no que tange à

<sup>50</sup> Na RMF como um todo, de acordo com a PNAD-1981, a proporção de pessoas analfabetas era de 20% e com o primeiro grau completo 23,91%.

interpretação dos resultados referentes à população favelada na RMF, em 1981<sup>33</sup>.

Tabela 16. Número de Famílias por Nível de Escolaridade do Chefe da Família por Classe de Rendimento Mensal Familiar.

FAIXA DE RENDA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO CHEFE								
	ANALFABETO	ALFABETIZADO	1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU		SUPERIOR
			INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	
0	469	0	2	2	5	0	1	1	0
0,0 - 0,5	256	18	40	5	9	0	0	1	1
0,5 - 1,0	6	147	251	69	49	9	5	3	0
1,0 - 1,5	175	179	300	104	53	25	12	9	1
1,5 - 2,0	48	95	173	56	31	17	10	4	0
2,0 - 2,5	181	113	117	42	30	25	11	6	1
2,5 - 3,0	96	26	111	43	31	11	11	12	1
3,0 - 3,5	42	19	41	15	12	7	9	4	0
3,5 - 4,0	53	19	32	20	8	6	7	3	2
4,0 - 4,5	40	22	30	17	14	6	5	0	1
4,5 - 5,0	15	5	7	10	5	0	0	0	0
5,0 - 5,5	5	5	12	6	3	4	1	0	0
5,5 - 6,0	6	3	12	7	2	2	1	0	1
6,0 - 6,5	2	0	4	2	1	0	0	0	0
6,5 - 7,0	2	0	4	2	3	0	1	0	0
7,0 - 7,5	6	3	2	4	2	2	1	0	0
7,5 - 8,0	0	1	1	2	0	0	2	0	0
8,0 - 8,5	1	2	1	0	0	0	0	0	0
8,5 - 9,0	1	2	1	1	1	0	1	0	1
9,0 - 9,5	2	0	0	0	1	0	0	0	0
9,5 - 10,0	1	0	1	1	0	1	0	0	0
M. Q. 10,0	8	3	5	2	0	2	0	0	0
TOTAL	1.415	662	1.147	410	260	117	78	43	9

Fonte: PROAFA.

Da tabela 17 emana a informação de que as famílias com até quatro componentes representavam 81% do total de

<sup>33</sup> Um posicionamento sobre a relação entre nível educacional e nível de renda, inspirado na Economia Neoclássica, pode ser verificado em LANGONI (1982).

famílias residentes nas favelas da RMF em 1981. É interessante observar que a PNAD-1981 para a RMF como um todo retratava a existência de 49% de famílias com até quatro componentes. Isso fornece o indício de que nas favelas da RMF, em 1981, observava-se a existência, em maior monta, de famílias de tamanho pequeno em relação à RMF como um todo.

Em relação a rendimentos auferidos não se verificava nas favelas da RMF em 1981, a propalada asseveração de que as famílias de tamanho grande concentram-se por excelência nos estratos de renda mais baixos, pois, do total de famílias apenas 18% tinham mais do que cinco integrantes.

Tabela 17. Número de Famílias por Número de Familiares no Domicílio segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar, Favelas da RMF, 1981.

FAIXA DE RENDA	NUMERO DE FAMILIARES									
	1 FAMIL.	2 FAMIL.	3 FAMIL.	4 FAMIL.	5 FAMIL.	6 FAMIL.	7 FAMIL.	8 FAMIL.	9 FAMIL.	10 FAMIL.
0	5	9	5	2	1	0	0	0	0	0
0,0 - 0,5	100	87	35	14	14	5	4	0	0	1
0,5 - 1,0	348	567	222	140	65	44	20	10	3	0
1,0 - 1,5	322	658	243	187	105	60	29	9	12	1
1,5 - 2,0	138	328	165	102	83	38	23	15	4	5
2,0 - 2,5	89	240	108	99	67	39	30	12	6	4
2,5 - 3,0	60	169	115	67	53	43	20	15	5	6
3,0 - 3,5	17	50	36	25	22	24	17	6	8	6
3,5 - 4,0	22	48	25	23	32	21	12	10	7	8
4,0 - 4,5	24	42	21	27	21	19	12	11	4	3
4,5 - 5,0	2	9	9	10	10	4	1	3	4	4
5,0 - 5,5	4	9	12	1	6	2	6	5	0	1
5,5 - 6,0	7	17	12	6	2	6	0	1	2	2
6,0 - 6,5	1	2	1	2	1	1	1	2	0	0
6,5 - 7,0	0	4	8	1	0	1	0	0	0	2
7,0 - 7,5	2	6	2	6	2	2	3	1	1	1
7,5 - 8,0	2	0	2	0	1	0	1	1	0	1
8,0 - 8,5	0	0	0	1	0	0	3	0	0	1
8,5 - 9,0	0	4	2	0	0	0	0	2	0	3
9,0 - 9,5	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0
9,5 - 10,0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0
M. Q. 10,0	5	4	4	2	2	2	1	2	0	2
<b>TOTAL</b>	<b>1.143</b>	<b>2.253</b>	<b>1.027</b>	<b>713</b>	<b>489</b>	<b>310</b>	<b>184</b>	<b>105</b>	<b>56</b>	<b>49</b>

Fonte: PROAFA.

A partir da tabela 18 pode-se inferir, de certa forma, a influência do fenômeno migratório para a formação de aglomerados de baixa renda na Região Metropolitana de Fortaleza(RMF). Deduz-se que da amostra obtida - 1440 famílias -, 3,18% dos chefes nasceram em algum dos municípios da RMF. Por outro lado, é bastante significativa a cifra de 87,55% de chefes de família nascidos no interior do Estado do

Ceará e que, em 1981, residiam em alguma das favelas da RMF.

Cabe ainda observar que tomando-se o total de chefes nascidos no interior do Estado do Ceará, como base para uma análise, percebe-se que 52% dos mesmos eram oriundos da zona rural, e, obviamente, 48% eram oriundos de zonas urbanas. Com isso, fica registrada, em termos numéricos, a contribuição do fenômeno migratório para a formação de anéis de pobreza na RMF.

Em relação a rendimentos registre-se que havia uma maior concentração de chefes de família advindos da zona rural do interior do Estado do Ceará (55,84%) em relação aos que provieram de zonas urbanas (53,54%) do interior, levando-se em consideração o nível de renda até três salários mínimos. O mesmo ocorria para as famílias cujos chefes eram originários de outros Estados da Federação (74,42% contra 48,35%). Tais percentuais desnudam um dos muitos elementos causadores do surgimento de favelas na RMF.

Ainda no que tange a rendimentos auferidos é curioso o resultado concernente aos chefes nascidos na RMF, observados isoladamente. Entre estes nota-se uma maior concentração de chefes de família nascidos na zona urbana (66,67%) em comparação com os nascidos na zona rural (59,09%), quando se toma como norte o nível de renda até 1,5 salários mínimos vigente em setembro de 1981.

Número de Famílias por Município e Zona de Município de Nascimento do Chefe, segundo a Classe de Rendimento Familiar - Favelas da RMF, 1981(\*):

MUNICÍPIO E ZONA DO MUNICÍPIO DE NASCIMENTO DO CHEFE DA FAMÍLIA																		
R M F						OUTROS MUNICÍPIOS (**)						OUTROS ESTADOS						TOTAL
ZONA URBANA			ZONA RURAL			ZONA URBANA			ZONA RURAL			ZONA URBANA			ZONA RURAL			
QTD	%	% Acum.	QTD	%	% Acum.	QTD	%	% Acum.	QTD	%	% Acum.	QTD	%	% Acum.	QTD	%	% Acum.	
0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,16	0,16	1	0,15	0,15	2	2,20	2,20	0	0,00	0,00	4
0	5,56	5,56	0	0,00	0,00	25	4,12	4,28	36	5,46	5,61	5	5,49	7,69	1	2,33	2,33	68
0	27,78	33,33	6	27,27	27,27	143	23,56	27,84	145	22,00	27,62	17	18,68	26,37	12	27,91	30,23	328
0	33,33	66,67	7	31,82	59,09	156	25,70	53,54	186	28,22	55,84	20	21,98	48,35	19	44,19	74,42	394
0	38,89	83,33	2	9,09	68,18	85	14,00	67,55	94	14,26	70,11	17	18,68	67,03	5	11,63	86,05	206
0	5,56	88,89	1	4,55	72,73	81	13,34	80,89	67	10,17	80,27	5	5,49	72,53	3	6,98	93,02	158
0	5,56	94,44	3	13,64	86,36	43	7,08	87,97	58	8,00	89,07	8	8,79	81,32	1	2,33	95,35	114
0	8,89	94,44	1	4,55	90,91	16	2,64	90,61	20	3,03	92,11	5	5,49	86,81	2	4,65	100,00	44
0	8,89	94,44	1	4,55	95,45	21	3,46	94,07	22	3,34	95,45	3	3,30	90,11	0	0,00	100,00	47
0	8,89	94,44	1	4,55	100,00	15	2,47	96,54	16	2,43	97,88	2	2,20	92,31	0	0,00	100,00	34
0	8,89	94,44	0	0,00	100,00	5	0,82	97,36	5	0,76	98,63	0	0,00	92,31	0	0,00	100,00	10
0	5,56	100,00	0	0,00	100,00	5	0,82	98,19	0	0,00	98,63	2	2,20	94,51	0	0,00	100,00	8
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	6	0,99	99,18	5	0,76	99,39	2	2,20	96,70	0	0,00	100,00	13
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,18	0	0,00	99,39	0	0,00	96,70	0	0,00	100,00	0
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,18	0	0,00	99,39	1	1,10	97,80	0	0,00	100,00	1
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	1	0,16	99,34	1	0,15	99,54	0	0,00	97,80	0	0,00	100,00	2
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,34	1	0,15	99,70	1	1,10	98,90	0	0,00	100,00	2
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,34	1	0,15	99,85	0	0,00	98,90	0	0,00	100,00	1
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	3	0,49	99,84	1	0,15	100,00	0	0,00	98,90	0	0,00	100,00	4
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,84	0	0,00	100,00	0	0,00	98,90	0	0,00	100,00	0
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	0	0,00	99,84	0	0,00	100,00	0	0,00	98,90	0	0,00	100,00	0
0	8,89	100,00	0	0,00	100,00	1	0,16	100,00	0	0,00	100,00	1	1,10	100,00	0	0,00	100,00	2
-	-	-	22	-	-	607	-	-	659	-	-	91	-	-	43	-	-	1440

\* Os municípios encontra-se no Anexo I.  
 \*\* Os municípios do Estado do Ceará, com exceção dos que compõem a RMF.

Fig. 19. Área e Zona de Nascimento do Chefe de Família por Tempo de Residência na Favela da RMF, em 1981, segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar.

FAIXA DE RENDIMENTO	INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ				OUTROS ESTADOS				TOTAL
	ATE 5 ANOS		MAIS DE 5 ANOS		ATE 5 ANOS		MAIS DE 5 ANOS		
	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	
0	1	0	0	1	0	0	2	1	5
0 - 0,5	3	0	22	28	2	0	3	11	77
0 - 1,0	35	38	108	107	5	1	12	15	321
0 - 1,5	28	62	128	124	5	4	15	4	370
0 - 2,0	14	22	71	72	4	1	13	3	200
0 - 2,5	17	13	64	54	3	0	2	1	154
0 - 3,0	6	13	37	45	1	0	7	2	111
0 - 3,5	7	5	9	15	1	0	2	0	39
0 - 4,0	1	8	20	14	0	0	3	0	46
0 - 4,5	0	3	15	13	1	0	1	0	33
0 - 5,0	0	1	5	4	0	0	2	0	12
0 - 5,5	0	0	5	0	0	0	2	0	7
0 - 6,0	1	1	5	4	0	0	0	0	11
0 - 6,5	0	0	1	1	0	0	0	0	2
0 - 7,0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
0 - 7,5	0	1	3	0	0	0	1	0	5
0 - 8,0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
0 - 8,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 - 9,0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
0 - 9,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 - 10,0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0 - 10,0	0	0	1	1	0	0	1	0	3
TOTAL	113	175	496	485	23	6	66	37	1401

Fonte: PROAFA

A tabela 20 apresenta a área e zona de nascimento dos chefes de família de acordo com o tempo de residência na favela da RMF, em 1981, vinculada ao elemento detonador da sua migração<sup>40</sup>. Neste sentido, verificava-se que, independentemente do tempo de residência nas favelas da RMF, em 1981, o principal motivo alegado pelos chefes de família, oriundos tanto da zona rural quanto da urbana, para a migração, era a falta de trabalho no município de nascimento (28% dos entrevistados); seguida da de rendimentos insuficientes no trabalho exercido no local de nascimento (8,79%); antecedendo aos chefes de família que vieram contratados para trabalhar na RMF (3,42%). **BCME-BIBLIOTECA**

Verifique-se aí que entre os motivos mais frequentes para a migração dos chefes de família, que declinaram um dos três motivos supracitados, oriundos de zonas rurais, pode-se especular em torno de possível existência de fatores de expulsão, ou seja, de ordem estrutural. Já em relação aos chefes de família oriundos de zonas urbanas pode-se aventar a probabilidade da preponderância de fatores de atração.

As considerações tanto quanto movediças do parágrafo anterior decorrem da má especificação de motivos para a migração, apresentada no questionário aplicado nas favelas da RMF, em 1981, e do fato de que, como já frisado, o período em análise foi palco de seca intensa no Ceará, entendida esta como um elemento de natureza conjuntural que lamentavelmente não era apresentado para

<sup>40</sup> De acordo com a classificação fornecida pelo SINP-CF no formulário da pesquisa efetuada nas favelas da RMF.



os favelados como uma opção para justificar a migração.

Neste sentido, é importante observar na tabela 20 que a classificação NRA (45% do total de entrevistados), por abrigar uma série de motivos não especificados, impossibilita um posicionamento teórico solidamente fundamentado sobre o assunto em análise.

Por outro lado, 3,36% dos chefes de família residentes nas favelas da RMF, em 1981, declinaram explicitamente que migraram devido à insatisfação com as relações de trabalho no campo, evidenciando-se aí, de forma cabal, a existência de fatores de expulsão.

Em suma, em se tratando do fluxo migratório no Ceará em direção à RMF cabe concluir que fatores de atração e de expulsão contribuem, conforme aqui constatado, para a inchação urbana da área metropolitana de Fortaleza.

BCME-BIBLIOTECA

Tabela 20. Área e Zona de Nascimento do Chefe de Família por Tempo de Residência na Favela da RMF, em 1981, segundo Causas da Migração.

CAUSAS DA MIGRAÇÃO	INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ				OUTROS ESTADOS				TOTAL
	ATE 5 ANOS		MAIS DE 5 ANOS		ATE 5 ANOS		MAIS DE 5 ANOS		
	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	ZONA URBANA	ZONA RURAL	
1	17	19	8	3	4	2	-	-	5
2	110	172	47	85	10	2	5	1	130
3	32	63	12	21	6	1	-	1	13
4	9	26	5	10	1	1	-	-	5
5	9	19	5	18	-	-	-	-	5
6	3	9	6	3	1	-	-	-	2
7	12	13	12	5	-	1	-	-	4
8	174	276	99	95	30	12	15	10	71
9	7	12	2	13	-	1	10	2	4
TOTAL	373	609	196	253	52	20	30	14	154

Fonte: PROAFA.

Legenda: Causas da Migração:

- 1 - Veio contratado para trabalhar ✓
- 2 - Falta de trabalho onde morava ✓
- 3 - Trabalhava onde morava, mas os rendimentos eram insuficientes ✓
- 4 - Insatisfação com as relações de trabalho no campo ✓
- 5 - Falta de escolas ✓
- 6 - Falta de assistência médica ✓
- 7 - Necessidade de desfrutar do conforto urbano
- 8 - N.R.A.
- 9 - Não obteve a informação

Por último, mas não menos importante, cabe frisar que a variável tempo vinculada as causas da migração, como pode ser visto na totalização vertical da tabela 20, indicava a preponderância, nas favelas da RMF, em 1981, de chefes de família oriundos da zona rural do interior do Ceará que migraram até no máximo cinco anos antes da entrevista (39%). Registre-se aí que o ano de 1981 foi palco, é fundamental repisar, do terceiro ano consecutivo de uma seca intensa no Ceará.

BCME - BIBLIOTECA

Tabela 21. Caracterização Habitacional: Saneamento Básico  
RMF X Favelas da RMF, 1981.

INDICADORES	RMF (%)	FAVELAS DA RMF (%)
Abastecimento D'água	27	6
Iluminação Elétrica	84	61
Lixo Coletado	54	34
TOTAL	-	-

Fonte: PROAFA e PNAD 1981.

A tabela 21 traz os três indicadores principais de saneamento básico, assim denominados pelo IBGE, referentes as favelas da RMF, em 1981, confrontados com a RMF como um todo<sup>61</sup>, no mesmo ano. Como esperado, os percentuais de residências nas favelas que dispunham de água encanada, energia elétrica e lixo coletado, tomados isoladamente, mostravam-se inferiores em

<sup>61</sup> Como já frisado, a expressão RMF como um todo inclui também as favelas; FERREIRA (1984) indica que 13% da população da RMF residiam em favelas, em 1981.

relação à RMF como um todo.

Neste sentido, cabe ressaltar os alarmantes percentuais de residências com água encanada (5,48% apenas) e lixo coletado (33,65%) nas favelas da RMF, em 1981. A retenção da análise nestes dois indicadores desnuda as condições de insalubridade que afetavam as famílias residentes nas favelas da RMF, enfatizados por PIRES (1991) como fortes causadores da desnutrição na RMF, tornando-se incontestável a conclusão geral de que a existência da PROAFA (Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza) não só é meritória, como também deve justificar-se por meio de intervenções percucientes no espaço em estudo, no sentido de prover condições palatáveis de vida para milhares de seres humanos.

BCME-BIBLIOTECA

## 7 CONCLUSÕES

Em meio ao elenco de resultados obtidos no presente estudo, cabe destacar os mais relevantes, visando ao estabelecimento do perfil econômico da população favelada na RMF, em 1981, bem como uma base para fundamentação das políticas econômicas aqui propostas e, similarmente, para sugestões que tenham como fulcro amainar ou erradicar a pobreza absoluta nas favelas da RMF.

- 1- Observava-se nas favelas da RMF, em 1981, o tamanho familiar de 3,91 pessoas por família, o que contrasta com a afirmação geral de que o tamanho familiar grande determina o surgimento de aglomerados de baixa renda em áreas urbanas.
- 2- Fique registrado nos estudos sobre a pobreza urbana no Brasil, o procedimento alternativo, método 1, de cálculo da linha de pobreza. É importante repisar que o procedimento alternativo, indicou resultado, em termos monetários, próximo ao obtido via procedimento tradicional (coeficiente de Engel), método 2 - 2,74 salários mínimos para este e 2,40 salários mínimos para aquele, vigente em setembro de 1981.
- 3- O gasto não-alimentar mais oneroso no orçamento das famílias faveladas na RMF, em 1981, era o gasto com

aluguel, assumindo 19% do orçamento familiar, levando-se em consideração o método 1, procedimento alternativo, de cálculo da linha de pobreza.

- 4- Independentemente da metodologia aplicada, no cálculo da linha de pobreza, verificava-se elevado percentual de famílias em condições precárias de vida. Através do método 2, procedimento tradicional, 82% das famílias estavam submetidas à pobreza absoluta; o método 1, procedimento alternativo, indicou que 78% das famílias residentes nas favelas da RMF, em 1981, encontravam-se em estado de pobreza absoluta.
- 5- Registre-se a concentração de renda entre as famílias faveladas na RMF em 1981, dado que, 54,91% das famílias detinham 29,23% da massa de renda total.
- 6- A ocupação mais freqüente nas favelas da RMF, em 1981, era a de trabalhadores na construção civil, apresentando o percentual de 9,19% do total dos ocupados.
- 7- A verificação de que o desemprego era, na RMF como um todo e nas suas favelas, em particular, um dos principais, senão o principal, determinante da pobreza. Em 1981, o percentual de desempregados na RMF como um

todo era de 12,6%; nas favelas os desempregados eram 13% da PFA.

### BCME-BIBLIOTECA

- 8- Tomando-se o grupo de desempregados, como referencial para uma análise, verificava-se que 71,40% eram indivíduos sem qualificação profissional e 7,58% eram trabalhadores da construção civil.
- 9- Em relação à segmentação do mercado de trabalho-formal/informal - verificava-se entre a população favelada da RMF, em 1981, a preponderância de trabalhadores desempenhando suas atividades no setor informal da economia(52%). Constatava-se também que, até o nível de renda de dois salários mínimos, vigente em setembro de 1981, havia mais chefes de família do sexo feminino nos setores formal e informal.
- 10- De uma forma quase que absoluta registrava-se, em relação aos chefes de família das favelas da RMF, uma associação positiva entre nível de escolaridade e rendimento mensal familiar auferido.
- 11- Do total de famílias pesquisadas nas favelas da RMF, em 1981, apenas 18% tinham tinham mais do que cinco integrantes. Com isso verificava-se também a existência de famílias compostas de até cinco membros nos estratos

de renda mais baixos.

12- No que tange aos migrantes, do total de chefes de família residentes nas favelas da RMF, em 1981, 87,55% provieram do interior do Estado do Ceará. Tomando-se como referencial o nível de renda até dois salários mínimos, registrava-se que dos chefes oriundos do interior, 55,84% advieram de zonas rurais e 53,54% de zonas urbanas.

13- A constatação de que o principal motivo alegado pelos chefes de família para a migração em direção à RMF era a falta de trabalho no local de origem, seguido da de rendimentos insuficientes no trabalho exercido no município de origem. Outros motivos, menos citados, eram também verificados, tais como: ter vindo contratado para trabalhar na RMF; insatisfação com as relações de trabalho no campo. Estes motivos corroboram as colocações de natureza teórica desenvolvidas quando, na presente dissertação de mestrado, discorreu-se sobre a migração interna no Estado do Ceará.

À luz dessas conclusões, cabem alguns adendos finais visando à orientação de eventuais medidas de política econômica que tenham por objetivo aplacar o avanço da pobreza na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).



Todavia, as medidas que aqui são propostas devem ser entendidas como supervenientes, pois, conforme explanado ao longo da presente dissertação de mestrado, a existência da pobreza, em áreas, como a RMF, está atrelada a uma gama variada de elementos.

Isto posto, pode-se reivindicar a adoção, na RMF, de uma política habitacional que supra a carência de moradia a preços acessíveis à população favelada, pois, como constatado na parte seis do presente estudo, o gasto não alimentar que mais onerava a população residente nas favelas da RMF, em 1981, era o gasto com aluguel. Tal política habitacional, se implementada, seria altamente benéfica também em outro aspecto, ou seja, serviria grande parte dos trabalhadores da construção civil - ocupação que detinha, entre a população favelada da RMF, em 1981, o maior percentual de desempregados -, que se encontravam desempregados, resgatando-os do estado de pobreza absoluta.

Outra medida significativa seria o rebaixamento da tarifa cobrada pelo consumo de energia elétrica para a população residente nas favelas da RMF. Tal medida fundamentar-se-ia na técnica de discriminação de preços. Aventa-se que a adoção de tarifas diferenciadas, para áreas diferentes na RMF, constituir-se-ia em elevação da renda real das camadas mais pobres da população, bem como na desconcentração da renda ao nível familiar.

É importante frisar que o resultado referente à migração não deve funcionar, de forma automática, como argumentação para os defensores da reforma agrária no sentido de fornecer a panacéia

da pobreza, porque o crescimento do Estado do Ceará, em termos populacionais, deu-se a partir do interior. Isso equivale a argumentar que é provável que seja elevado o percentual de chefes de família residentes em outras áreas da RMF, que não as favelas, nascidos no interior do Estado do Ceará.

Por último, em um nível mais geral, pode pleitear-se uma política tecnológica, em termos nacionais, que concentre a produção de bens não comercializáveis em áreas como a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

BCME-BIBLIOTECA

ANEXO I

TIPOS DE OCUPAÇÕES<sup>1</sup>

BCME-BIBLIOTECA

- 01- Trabalhadores em serviços administrativos e de escritório: auxiliar de escritório, datilógrafo, contínuo e profissões assemelhadas;
- 02- Comerciantes e empregados de comércio em geral: comerciante, balconista, vendedor, vendedor ambulante, frentista, jornaleiro, pipoqueiro, biscateiro, auxiliar de almoxarife, marchante;
- 03- Trabalhadores em serviços de proteção e segurança: bombeiro, policial, guarda, vigia, salva-vidas, porteiro, vagalume;
- 04- Trabalhadores em serviço de transporte e similares: barqueiro, motorista, tratorista, carroceiro, guardador de veículos, lavador, trocador, ajudante de motorista, carreteiro;
- 05- Trabalhadores de serventia em domicílios, hotéis, bares e lanchonetes: empregado doméstico, babá, arrumador, garçon copeiro, balconista;
- 06- Trabalhadores em serviços de administração conservação e limpeza de edifícios: administrador de edifício, porteiro, garagista, ascensorista, faxineiro, gari, lixeiro, jardineiro, zelador;
- 07- Trabalhadores de construção civil e similares: pedreiro, estucador, carpinteiro, vidraceiro, encanador, mestre de obra, servente de obra, pintor, ceramista, vidreiro;
- 08- Trabalhadores na preparação de alimentos e bebidas: moleiro, magarefe, padeiro, confeiteiro, quejeiro, castanheiro, cozinheiro;
- 09- Trabalhadores em serviços/fabricação de artigos textêis, em couro, madeira e artifices em geral: tecelão, redeiro, curtidor, alfaiate, costureira, tapeceiro, bordador, sapateiro;
- 10- Trabalhadores na usinagem de metais, estruturas metálicas e sistemas de eletricidade: eletricitista, soldador, chapeador, caldeireiro, foguista, ferramenteiro;
- 11- Trabalhadores em serviços de limpeza, higiene e embelezamento: cabeleireiro, barbeiro, manicure, lavadeira, tintureiro, engraxate;

<sup>1</sup> De acordo com a relação elaborada pelo SINE-CE a pedido da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA).

- 12- Trabalhadores em atividades pesqueiras e portuárias: carregador, capataz, estivador, pescador, patrão de pesca, marítimo armador;
- 13- Trabalhadores em atividades agro-pecuárias: vaqueiro, tratador, agricultor, forrageiro;
- 14- Trabalhadores em serviços de saúde: enfermeiro, auxiliar de prótese, atendente, auxiliar de enfermagem, parteira;
- 15- Estudante;
- 16- Pensionista;
- 17- Aposentado;
- 18- Pedinte;
- 19- Prenda doméstica;
- 20- Meretriz;
- 21- Sem ocupação (pessoa sem qualificação profissional);
- 22- Nenhuma das respostas anteriores (NRA);
- 23- Não obteve a informação.

BCME-BIBLIOTECA

ANEXO II

PRODUTOS ALIMENTARES REFERENTES AOS HABITOS DE  
 CONSUMO DA POPULACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Produtos	Precos em Set/81
Arroz	58,54
Farinha de Trigo	30,53
Macarrão	60,00
Milho Grão	...
Pão	67,77
Batata Inglesa	67,23
Mandioca (Aipim)	30,96
Farinha de Mandioca	49,60
Acucar	48,75
Feijão Fradinho	130,68
Abóbora	28,37
Tomate	29,94
Alho	868,70
Cebola	22,85
Banana Prata	66,40
Doce de Fruta-Pasta	96,92
Laranja da Bahia	57,95
Carne Bovina 1	287,04
Carne Bovina 2	228,32
Carne Seca	358,00
Galinha	130,52
Toucinho	175,60
Ovo Galinha	80,06
Leite Pasteurizado	43,07
Leite em Pó	231,77
Queijo Prato	534,31
Manteiga	368,13
Margarina	172,23
Oleo Vegetal	131,27
Café Pó	369,37
Sal	11,02
Biscoito (Doce)	84,38
Biscoito (Salg.)	69,96
Batata Doce	34,83
Rapadura	17,65
Feijão Corda	118,56
Alface	20,18
Cebolinha	6,42
Coentro	6,37
Chuchu	9,63
Pimentão	6,10
Cenoura	48,04
Abacate	27,01
Abacaxi	48,48
Limão	44,31
Carne Caprina	246,50
Fígado	256,47
Linguica de Porco	373,63

BCME-BIBLIOTECA

(continua)

PRODUTOS ALIMENTARES AOS HABITOS DE  
CONSUMO DA POPULACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE FORTALEZA  
(continuação)

---

Produtos	Preços em Set/81
Mortadela	87,90
Carne de Porco	241,17
Carne de Porco MG	249,00
Presunto	1.761,84
Salsicha	55,91
Peixe Cavala	300,00
Peixe Pargo	245,00
Sardinha	19,15
Queijo Minas	1.390,00
Café solúvel	292,84
Colorau	25,18
Pimenta Reino	58,17
Vinagre	44,16
Nescau	126,00

---

Fonte: Iplance/IBGE.

BCME-BIBLIOTECA



ANEXO III

LISTA DE TABELAS

Tab.		Pg
1	Distribuição Etária de acordo com o Nível de Renda Familiar das Famílias Residentes nas Favelas da RMF, 1981 .....	112
2	Total de Famílias e Indivíduos, estes de acordo com a Classificação Etária Referente a Requisitos Nutricionais, até 3 salários Mínimos, Favelas da RMF 1981 .....	114
3	Total de Famílias e Indivíduos, estes de acordo com a Faixa Etária e Sexo, até 3 salários Mínimos, Favelas da RMF, 1981 .....	115
4	Composição Média do Tamanho Familiar, segundo Sexo e Categoria de Faixa Etária, Favelas da RMF, 1981 .	116
5	Requisitos Per Capita Diários de Caloria e Proteína segundo a Categoria de Faixa Etária e Sexo .....	117
6	Composição da Cesta Alimentar para a Categoria Adulto, por Sexo, e Despesa Mensal, 1981 .....	118
7	Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Aluguel, Favelas da RMF, 1981 .....	123
8	Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Água, Favelas da RMF 1981 .....	124
9	Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Energia Elétrica, Favelas da RMF, 1981 .....	125
10	Gastos Desagregados por Faixa de Renda das Famílias que Efetivamente Dispendem com Transporte, Favelas da RMF, 1981 .....	126
11	Distribuição de Renda, Favelas da RMF, 1981 .....	129
12	Indicadores e índices de Pobreza, Favelas da RMF, 1981 .....	131
13	População Residente nas Favelas da RMF por Sexo segundo a Idade, 1981 .....	135
14	População por Vínculo de Trabalho, segundo Ocupação Favelas da RMF, 1981 .....	140
Tab.		Pg

15	Número de Famílias por Vínculo Empregatício do Chefe de Família, segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar, Favelas da RMF, 1981 .....	142
16	Número de Famílias por Nível de Escolaridade do Chefe de Família por Classe de Rendimento Mensal Familiar .....	144
17	Número de Famílias por Número de Familiares no Domicílio segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar, Favelas da RMF, 1981 .....	146
18	Número de Famílias por Município e Zona do Município de Nascimento do Chefe, segundo a Classe de Rendimento Mensal Familiar, Favelas da RMF, 1981 ..	148
19	Área e Zona de Nascimento do Chefe de Família por Tempo de Residência na Favela da RMF, em 1981, segundo Classe de Rendimento Mensal Familiar .....	150
20	Área e Zona de Nascimento do Chefe de Família por Tempo de Residência na Favela da RMF, em 1981, segundo Causas da Migração .....	153
21	Caracterização Habitacional: Saneamento Básico, RMF X Favelas da RMF, 1981 .....	154

BCME-BIBLIOTECA

## 8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABREU, J.C. de. Capítulos de história colonial (1500-1800) e os caminhos antigos e povoamento do Brasil. Brasília: UNB, 1963.
- ARRAES, R. de A. & SOARES, F. Aspectos da Pobreza Urbana em Fortaleza. Fortaleza: UFC/CAEN, 1989. (Série Relatório de Pesquisa, Nº 30).
- ATKINSON, A.B. The Economics of Inequality. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- BRITO, M.S. de Indústria de transformação no Nordeste: problema de absorção de mão de obra. Fortaleza: UFC/CAEN, 1976. (Dissertação de mestrado).
- CARDOSO, M.M. "Herança familiar" e distribuição de renda na região metropolitana de Fortaleza- O período 1979/85. Fortaleza: UFC/CAEN, 1986. (Dissertação de mestrado).
- CASIMIRO, L.M.C. de Seca: momento para repensar a pobreza do nordeste. Fortaleza: FIEC/IEL, 1984.
- Avaliação da política industrial do Ceará. Fortaleza: FIEC/IEL, 1983.
- CAVALCANTI, A.M. Migração Rural-Rural no Nordeste do Brasil. Fortaleza: CAEN, 1978.
- DUARTE, R. Emprego, renda e consumo em quatro favelas da região metropolitana de Recife. Rev. Econ. Nord. Fortaleza. vol 17, Nº 3, p. jul/set., 1986.
- FAVA, V.L. Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil. São Paulo: IPE-USP, 1984.
- FERREIRA, A. Pobreza Urbana e Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: UFC/CAEN, 1983. (Série Relatórios de Pesquisa nº 24).
- . Migração e Força de Trabalho no Estado do Ceará. Fortaleza: UFC/CAEN, 1984 (Série Relatório de Pesquisa, Nº ).
- FERREIRA, J.C.; DUARTE, R.R.S.; SOARES, F. de A. Incentivos fiscais e a criação de empregos no Nordeste. Fortaleza: SUDENE, CAEN, 1979.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 21ª São Paulo: Nacional, 1986.
- HICKS, J.F. & VETTER, D.M. Identifying the Urban Poor in Brazil. World Bank Staff Working Papers, nº 565,

Washington: World Bank, 1983.

HIRSCHMANN, A.O. Journeys Progress. New York, 1963.

HOFFMANN, H. Desemprego e subemprego no Brasil. São Paulo: Ática, 1977.

HOFFMAN, R. A Pobreza no Brasil: Análise dos Dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. IN: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 6, São Paulo, 1984.

----. Distribuição de renda e pobreza entre as famílias no Brasil, 1980-83. Revista de Economia Política, vol. 5, Nº 19, p. 26 - 49, jul/set. 1985.

INFANTE, R. Características estruturais dos mercados de trabalho urbanos. Brasília: 1985. (mimeo).

JATOBA, J. A Dimensão regional da pobreza urbana e os mercados de trabalho: O caso brasileiro, 1970/1983. In SEDLACEK, G.L. & BARROS, R.P. (orgs). Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989 (Série monográfica, 35).

---- Alternativas de política de emprego no Brasil. IN: CARLEIAL, L.M. (org.). Política de Emprego no Brasil. Fortaleza: BNB, 1989.

KEYNES, J.M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. American Economic Review, vol. 45, march, 1955.

LANGONI, C.G. A Economia da transformação. 3ª ed., Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1973.

---- Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1973.

LEAL, V.N. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omega, 1949.

LEFF, N. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. IN: Revista Brasileira de Economia, vol. 26, nº 1, jan, 1972.

LEMENHE, M.A. Expansão e hegemonia urbana: O caso de Fortaleza. Fortaleza: UFC/curso de mestrado em sociologia, 1983.

LEWIS, A.W. Economic Development with Unlimited Supplies of labour. Manchester School. Oxford: 1958.

- MACEDO, R.B.M. & PRADO, E.F.S. Dimensão regional da pobreza: um reexame do problema do Nordeste brasileiro. Recife: FIPE/BNB/SUDENE, 1980.
- MAIA, R. & SALDANHA, R. Política de salário mínimo: uma questão a ser equacionada. IN: SEDLACEK, G. L & BARROS, R.P. (Orgs) Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- MARSHALL, A. Princípios de economia: tratado introdutório, São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982. 2 vol.
- MARX, K. El Capital: crítica de la economía política. 13 reimp. México: Fondo de Cultura, 1978. vol. 1.
- MATA, Milton da et alii Urbanização e migrações internas. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro: IPEA, vol. 3, out. 1973.
- MYRDAL, G. Salidas econômicas en los países subdesarrollados. Revista Económica. Habana: ago. 1964.
- Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Local: Saga, 1965.
- MORLEY, S. A. Labour markets and inequitable growth: The case of authoritarian capitalism in Brazil. Cambridge: Cambridge University, 1982.
- MOURA, H.A. de & COELHO, J.O.M.- Migrações para as grandes cidades do Nordeste: intensidade e características demográficas. IN: MOURA, H.A. de (org.) Migrações internas: textos selecionados. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980. vol. 2, p. 1179 -1215.
- NOTTINGHAM, P.T. Polonordeste: um programa de desenvolvimento rural integrado? Fortaleza: UFC/CAEN, 1989. (Dissertação de mestrado).
- OLIVEIRA, A.A. & CASIMIRO, L.M.C. Considerações sobre acumulação, emprego e crise na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza: UFC/CAEN, 1984 (Texto para Discussão, 49).
- Impactos da Seca sobre as condições ocupacionais nas áreas urbanas e rurais do Ceará na década de 1980. Fortaleza: UFC/CAEN, 1989.
- OLIVEIRA, F. de A Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- ORSHANSKY, M. How Poverty is Measured. Monthly Labor Review. vol. 92:1969.

- PASTORE, J. , ZYLBERSTAJN, H. , & Pagotto, C. Mudança social e pobreza no Brasil, 1970-1980. São Paulo, FINE/USP Pioneira, 1983.
- PERROUX, F. Note sur la Notion de Pôle de Croissance. IN: Economie Appliquées. Paris, Nº 7, 1950.
- PRADO, E.F.S. Mínimo de subsistência e pobreza no Nordeste: alguns aspectos quantitativos. Revista Econômica do Nordeste. vol. 14, nº 1, mês , 1983.
- ROMÃO, M.C. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. Recife: PIMES, 1990 (Texto para Discussão) 1990.
- ROWNTREE, B.S. Poverty, a study of Town life. London: Macmillan, 1901.
- SANSON, J.R. Viabilidade de uma política de emprego no Brasil. IN: Carleial, L.M. Política de Emprego no Brasil. Fortaleza: 1989.
- SCITOVSKY, T. Dois conceitos de economias externas. IN: Economia do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: 1958.
- SILVA, M.G.C. da Situação de saúde em Fortaleza: análise através da mortalidade 1978-80. Fortaleza: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, 1982.
- SERRA, J. A Reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. IN: TOLIPAN, RICARDO & TINELLI, A.C. A Controvérsia sobre distribuição da renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SJAASTAD, L.A. The Costs and returns of human migration. IN: Journal of Political Economy. H.A. (org.). Migrações Internas. BNB-ETENE; 1980.
- SMITH, A. A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas Causas. Abril Cultural, 2 vols, 1983, São Paulo.
- SMITH, R. A Formação do urbano num contexto não hegemônico. Fortaleza: UFC/CAEN, 1985 (Texto para Discussão, 60)
- TEIXEIRA, F.S. Alternativas de política de emprego no Brasil. IN: CARLEIAL, L.M. Política de Emprego no Brasil: Viabilidade e Alternativas. Fortaleza: BNB/CAEN, 1989.
- TODARO, M.P. "A Model of labour migration in less developed countries. American Economic Review:1969.

TONIATTI, M.F. Migração rural-urbana no Estado do Ceará: suas causas. Fortaleza: UFC/CAEN, 1976 (Dissertação de mestrado).

BCME-BIBLIOTECA